

**METODOLOGIA(S) DA
PESQUISA EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: DILEMAS
E PROVOCAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS**

Editora Brazil Publishing

Conselho Editorial Internacional

Presidente:

Rodrigo Horochovski (UFPR - Brasil)

Membros do Conselho:

Anita Leocadia Prestes (Instituto Luiz Carlos Prestes - Brasil)

Claudia Maria Elisa Romero Vivas (Universidad Del Norte - Colômbia)

José Antonio González Lavaut (Universidad de La Habana - Cuba)

Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS - Brasil)

Milton Luiz Horn Vieira (UFSC - Brasil)

Marília Murata (UFPR - Brasil)

Hsin-Ying Li (National Taiwan University - China)

Ruben Sílvio Varela Santos Martins (Universidade de Évora - Portugal)

Fabiana Queiroz (UFLA - Brasil)



© Editora Brazil Publishing
Presidente Executiva: Sandra Heck

Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba PR - 80050-270

+55 (41) 3022-6005

www.aeditora.com.br

VANTOIR ROBERTO BRANCHER
LISIANE DARLENE CANTERLE
FERNANDA DE CAMARGO MACHADO
(ORGS.)

**METODOLOGIA(S) DA
PESQUISA EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: DILEMAS
E PROVOCAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS**



BRAZIL PUBLISHING

Comitê Científico da área Ciências Humanas

Presidente: Professor Doutor Fabrício R. L. Tomio (UFPR – Sociologia)
Professor Doutor Nilo Ribeiro Júnior (FAJE – Filosofia)
Professor Doutor Renee Volpato Viaro (PUC – Psicologia)
Professor Doutor Daniel Delgado Queissada (UniAGES – Serviço Social)
Professor Doutor Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA – Sociologia)
Professora Doutora Marlene Tamanini (UFPR – Sociologia)
Professora Doutora Luciana Ferreira (UFPR – Geografia)
Professora Doutora Marlucy Alves Paraíso (UFMG – Educação)
Professor Doutor Cezar Honorato (UFF – História)
Professor Doutor Clóvis Ecco (PUC-GO – Ciências da Religião)
Professor Doutor Fauston Negreiros (UFPI – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel – Sociologia)
Professor Doutor Mario Jorge da Motta Bastos (UFF – História)
Professor Doutor Israel Kujawa (PPGP da IMED – Psicologia)
Professora Doutora Maria Paula Prates Machado (UFCSPA- Antropologia Social)

Editor Chefe: Sandra Heck
Diagramação e Projeto Gráfico: Brenner Silva
Revisão de Texto: Os Autores
Revisão Editorial: Editora Brazil Publishing

DOI: 10.31012/978-65-5016-046-3



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINAZ, CRB9 / 626

M593 Metodologia(s) da pesquisa em educação profissional e tecnológica: dilemas e provocações contemporâneas / organização de Vantoir Roberto Brancher, Lisiane Darlene Canterle, Fernanda de Camargo Machado – Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
198p.: il.; 21cm

ISBN 978-65-5016-045-6

1. Pesquisa – Metodologia. 2. Educação profissional. 3. Educação tecnológica. I. Brancher, Vantoir Roberto (org.). II. Canterle, Lisiane Darlene (org.). III. Machado, Fernanda de Camargo (org.).

CDD 001.42 (22.ed)
CDU 001.8

Curitiba / Brasil
2019

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof.^a Dr^a Ana Claudia de Oliveira da Silva IFFar SVS

Prof. Dr. Fábio Diniz Rossi IFFar AL

Prof. Dr. Hudson da Silva - IFRJ

Prof.^a Dr^a Janine Bochi Amaral IFFar SVS

Prof. Dr. Jorge Fonseca - IFMT

Prof.^a Dr^a Liliana Souza de Oliveira IFFar SVS

Prof.^a Dr^a Marcele Homrich Ravasio IFFar SANG

Prof.^a Dr^a Maylta Brandão dos Anjos - IFRJ

Prof.^a Dr^a Monique da Silva IFFar AL

Prof.^a Dr^a Neiva Maria Frizon Auler IFFar SVS

Prof.^a Dr^a Raquel Folmer Córrea IFFar JA

Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho IFFar SVS

Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues IFFar JA

Prof.^a Dr^a Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher IFFar PB

Prof.^a Dr^a Taniamara Vizzotto Chaves IFFar SB

Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher IFFar JA

Prof. Prof.^a Dr^a Fernanda Machado IFFar AL



PREFÁCIO

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”

Paulo Freire

A fundamentação teórica e metodológica que orienta qualquer pesquisa define a lente a partir da qual se vai abordar o objeto de estudo. Do ponto de vista teórico, no caso das ciências sociais e humanas e, mais especificamente nas ciências da educação, incluindo a educação profissional, a fundamentação compreende, dentre outros aspectos, as concepções de sociedade, de ser humano, de trabalho, de ciência, de tecnologia, de cultura e de educação que vão nortear todo o processo investigativo.

Já a metodologia é o fundamento que define como se pretende abordar o objeto no sentido de alcançar os objetivos delineados. Dessa forma, a metodologia é o caminho/percurso a ser trilhado pelo pesquisador, orientado pelo referencial teórico, na busca de lograr os fins do processo investigativo.

Situada essa relação simbiótica entre fundamentação teórica e metodológica, passamos a tratar da especificidade desta obra, Metodologia(s) da Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica: dilemas e provocações contemporâneos.

O livro, produzido coletivamente por autores que têm algum tipo de relação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e com a educação profissional, trata da metodologia da pesquisa abordando vários temas com os quais todo pesquisador se encontra e tem o dever de lidar de forma rigorosa no desenvolvimento de suas investigações.

A leitura da produção revela um importante esforço teórico dos autores no sentido de situar a discussão no domínio da educação profissional. Isso é fundamental, pois essa modalidade educativa vem se expandindo de forma significativa nas últimas décadas, mas a produção teórica e, especialmente, pesquisas sobre como se produz conhecimento nessa esfera educativa não acompanham o mesmo ritmo de sua expansão.

Portanto, é essencial produzir conhecimento teórico e metodológico sobre a educação profissional visando consolidá-la como um subcampo da área educacional. Dessa forma, a educação profissional, em seus princípios e fundamentos mais gerais integra área Educação, mas, ao mesmo tempo, guarda características particulares, tal qual outros subcampos dessa área ou, por exemplo, a educação de jovens e adultos, a educação popular e a educação ambiental.

Por isso, uma obra que reúne textos que se debruçam sobre questões metodológicas importantes que permeiam os processos de produção do conhecimento sobre a educação e que foi elaborada por pesquisadores que atuam na educação profissional, se reveste de grande significado para esse domínio educacional, desvelando o compromisso acadêmico e ético-político que os autores dedicam aos seus objetos de estudo e à educação de maneira geral.

É necessário destacar que embora nem todos os capítulos sejam desenvolvidos especificamente por meio de análises sobre a educação profissional, que está presente em toda a obra porque faz parte do espaço em que os pesquisadores que a produziram atuam e/ou tiveram (ou estão tendo) parte de sua formação. Assim, quando discutem ética na pesquisa; distintas formas de análise textual; narrativas de vida; desafios da construção de textos acadêmicos; função social da pesquisa científica; dentre outros temas abordados nos 9 capítulos que integram a obra, seus autores o fazem a partir de suas experiências de vida, o que inclui a formação e a

atuação profissional. Dessa forma, ainda que nem sempre de forma explícita, a educação profissional permeia as reflexões e as análises empreendidas ao longo da obra.

Após situar a obra em seus aspectos mais gerais passamos a apresentar sinteticamente os capítulos que constituem.

O Capítulo 1, **Considerações sobre ética na pesquisa**, discute as consequências geradas pelos meios utilizados na busca da obtenção do conhecimento científico. Nesse sentido, problematiza situações em que a produção do conhecimento dissociada da dimensão ética pode produzir, ao invés de avanços, retrocessos para grandes contingentes de seres humanos e a sociedade em geral. A partir desses aspectos, defende-se a importância de regulações éticas na pesquisa com seres humanos em instâncias nacionais e sua materialização por meio dos Comitês de Ética de pesquisa nas instituições que atuam nesse domínio.

O Capítulo 2, **Análises Textuais: a importância da escolha metodológica para o sucesso de uma pesquisa qualitativa**, apresenta as metodologias de análise textual: Análise do Discurso, Análise de Conteúdo e Análise Textual Discursiva. O texto, ao tratar de cada tipo de análise, expõe a teoria que a sustenta, procurando instrumentalizar o leitor com relação à relevância que cada uma delas adquire no contexto da pesquisa qualitativa, em especial na área do ensino.

O Capítulo 3 é denominado **Narrativas de Vida e Formação: repensando cenas, cenários e trajetórias formativas na EBPTT**. Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo foi compreender como se constituem os trajetórias formativas e os saberes docentes para atuação na EBPTT em um curso de Licenciatura em Computação. Conclui-se que existem múltiplos saberes difundidos no curso pesquisado e que os diferentes trajetórias formativas instituem distintos fazeres docentes e formas singulares de interação com o campo de atuação profissional.

O Capítulo 4, **O processo metodológico como aliado na edificação do pesquisador**, apresenta uma revisão de literatura acerca do processo metodológico dos trabalhos acadêmicos e seus elementos constitutivos. Dessa forma se apresenta como fonte para pesquisadores iniciantes compreenderem o significado de um trabalho acadêmico, o que deve constar em um projeto de pesquisa e qual a importância de cada uma de suas partes integrantes.

O Capítulo 5 se intitula **A pesquisa qualitativa e a formação do pesquisador: elementos para um paradigma dialógico**. Caracteriza-se como um ensaio teórico no qual analisa-se a relação do pesquisador, enquanto ser social, com as pesquisas que realiza, estabelecendo a ligação entre o meio científico e o ambiente em que vive. Defende a ideia de que a pesquisa qualitativa tem uma dimensão formativa, em que o pesquisador interage com objeto observado em um constante processo de ressignificação, construção de saberes e dialogicidade. Entretanto, ressalta que essa interação implica no desafio de manter a necessária isenção, a fim de garantir o rigor científico da pesquisa. Finalmente, o texto sustenta que é fundamental encontrar o ponto de equilíbrio entre o papel do pesquisador e os métodos a serem utilizados.

O Capítulo 6, **Pesquisa científica: Função social e metodologia**, apresenta uma síntese da estrutura básica que compõe um projeto de pesquisa e, especialmente, discorre sobre a importância da escolha de uma metodologia que melhor permita ao pesquisador descrever a fase de exploração de campo, isto é, a definição do espaço de pesquisa, os critérios e as estratégias para determinar a designação dos sujeitos pesquisados, os métodos e as técnicas empregados para a produção dos dados e, finalmente, os procedimentos de análise. Ressalta a importância de que o pesquisador tenha conhecimento que lhe permita definir a metodologia adequada ao tipo e ao objeto da pesquisa que será desenvolvida.

O Capítulo 7 denomina-se **O letramento científico e os desafios do processo de construção de textos acadêmicos**. O texto aborda o letramento científico e os desafios que estudantes e pesquisadores encontram para serem bem sucedidos neste tipo de escrita. Trata-se de um ensaio dividido em três partes: conceitos e histórico do letramento científico; enumeração e discussão dos principais desafios da escrita acadêmica; relações de poder envolvidas no fazer científico. O texto também apresenta dados estatísticos sobre a atual realidade do letramento no Brasil e a importância do reconhecimento de que a construção de textos acadêmicos não é uma habilidade inata, mas que precisa ser aprendida e incentivada.

O Capítulo 8, **A entrevista na pesquisa científica: uma interação social ampliadora de saberes, histórias e conexões entre entrevistador e entrevistado**, discute a entrevista como técnica de obtenção de dados em pesquisas científicas que vem tomando força ao alargar o olhar do pesquisador que se dedica a estudar grupos sociais ou comportamentos de seres humanos. Situa a entrevista como uma abordagem qualitativa que é fruto da interação social entre entrevistador e entrevistado, os quais a partir do estabelecimento de uma relação de confiança produzem saberes e histórias.

O Capítulo 9 tem como título **Ética na pesquisa com seres humanos: uma análise do TCLE do IFFar a partir da Resolução 510/2016**. Nele investiga-se a consolidação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha a partir da Resolução nº 510/2016, com a finalidade de verificar se este termo atende aos requisitos constantes da referida Resolução. O estudo permitiu concluir que há necessidade de mudanças no TCLE, como a apresentação da justificativa da pesquisa, dos danos que possam dela decorrer e das providências a serem adotadas para

evitá-los; das informações sobre o acompanhamento e a forma de assistência aos participantes; da garantia aos participantes de acesso aos resultados da pesquisa.

Bem, após discutir o significado e a importância da obra e apresentar sinteticamente cada um de seus capítulos, destaco que este livro pode ser utilizado por pesquisadores do campo da educação e em especial, da educação profissional para aprofundamentos de estudos no que concerne à metodologias que fundamentam suas pesquisas. Ao mesmo tempo, também será útil, em alguns capítulos, a pesquisadores iniciantes que estejam delineando seus primeiros objetos estudo visando a elaboração dos respectivos projetos de pesquisa.

Dessa forma, pode atender a públicos diferenciados conectados por objetos de estudo situados no campo da educação, particularmente no domínio da educação profissional.

Boas leituras, boas reflexões, bons estudos.

Natal/RN, abril de 2019.

Dante Henrique Moura

ABSTRACT

The set of articles “Methodology (s) of the Research in Professional and Technological Education: dilemmas and contemporary provocations” aims to present some questions about researches at modality of professional and technological education in Brazil. Authors focus on the knowledges and accomplishments of scientific researches in the specific field of professional and technological education. They present the sociocultural and methodological nuances of this field. Therefore they share experiences, challenges and concerns involved in systematic studies they have been carrying out at Master’s Course in Professional and Technological Education (PROFEPT) at Polo Jaguari at Instituto Federal Farroupilha (IFFar). There was an increasing demand for researching this kind of context after creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology in Brazil by Law Number 11.892, in 2008. Therefore PROFEPT as a network master’s program and it helps to open a new range of ethical and operational issues in this new scenario. For that reason, the purpose is to deepen discussions about research methodologies for understanding consolidated methods and to adapt them to the new context of professional and technological education in this country. This is the intent of this book which is recommended for recent and veteran researchers.



PALAVRAS-CHAVE

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES SOBRE ÉTICA NA PESQUISA

1. Conhecimento científico;
2. Ética;
3. Ciência;
4. Pesquisas;
5. Bioética e Direitos Humanos.

CAPÍTULO 2: ANÁLISES TEXTUAIS: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA METODOLÓGICA PARA O SUCESSO DE UMA PESQUISA QUALITATIVA

- 1) Análises textuais;
- 2) Metodologia;
- 3) Pesquisa qualitativa;
- 4) Análise de Discurso;
- 5) Análise de conteúdo.

CAPÍTULO 3: NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO: REPENSANDO CENAS, CENÁRIOS E TRAJETOS FORMATIVOS NA EBPTT

- 1) Trajetos formativos;
- 2) Metodologias qualitativas;
- 3) Licenciatura em computação;
- 4) Educação profissional;
- 5) Saberes docentes.

CAPÍTULO 4: O PROCESSO METODOLÓGICO COMO ALIADO NA EDIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

- 1) Metodologia;
- 2) Revisão de literatura;
- 3) Ambiente de aprendizagem;
- 4) Conhecimento;
- 5) Construção do Pesquisador.

CAPÍTULO 5: A PESQUISA QUALITATIVA E A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR: ELEMENTOS PARA UM PARADIGMA DIALÓGICO

- 1) Papel do Pesquisador;
- 2) Pesquisa formativa;
- 3) Saberes;
- 4) Pesquisa qualitativa;
- 5) História da Ciência.

CAPÍTULO 6: PESQUISA CIENTÍFICA: FUNÇÃO SOCIAL E METODOLOGIA

- 1) Projeto de Pesquisa;
- 2) Escolha metodológica;
- 3) Metodologia;
- 4) Procedimentos de Análise;
- 5) Rigor científico.

CAPÍTULO 7: O LETRAMENTO CIENTÍFICO E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

- 1) Letramento científico;
- 2) Papel do Estudante/pesquisador;
- 3) Intertextualidade;

- 4) Fazer científico;
- 5) Letramento.

CAPÍTULO 8: A ENTREVISTA NA PESQUISA CIENTÍFICA: UMA INTERAÇÃO SOCIAL AMPLIADORA DE SABERES, HISTÓRIAS E CONEXÕES ENTRE ENTREVISTADOR E ENTREVISTADO

- 1) Entrevista;
- 2) Construção de dados;
- 3) Pesquisas científicas;
- 4) Contato interpessoal;
- 5) Revisão bibliográfica.

CAPÍTULO 9: ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS: UMA ANÁLISE DO TCLE DO IFFar A PARTIR DA RESOLUÇÃO 510/2016

- 1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- 2) Pesquisa qualitativa;
- 3) Pesquisa bibliográfica;
- 4) Ética em pesquisa;
- 5) Comitê de Ética.



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE ÉTICA NA PESQUISA	21
<i>Daiana de Freitas Carpenedo, Fábio Diniz Rossi, Fernanda de Camargo Machado</i>	
CAPÍTULO 2 – ANÁLISES TEXTUAIS: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA METODOLÓGICA PARA O SUCESSO DE UMA PESQUISA QUALITATIVA	39
<i>Elisandra Gomes Squizani, Cintia Beatriz Diehl Güntzel dos Santos, Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher, Fernanda de Camargo Machado</i>	
CAPÍTULO 3 – NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO: REPENSANDO CENAS, CENÁRIOS E TRAJETOS FORMATIVOS NA EBPTT.....	57
<i>Juliani Natalia dos Santos, Vantoir Roberto Brancher</i>	
CAPÍTULO 4 – O PROCESSO METODOLÓGICO COMO ALIADO NA EDIFICAÇÃO DO PESQUISADOR.....	77
<i>Lisiane Darlene Canterle, Marília Sagrilo Vione Garcia, Rosiclei de Siqueira Camargo, Ricardo Antonio Rodrigues, Vantoir Roberto Brancher, Neiva Maria Frizon Auler</i>	
CAPÍTULO 5 – A PESQUISA QUALITATIVA E A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR: ELEMENTOS PARA UM PARADIGMA DIALÓGICO	91
<i>Naires de Cassia Nunes Moraes, Ione Brum da Silva, Danieli Melo Zarzicki, Taniamara Vizzotto Chaves, Vantoir Roberto Brancher</i>	
CAPÍTULO 6 – PESQUISA CIENTÍFICA: FUNÇÃO SOCIAL E METODOLOGIA	109
<i>Odair José Kunzler, Evandro Both, Fernanda de Camargo Machado</i>	
CAPÍTULO 7 – O LETRAMENTO CIENTÍFICO E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS	123
<i>Gláucia do Carmo Xavier</i>	
CAPÍTULO 8 – A ENTREVISTA NA PESQUISA	

**CIENTÍFICA: UMA INTERAÇÃO SOCIAL AMPLIADORA
DE SABERES, HISTÓRIAS E CONEXÕES ENTRE
ENTREVISTADOR E ENTREVISTADO 139**

*Tauane Carolina Parodi Be, Antônio Cândido da Silva, Renato Xavier
Coutinho, Vantoir Roberto Brancher*

**CAPÍTULO 9 – ÉTICA NA PESQUISA COM SERES
HUMANOS: UMA ANÁLISE DO TCLE DO IFFAR A
PARTIR DA RESOLUÇÃO 510/2016 161**

*Thamille Pereira dos Santos, Mariluce Barcellos Brum, Fernanda de
Camargo Machado*

REFERÊNCIAS 183

ÍNDICE REMISSIVO 191

SOBRE OS AUTORES..... 193

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE ÉTICA NA PESQUISA

Daiana de Freitas Carpenedo, Fábio Diniz Rossi,
Fernanda de Camargo Machado

“A capacidade do povo de fazer o bem faz a ética biológica desejável; sua capacidade de fazer o mal torna a ética necessária”
(Reinhold Niebuhr)

INTRODUÇÃO

A evolução da ciência tem trazido à sociedade respostas a questões há muito feitas pelo ser humano. Aprendemos a plantar, a manipular o meio ambiente, desenvolvemos vacinas e aparelhos que fazem diagnósticos completos sobre nossa saúde, visando à prevenção de doenças, para as quais desenvolvemos tratamentos. Diante disso, a expectativa de vida aumentou consideravelmente. Também o advento da tecnologia trouxe-nos inúmeros benefícios, como a invenção de máquinas que facilitam o trabalho e demais tarefas do dia a dia. Os benefícios da evolução científica e tecnológica são claros, mas a rápida ascensão da ciência trouxe à tona também a dúvida: até onde pode o ser humano chegar e o que ele está autorizado a fazer na busca desse desenvolvimento?

A obtenção do conhecimento científico está diretamente ligada às consequências geradas pelos meios utilizados em prol de sua busca. Ao longo das últimas décadas, nota-se uma ascensão das discussões em torno da questão ética, seja com o aumento de con-

ferências a respeito, seja com a criação de normativos que definem as ações consideradas antiéticas e delimitam penalidades, ou mesmo com o crescimento na quantidade de publicações a respeito. A ética é um ponto importante na delimitação de qualquer pesquisa, independentemente da área em que esta venha a ser desenvolvida. Este estudo visa trazer o assunto à reflexão, questionando: até que ponto um problema científico pode vir a justificar os meios utilizados para sua resolução? Até onde a evolução do conhecimento é razão suficiente para que deixemos em segundo plano, por exemplo, a dignidade e o (possível) tratamento dos pesquisados que recebem um medicamento placebo ao invés do medicamento real? O quanto é possível ignorar que os animais vertebrados utilizados como cobaias sentem dor, medo, estresse, angústia e têm instintos de sobrevivência? Tem a evolução da ciência tanta prioridade, que podemos ignorar princípios como o respeito à dignidade humana e à vida como um todo? No plano metodológico, buscou-se perpassar por publicações relacionadas com o tema, elaborando, resumidamente, uma linha temporal da evolução dos conceitos e legislação pertinente.

A busca pelo conhecimento científico perpassa por metodologia sistemática, cujos resultados sejam verificáveis. “Se não pode ser comprovado, não é ciência” (LAKATOS, 1992, p. 17). “Não se obtém ao acaso: são necessárias regras lógicas e procedimentos técnicos” (LAKATOS, 1992, p. 17). A questão ética vem para discutir tais regras e procedimentos, de forma a lembrar que, apesar de a ciência ser a chave para encontrarmos diversas e importantes soluções frente aos problemas da humanidade e do ambiente em que vivemos, ela não é um fim em si mesma: é um instrumento em prol da vida e suas infinitas facetas.

Outra questão a se considerar no campo da ética é o uso que se dá ao produto gerado pelo trabalho do cientista. O pesqui-

sador não pode fugir à responsabilidade do avanço tecnológico e científico que produz e suas consequências. O uso da ciência pode trazer tanto males quanto benefícios.

Durante a história da humanidade, pôde-se observar que o progresso do conhecimento, independentemente do seu fim – econômico ou puramente científico –, ou a busca por melhorias nas condições de vida e de saúde do ser humano, muitas vezes se sobrepôs aos malefícios que causou durante o percurso. Porém, hoje já é fato que a comunidade científica e a sociedade, como um todo, não mais têm aceito pesquisas cuja metodologia não inclua a observância às questões éticas.

ASPECTOS CONCEITUAIS

A ética é um conceito do qual o ser humano se apropria muito antes de começar a adquirir o conhecimento de forma sistemática. É aprendida desde que a pessoa se percebe como indivíduo, durante seu trajeto de vida e interação com o mundo e com sua comunidade. Os preceitos inerentes à ética foram se formando em conjunto com o desenvolvimento da sociedade, através da convivência entre os seres humanos. Não é necessário estudar ética para se entender que é imoral matar ou roubar. Estes são preceitos que se constroem naturalmente no âmbito das pessoas em suas relações de convívio. É a ética que permite que a vida em sociedade seja possível, que nos ensina que todos os seres vivos, seus interesses e seu bem-estar são importantes e devem ser observados pelos demais. Para Vázquez (2012, p. 23), “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Nesta afirmação, o autor deixa claro o aspecto científico da ética: ele entende ser necessária uma abordagem científica dos problemas morais. Sendo a ética a ciência da moral, ela supera o aspecto empírico baseado no pensamento e autonomia de cada um, e vai além, buscando

conceitos e aplicações mais objetivos. A moral é empírica, a ética a estuda e a discute. Nalini (2012) conceitua ética citando Kant. Ele afirma que, para o filósofo, a ética é a aplicação concreta da moral, sendo esta o conjunto dos princípios gerais.

A conceituação de ética pode parecer simples, mas sua aplicação gera controvérsias. É possível afirmar que a ética é a moral normatizada, se considerarmos a criação dos “Códigos de Ética” (NALINI, 2012, p. 29), obviamente de forma exemplificativa, nunca exaustiva, visto não haver como definir todas as possibilidades de má conduta humana em normativos. A ética vem para fomentar a discussão, refletir e questionar a respeito da moralidade.

Nedel (2004, p. 09) elucida que a ética, em sua compreensão usual, pode ser entendida como princípios, normas de conduta, crenças, valores e ideais morais que fazem parte da condição humana – é o *éthos* de uma pessoa, grupo humano ou sociedade, o que se pode chamar de moralidade, ou moral, embora etimologicamente também lhe seja adequada a palavra ética. O autor entende importante fazer distinção entre a ética usual e a ética aplicada, explicando que esta última é “a ciência ou filosofia que tem essa realidade como objeto” (NEDEL, 2004, p. 09).

Dentro das diversas facetas nas quais a ética deve ser aplicada em nossa sociedade, uma delas gera discussões fervorosas, que é a ética em pesquisas, seja utilizando material humano, animais, ou mesmo somente informações e conhecimento. É quase unanimidade afirmar, porém, que causar dor ou danos a outros seres vivos é considerado conduta antiética. Mas esse fato não foi impeditivo para o ser humano na condução de muitos de seus estudos, em que colocou os interesses científicos acima de qualquer outro.

A QUESTÃO ÉTICA NA PESQUISA

Quando a problemática da falta de limites para se atingir determinado objetivo se mostra, ao longo da história humana, in-

trínseca a muitos, é necessário que se discuta a respeito. O quanto pode a questão ética ficar somente delimitada pelo pensamento de cada um? O quanto se mostra necessário regulamentar, de forma mais objetiva, a atuação do pesquisador na busca das respostas às suas inquietações, na comprovação de uma hipótese ou criação de algo? O fato é que, enquanto não houve regulamentação, o ser humano utilizou-se de outros seres vivos, humanos ou não, como simples meio para um fim. De acordo com Freitas:

As primeiras normas surgiram para coibir a influência da busca do poder e da ânsia de dominação no período de guerra como os principais impulsos a abusos na prática científica. Tanto que em anos seguintes ao término da II Grande Guerra defende-se a inocuidade das normas do Código de Nuremberg para a prática científica acadêmica. No entanto, já nas décadas de 60 e 70 nova preocupação com abusos na atividade crescente de investigação em saúde centrou-se no ímpeto científico do pesquisador, que em sua paixão pela descoberta algumas vezes via as pessoas como objeto e meio para chegar a suas conclusões - que lhe alcançavam, principalmente, prestígio diante dos seus pares. Daí surgiu a concepção da necessidade de controle social sobre as pesquisas, em qualquer época, de guerra ou de paz, através da avaliação por pares e, depois, por instâncias especialmente criadas para tal fim (2002, p. 134).

Conforme avança a ciência, avançam também as maneiras de se intervir na vida das pessoas e do meio ambiente, de maneira que se torna imperativo criar formas de controle sobre essa intervenção, não a deixando aos cuidados da autonomia do cientista. Padilha corrobora o entendimento de Freitas, e acrescenta:

Embora possamos nos reportar à história da antiguidade, tomando o exemplo do juramento hipocrático (Hipócrates é considerado o pai da Medicina e foi quem introduziu as bases do juramento médico), é a partir do início do século XX que algumas regulamentações de experimentos científicos começam a surgir em iniciativas de países isolados (EUA, 1900; Prússia, 1901; Alemanha, 1931). Somente quando as atrocidades cometidas na 2ª Grande Guerra, em campos de concentração nazistas, se tornaram públicas, é que a humanidade se defrontou, de forma drástica, com o lado “terrível” da ciência (2005, p. 98).

Na história mundial, o Código de Nuremberg é considerado o primeiro documento internacional sobre ética na pesquisa. Foi gerado após o julgamento, em 1947, pelo Tribunal Militar Internacional, em Nuremberg, das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. O documento contém recomendações a respeito de diretrizes que devem nortear as pesquisas com seres humanos, salientando a necessidade do balanceamento entre riscos e benefícios causados aos sujeitos envolvidos, bem como a essencialidade de o consentimento para a pesquisa ser dado de forma voluntária (KIPPER, 2010). O considerável aumento na quantidade de pesquisas na área gerou a necessidade da criação de um normativo ético mais completo, o que deu origem, em 1964, à Declaração de Helsinque, “inaugurando a análise acadêmica, posteriormente assumida pela Bioética, da proibidade das pesquisas biomédicas” (KIPPER, 2010, p. 226). Ambos documentos derivaram da necessidade de proteger os direitos humanos e a dignidade dos sujeitos analisados, colocando-os acima das buscas científicas. Um dos avanços trazidos pelo Código de Helsinque é a recomendação de que as pesquisas passem pela análise de uma Comissão de Ética. As comi-

sões de ética na pesquisa são formas organizadas de controle social sobre as práticas da ciência, atuando em nome de toda a sociedade (FREITAS, 2002), e têm importante função, seja na fiscalização do cumprimento da legislação relativa à ética na pesquisa, seja em seu caráter educativo perante a sociedade e a comunidade acadêmica. São comissões cujo conhecimento técnico deve ser considerável, pois têm a difícil tarefa de balancear a necessidade da pesquisa com os meios a serem utilizados para os fins pretendidos, os benefícios e o nível permitido de possíveis danos a serem causados.

Nosella nos traz a reflexão sobre a tríade que traz o conceito de ética para dentro das pesquisas científicas: “Em suma, o limite ético da pesquisa é traçado pela dialética entre consciência individual, sociedade civil e sociedade política legitimamente empossada. Todavia, a consciência do pesquisador é a última instância de decisão” (2008, p. 265). Por mais que se criem regulamentações a respeito, a decisão final caberá ao pesquisador, que deve ter a consciência de buscar o equilíbrio entre a construção do saber a que se propõe e o quanto seus métodos têm a capacidade de serem aplicados causando o mínimo possível de eventuais danos.

ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS

Não é somente na história das atrocidades nazistas que nos defrontamos com situações nas quais a ética, ou qualquer consideração com os participantes de uma atividade de pesquisa, são inexistentes. A história mundial é eivada de situações em que a falta de elementos éticos e o desrespeito pelos sujeitos objetos de pesquisa são exemplificados. Um caso que gerou comoção social foi a divulgação do projeto Tuskegee, no qual negros portadores de sífilis foram submetidos a tratamento com placebo, visando a analisar a evolução natural da doença (KIPPER, 2010), embora o tratamento

com penicilina tivesse sido descoberto logo em seguida, e sem que os sujeitos da pesquisa soubessem que eram objetos dela. Kottow (2008) cita ainda experimentos nos quais houve a implantação do vírus da hepatite em crianças com deficiência mental na Escola de Willowbrook, e a injeção de células cancerígenas em pacientes internados em estado grave no Hospital Judeu para Doenças Crônicas de Brooklyn. As barbáries cometidas em nome da evolução científica não são somente fruto da ciência nazista, mas perfazem uma triste e comum cadeia de histórias por todo o mundo.

As situações de pesquisas consideradas abusivas com relação aos sujeitos envolvidos são inúmeras e datam de séculos. Temos, como um dos exemplos mais antigos, a experiência do médico inglês Edmund Jenner (1796). Kipper (2010) nos conta que, ao iniciar estudos sobre uma vacina contra a varíola, o médico utilizou-se de seus filhos e das crianças vizinhas, não demonstrando preocupação com sua proteção e com o risco a que os estava expondo. No início do século XX começou a se falar mais explicitamente sobre o consentimento dos sujeitos envolvidos nas pesquisas. Ainda segundo Kipper (2010), o médico bacteriologista Walter Reed, em 1901, apontou aspectos sobre ética em pesquisa, em que afirmava que os estudos deveriam adotar os requisitos da autoexperimentação, consentimento por escrito de outros possíveis sujeitos, e o pagamento pelas participações, além de restringir estas exigências a pessoas adultas.

A importância do consentimento foi devidamente registrada com o advento do Código de Nuremberg. Porém, Kottow (2008) entende que o consentimento dos sujeitos não é suficiente para o advento de uma postura ética na pesquisa; é importante que se reforce a necessidade de uma sociedade ética que respeite os direitos humanos. O autor afirma o seguinte:

As pessoas que elaboraram o Código de Nurembergue [*sic*] [...] estavam imbuídas de uma alta estima pela autonomia individual. Por isso enfatizaram a livre vontade de participar de experimentos, sem que pudessem admitir que a falha ética fundamental das barbáries médicas não havia sido a ausência de consentimento, mas sim a destruição incompreensível de outro ser humano (KOTTOW, 2008, p. 10).

Com o aumento das pesquisas com humanos, o Código de Nuremberg não se mostrou suficiente para coibir possíveis posturas não éticas; desta forma, tornou-se necessária a criação de um novo documento. Surgiu então, a partir de estudos realizados pela Associação Médica Mundial (KIPPER, 2010), a Declaração de Helsinque, em 1964. Esta declaração enfatiza que o bem-estar dos indivíduos deve prevalecer sobre os interesses da ciência e da sociedade (KOTTOW, 2008). A elaboração deste documento reforçou as discussões sobre a temática, fazendo com que surgissem outras regulamentações a respeito do assunto com o objetivo de subsidiar a definição de critérios éticos a serem inseridos nas pesquisas, buscando maior proteção dos sujeitos e seus direitos, zelando pelo seu bem-estar e dissuadindo a utilização de métodos que possam oferecer riscos.

Denúncias de experimentos antiéticos que colocaram a saúde de seus sujeitos em risco demonstraram a fragilidade dos princípios abordados na Declaração de Helsinque, trazendo à tona novamente a imperiosidade da reflexão sobre a ética em pesquisa (ALBUQUERQUE, 2013). Foi então instituída, pelo Congresso Estadunidense, a Comissão Nacional Sobre Proteção dos Sujeitos da Pesquisa Biomédica e Comportamental. Dos trabalhos da Comissão, surgiu, em 1978, o Relatório Belmont, que sistematizou os princípios éticos identificados no curso de seus estudos, definindo três princípios básicos das pesquisas envolvendo seres humanos: respeito à pessoa, beneficência e justiça (ALBUQUERQUE, 2013).

O marco mais recente no que tange à ética na pesquisa no âmbito internacional é a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, de 2005. Segundo Kottow, “a declaração parece precipitada para uma disciplina ainda insuficientemente solidificada, já que não conseguiu elaborar os temas para além de sua apresentação na Declaração de Helsinque” (2008, p. 15). No entanto, esta declaração vem a solidificar a conexão entre bioética e direitos humanos, trazendo uma reflexão sobre o quanto as infrações éticas em pesquisas são também infrações diretas aos direitos humanos dos sujeitos.

Na esfera nacional, a ética em pesquisa vem à discussão, inicialmente, através da Resolução 01/88, do Conselho Nacional de Saúde:

O Conselho Nacional de Saúde, pelo decreto 93.933 de 14 de janeiro de 1987, aprovou a resolução 01/88 que normatiza a pesquisa na área de saúde. O capítulo II (Aspectos Éticos da Pesquisa em Seres Humanos), artigo 5.º, parágrafo II cita: “A pesquisa que se realiza em seres humanos deverá desenvolver-se conforme as seguintes bases: estar fundamentada na experimentação prévia realizada em animais, em laboratórios ou em outros fatos científicos”. A maioria dos códigos internacionais que tratam das normas de pesquisa na área da saúde contém esses princípios (SCHNAIDER, 2007, p. 110).

Posteriormente, a necessidade de reavaliação dos critérios necessários para a condução de pesquisas com seres humanos envolvidos levou à criação de um grupo de trabalho, pelo Conselho Nacional de Saúde, do qual se originou a Resolução 196/96, que definiu normas regulamentadoras e diretrizes a serem seguidas em estudos que incluam seres humanos. Esta normativa deu início à atuação da CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa,

juntamente com todo um sistema de comitês espalhados pelo país. A Resolução incorporou os princípios elencados no Relatório Belmont, e acrescentou mais um – o princípio da não maleficência (GUERRIERO, 2013).

Com o passar dos anos, surgiram novos questionamentos, e a experiência apresentou a necessidade de revisão de alguns aspectos da normativa, sendo uma das principais queixas a de que ela não abrangia estudos relativos às ciências humanas e sociais (JUNGES, 2014), pois, apesar de pretender-se universal, a Resolução 196/96 toma por base documentos relativos às pesquisas Biomédicas (GUERRIERO, 2013). Esta necessidade do aditamento de novas diretrizes e revisão de algumas que já não atendiam seu fim, gerou a aprovação, pelo Conselho Nacional de Saúde, da Resolução 466/12, documento este atualmente em vigor. Ela também se apossou dos princípios contidos no Relatório Belmont, juntamente com o da não maleficência, e acrescentou o princípio da equidade, além de deixar em aberto a pertinência de outros princípios (GUERRIERO, 2013). Ainda, Guerriero (2013) entende que, apesar de terem ocorrido alterações nas diretrizes da Resolução 466 com relação à 196, elas não foram suficientemente profundas para abordar de forma satisfatória as características das pesquisas sociais. Além disso, também Junges (2014) considera que a nova Resolução traz modificações eticamente problemáticas, pois carrega um enfraquecimento das exigências éticas, fato este também identificado na última revisão da Declaração de Helsinque.

Albuquerque (2013) explica que, nas atuais normativas nacionais, a ética na pesquisa não abrange a tutela dos direitos humanos, defendendo que esta seara deve vir a fazer parte das Resoluções. A autora explica que, embora a Resolução 466/12 cite em seu preâmbulo a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, ela não cita os Direitos Humanos como balizadores da investigação científica (ALBUQUERQUE, 2013).

Considerando ser a função das resoluções e demais normativos correlatos regulamentar as pesquisas de forma a promover a proteção aos seus participantes, nada mais justo que incluir, de forma explícita, e não somente intrínseca, o amparo à questão dos Direitos Humanos, pois a ética na pesquisa vai muito além do não causar sofrimento desnecessário ou riscos à saúde: é importante considerar também que a saúde dos indivíduos englobe o seu bem-estar nos diversos enfoques de sua vida. Deixar de observar esse aspecto só faz reforçar o caráter de vulnerabilidade e subordinação dos sujeitos das pesquisas frente à ciência.

ASPECTOS ÉTICOS NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS VERTEBRADOS NA PESQUISA CIENTÍFICA

O ser humano vem se utilizando dos animais em benefício próprio desde que aprendeu a dominá-los, seja para alimentação, vestuário ou como auxiliar nos trabalhos diários, após conseguir domesticá-los. A cultura antropocentrista que regeu a humanidade a séculos fez com que o ser humano se colocasse acima tanto dos animais, quanto do meio ambiente como um todo, entendendo que o planeta e seus recursos só existem para servi-lo. Este entendimento vem corroborado pela cultura religiosa, por filósofos e cientistas, que afirmavam que os animais eram inferiores por não possuírem racionalidade. Fischer (2012) afirma que, para Kant, criador do princípio da autonomia, os animais eram um meio para um fim: servir o ser humano. Eram apenas mais um recurso natural disponível, apesar de também defender que ele teria deveres de compaixão para com os animais. Ainda segundo a autora, Descartes, juntamente com a maioria dos filósofos da época, defendia que o funcionamento dos animais poderia ser comparado ao funcionamento de máquinas, sendo seu organis-

mo colocado em ação apenas por estímulos mecânicos, não sendo eles capazes de sentir dor ou ter consciência (FISCHER, 2012). Embora houvesse pensadores preocupados com a questão animal, como Voltaire (CHUAHY, 2009), eles eram minoria, e os animais seguiram sendo utilizados sob os mais distintos argumentos ao longo dos séculos.

Relatos sobre a prática da vivissecção remontam a milhares de anos. Raymundo (2002) afirma que, já na época antes de Cristo, os anatomistas Alcmaeon (500 a. C.), Herophilus (300 – 250 a. C.) e Erasistratus (305 – 240 a. C.) realizavam vivisseções em animais, objetivando formular hipóteses sobre o funcionamento associado às suas estruturas. Apesar da negação da maioria dos pensadores sobre a existência de emoções e sensações nos animais, contraditoriamente, com o avanço da ciência e das técnicas da medicina, e observando a similaridade no funcionamento orgânico dos animais e dos humanos, o ser humano buscou estudá-los para compreender a si mesmo, através da dissecação e da vivissecção, tendo esta atividade registros desde épocas em que ainda não se conheciam métodos anestésicos.

As primeiras sociedades protetoras dos animais surgiram no século XIX. O fisiologista Claude Bernard, considerado autor da “Bíblia dos Vivissectores” (FISCHER, 2012), em torno do ano 1860, utilizou-se do cachorro de estimação de sua filha em suas aulas. Em virtude disso, sua esposa fundou a primeira associação em defesa dos animais de laboratório. Bernard defendia que o ser humano possui todo o direito de fazer experiências com animais, e além disso, que deve fazer parte da postura do cientista a indiferença ao sofrimento de suas cobaias (RAYMUNDO, 2002).

Segundo Raymundo (2002), a primeira lei a regulamentar o uso de animais em pesquisa vem do Reino Unido, e data de 1876, sendo que somente em 1909 surgiu a primeira publicação norte-a-

mericana sobre aspectos éticos na utilização de animais em experimentação, proposta pela Associação Médica Americana. Apenas ao final do século XIX conseguiu-se provar a relação entre ser humano e outros animais, através das teorias de Darwin, que afirmava que alguns deles eram capazes de raciocinar, possuir sentimentos morais rudimentares e emoções (CHUAHY, 2009).

O início do movimento moderno em prol do bem-estar animal está relacionado com o advento do livro de Ruth Harrison, “*Animal Machines*”, em 1964 (FISCHER, 2012). O assunto também ressurgiu com peso a partir da publicação do livro “*Animal Liberation*”, em 1975, do filósofo contemporâneo, e grande defensor dos animais, Peter Singer. Ambas as obras denunciaram práticas abusivas com relação aos animais, principalmente na indústria cosmética e alimentícia. O livro de Harrison teve como consequência a criação de um comitê britânico para apuração das denúncias, que concluiu que os animais possuem emoções e são seres sencientes (FISCHER, 2012). As denúncias de Singer trouxeram à sociedade a reflexão a respeito das origens do que se consome, gerando protestos e impulsionando a luta pelo bem-estar animal (RAYMUNDO, 2002). Logo depois, em 1978, foi elaborada pela Unesco a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, fomentando mundialmente a discussão sobre a temática.

Um marco importante na questão ética relativa ao tratamento animal é a criação, por Russel e Burch, em 1959, do “Princípio dos ‘3 Rs’” – *Replacement* (substituição), *Reduction* (redução), e *Refinement* (refinamento). Essa teoria sugere que a utilização de animais seja sempre substituída quando existirem meios alternativos ao seu uso (*replacement*), que se utilize o menor número possível de animais para se atingir um resultado confiável (*reduction*), e que as técnicas sejam aperfeiçoadas de forma a causar o menor sofrimento possível aos animais envolvidos (*refine-*

ment). Esta teoria é grandemente difundida no meio científico, e foi incorporada por diversos regulamentos, inclusive pela lei que atualmente rege o assunto no Brasil (Lei 11.794/2008). Apesar de ter ocasionado melhorias no trato dos animais utilizados em experimentos, o princípio dos “3Rs” também é causa de grande discórdia por parte dos abolicionistas (postura daqueles que se opõe a utilização animal em todas as suas formas). Eles afirmam que esta metodologia corrobora a utilização dos animais não humanos em benefício do ser humano, apenas delimitando que eles sejam tratados da melhor forma possível, o que vem de encontro à teoria abolicionista, que prega que o ser humano não tem direito a nenhum tipo de utilização de animais (FEIJÓ, 2014).

Em 1979 foi sancionada no Brasil a Lei 6.638, que estipulou as normas para a prática didático-científica da vivisseccção em animais, delimitando esta prática apenas às instituições de terceiro grau, e definindo a necessidade de não causar sofrimento às cobaias. Houve também outros normativos relacionados ao cuidado com os animais, como os códigos de caça e pesca e o Decreto 24.645/34, decreto este que determinou que todos os animais são tutelados pelo Estado, bem como exemplificou atos de crueldade e definiu penalidades. Posteriormente, a Constituição Federal de 88 elevou ao nível de norma constitucional o direito de os animais não serem submetidos a tratamentos cruéis. Em 1998 tivemos o surgimento da Lei dos Crimes Ambientais (9.605/98), e finalmente, em 2008, foi aprovada a Lei 11.794 – a chamada “Lei Arouca”, após treze anos de tramitação, que estabeleceu procedimentos para o uso científico de animais vertebrados, criou o CONCEA – Conselho Nacional de Controle em Experimentação Animal, e condicionou o credenciamento das instituições com atividades de ensino e pesquisa utilizando animais à constituição prévia das CEUAs – Comissões de Ética no Uso de Animais (BRASIL,

2008). Estas comissões desempenham importante papel nas instituições, pois são elas que analisam a viabilidade das pesquisas envolvendo animais em seus aspectos técnicos, éticos e legais, fazendo o balanceamento entre seus benefícios e possíveis riscos.

As Comissões de Ética têm a função de levantar a reflexão e a mudança de paradigma ético nos pesquisadores, promovendo melhorias nas condições de tratamento dos animais modelos de experimentação (FISCHER, 2012). Muito além de verificar o cumprimento dos requisitos legais exigidos para a aprovação das pesquisas e atividades didático-pedagógicas, elas têm um viés educativo, incentivando discussões éticas sobre o uso humanitário dos animais de laboratório, conscientizando a comunidade acadêmica e científica de que são seres sencientes e da importância de que recebam tratamento digno e dentro de princípios suficientes de bem-estar.

Após séculos de convivência direta entre pessoas e animais, e após o ser humano se utilizar deles de todas as formas possíveis, já não restam maiores dúvidas a respeito de que são seres possuidores de sensações e sentimentos. Os animais continuam ocupando posições em incontáveis aspectos da vida humana, ainda nos servindo, seja de companhia, alimento, mão de obra, ou ainda como modelo de experimentação. É imprescindível que levemos em conta que são seres vivos, que sentem dor, frio, medo, têm necessidades e uma vida a ser vivida. A evolução da legislação a respeito é um indício de que a sociedade está amadurecendo para a questão da ética no uso de animais, embora ainda lentamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há de se observar que o avanço científico-tecnológico tem tido uma evolução quase imensurável. Nessa busca infindável

pelo conhecimento e evolução, torna-se imperioso que definam limites, pois nem tudo o que é possível de se fazer deve ser feito. O ser humano não pode mais ter suas capacidades como único entrave. Os malefícios a serem causados no caminho a ser desenvolvido em uma pesquisa devem sempre ser colocados na balança, juntamente com os benefícios, pois o avanço indefinido da ciência já causou inúmeros prejuízos, no momento em que, independentemente do fim a que se destinou, pode vir a ser utilizada com objetivos inúmeros, causando consequências desastrosas. Os interesses da ciência não podem ser considerados de maior valor do que os interesses do ser humano como indivíduo. Pesquisas biomédicas já geraram muitas atrocidades em nome da ciência.

A degradação cada vez maior do meio ambiente, e o crescimento das possibilidades de manipulação das características dos seres vivos, deve nos fazer lembrar de objetivos anteriormente perseguidos que, por sua natureza, poderiam parecer benéficos, mas vieram a gerar danos indescritíveis, como, a busca genética por melhorias na raça humana que os pesquisadores nazistas promoviam – este é um exemplo de um tema dentro da ciência que pode causar entendimentos diversos e dar margem ao reforço de preconceitos e condutas impróprias e inadmissíveis.

A busca incessante e ilimitada por conhecimento já causou danos suficientes na história da humanidade. Evoluímos, e hoje se discutem assuntos que até poucas décadas atrás não eram nem sequer tidos como relevantes, como a senciência animal e as limitações éticas na pesquisa científica. A normatização destas áreas, inclusive prevendo sanções no que tange à sua inobservância, é forte evidência de que qualquer prática que não observe estes princípios não é mais admissível em nossa sociedade. Não se trata de frear ou de tentar impedir o avanço científico, mas sim de fomentar um tipo de ciência e pesquisa que se baseiem no equilíbrio

entre os resultados esperados e os possíveis danos que possam ser causados durante a investigação.

A evolução técnico-científica traz benefícios e melhorias à vida de todos nós. Mas não podemos aceitar que esse desenvolvimento, não importando o quão significativos sejam os benefícios que possam causar, venha às custas de deixarmos de bem tratar nossos iguais, participantes das pesquisas, bem como todas as demais formas de vida existentes no planeta. Esta é uma questão de proteção à própria vida humana.

CAPÍTULO 2

ANÁLISES TEXTUAIS: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA METODOLÓGICA PARA O SUCESSO DE UMA PESQUISA QUALITATIVA

Elisandra Gomes Squizani, Cintia Beatriz Diehl
Güntzel dos Santos, Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher,
Fernanda de Camargo Machado

INTRODUÇÃO

A pesquisa é um mecanismo que visa conhecer uma realidade ou procurar meios de intervir nela. Segundo Minayo (2010), a busca pelo conhecimento é constante, uma vez que os questionamentos e a busca por soluções também o são. No entanto, problemas essenciais continuam sem respostas e sem propostas. No intuito de buscar resolução para estas questões, os pesquisadores tentam, através de metodologias específicas, trazer informações que contribuam para o esclarecimento de situações próprias do investigador e da comunidade em geral.

Nesse sentido, para a pesquisa atingir esse fim, independentemente do tipo escolhido pelo investigador, ela requer uma análise de dados coerente com o material coletado e com os objetivos propostos. Assim, a escolha da metodologia¹ de análise é uma

1 Consideramos as análises em estudo neste artigo como metodologias, a partir do pressuposto de que, epistemologicamente, metodologia não se configura em apenas

etapa importante na composição de um trabalho.

Ao iniciar uma pesquisa, destaca-se a necessidade de se conhecer as metodologias disponíveis para escolher a mais adequada para o tipo de investigação a ser realizada. Para tanto, aqui busca-se apresentar um breve estudo sobre metodologias de análise textual, a saber, Análise de Discurso, Análise de Conteúdo e Análise Textual Discursiva, procurando compreender sua relevância para pesquisas de cunho qualitativo.

A Análise de Discurso (doravante AD), na perspectiva desenvolvida pelo filósofo Michel Pechêux e difundida no Brasil pela professora e pesquisadora Eni Orlandi, surge no intuito de compreender a língua fazendo sentido a partir das relações entre os homens e destes com a história, como sujeitos ou como membros de uma determinada sociedade. Considera que todo o discurso traz consigo um caráter ideológico e anterior ao próprio discurso, indo além do que está escrito e buscando seus significados na história (ORLANDI, 2005).

A Análise de Conteúdo (doravante AC) se presta, segundo Bardin (2002), a buscar indicadores, a partir da descrição de conteúdo das mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às mesmas. Nesse sentido, a AC permite descrever e interpretar os mais diversos tipos de textos e, mensagens desde que o método seja aplicado de maneira correta, coerente com as etapas sugeridas pelo autor citado.

Diante deste contexto de análise textual, que pode transitar desde a AD até a AC, surge a Análise Textual Discursiva (doravante ATD) como ferramenta de análise das pesquisas qualitativas (MORAES; e GALIAZZI, 2013) quando se busca uma abordagem com soluções propostas por ambos os métodos. (MORAES,

procedimentos e técnicas de análises de dados, mas uma escolha teórica do pesquisador para abordar o objeto de estudo.

2003). Neste texto, buscar-se-á apresentar os elementos que constituem cada uma delas, de forma a dar condições, mesmo que minimamente, de compreendê-las e julgá-las adequadas ou não para o contexto de possíveis pesquisas a serem realizadas na área do ensino.

A PESQUISA E A ESCOLHA METODOLÓGICA

As pesquisas em educação vêm, nas últimas décadas, crescendo e ganhando espaço, tendo em vista o considerável aumento da oferta de graduação e pós-graduação no país. Dentro desse contexto, buscam-se metodologias que atendam da melhor forma às demandas de pesquisa que vão surgindo.

Ganham força os estudos chamados de “qualitativos”, que englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de análises, compreendendo desde estudos do tipo etnográfico, pesquisa participante, estudos de caso, pesquisa-ação até análises de discurso e de narrativas, estudos de memória, histórias de vida e história oral (ANDRÉ, 2001, p. 54).

As análises textuais vêm ganhando destaque e revelando sua importância para a pesquisa qualitativa, seja na interpretação de entrevistas, questionários, seja em quaisquer outras formas de representação linguística que possam vir a tornar-se objeto de análise. Pesquisa realizada por Santos *et al* (2017) apontou que em 24 dissertações analisadas, de Programas de Pós-Graduação de duas universidades no Estado da Bahia, nove não possuíam definição explícita de seus métodos de análise de dados, cinco fizeram uso da ATD, quatro da AC e três da AD. Os resultados de Santos *et al* (2017) reforçam a importância da metodologia para a análise de dados em uma pesquisa qualitativa e corroboram a ênfase deste artigo na AD e AC, constituindo pontos extremos, cada uma com

suas especificidades, e a ATD, situando-se em um ponto intermediário entre as duas.

Conhecendo um pouco de cada uma, pode ser possível optar por uma delas ou mais, caso seja pertinente para o pesquisador diante de seu objeto de estudo, destacando que a escolha metodológica é fundamental para o sucesso de uma pesquisa.

ANÁLISE DO DISCURSO

Como já mencionado, dentro da pesquisa qualitativa percebe-se a presença da AD sendo utilizada enquanto método. Para compreendê-la como tal, faz-se necessário conhecer um pouco do histórico desse campo e como ele se constituiu. Existem diferentes vertentes teóricas para a AD. Aqui será feita a abordagem da corrente francesa, que nasceu a partir das teorias do filósofo Michel Pêcheux e que, no Brasil, têm como sua grande propagadora a escritora Eni Pulcinelli Orlandi.

A língua foi, por muitos anos, estudada como um sistema fechado, em que o contexto de uso e os falantes não eram considerados. A AD surge como uma novidade e o discurso, na concepção dada por Pêcheux, também como um objeto novo para a área da linguística. Essa afastava questões sociais e políticas de seu campo de pesquisa, limitando-se, até certo ponto de sua evolução, ao estudo da frase e entendendo a língua como um sistema autônomo. Pêcheux critica essa linguística formalista de Ferdinand de Saussure, a qual desconsidera a historicidade da fala e difunde uma ideia de neutralidade. Para Michael Pêcheux, o discurso não é neutro. A concepção de discurso surge no momento em que se percebe que o limite está além da frase e que ele se constitui com outros elementos além da língua. “[...] O texto não é a soma de

frases e não é fechado em si mesmo.” (ORLANDI, 2001, p. 22). Orlandi (2005, p. 15) explica:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (p. 15).

A AD constitui-se com um caráter interdisciplinar. Ao mesmo tempo, articula três áreas, construindo uma relação entre língua, discurso e ideologia. Enquanto a Linguística afastava questões sociais e políticas de seu foco de pesquisa e as Ciências Sociais se sustentavam na ideia da transparência da linguagem, a teoria da AD vem afirmar que o discurso surge dentro de uma ideologia imposta pelo meio social em que o sujeito está inserido. Pêcheux percebe que a ideologia se materializa no discurso e que o homem só se torna sujeito dele quando se filia a uma determinada ideologia que, dentro de uma rede de sentidos, se materializa em discurso. Essa ideologia só é eficaz quando ela está de tal forma impregnada no sujeito que ele se acredita ser a origem dela. Orlandi (2005), no entanto, explica que

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista *in loco*). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (p. 32).

Por isso a ideia de que o discurso não é neutro. Quando um sujeito fala, ele o faz de uma determinada posição social e a escolha das palavras remete ao seu contexto e ideologia (crença). “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” (ORLANDI, 2005, p. 17). Cabe, portanto, ao analista de discurso, analisar o que efetivamente foi dito e que efeitos de sentido esse dizer pode ter causado em seu interlocutor. “Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos.” (ORLANDI, 2005 p. 26)

Convém destacar que o discurso não se limita ao texto escrito. Ele se consolida na linguagem escrita, na linguagem falada e até mesmo no não-verbal. Uma imagem pode constituir discurso, expor a ideologia do sujeito e provocar efeitos de sentido em novos sujeitos, podendo, assim, tornar-se objeto de análise. O importante é sempre procurar ir além do que se vê e do que se lê, uma vez que, como afirma Gregolin (1995, p. 20), “Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu.[...]”, ou seja, ir além do texto em si, buscando o que há por detrás dele.

Diferentes analistas podem, ainda, fazer a análise de um mesmo discurso e nele encontrar diferentes sentidos, pois, ao analisar, também não são neutros, provocando interferências provenientes de suas ideologias pessoais, por estarem também eles sujeitos à linguagem e sua não-neutralidade, pois, como explica Orlandi (2005),

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que

ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (p. 9).

Dadas as informações anteriores, na intenção de explicitar de forma resumida e clara as ideias que sustentam a teoria da AD, surge a dúvida sobre de que forma deve proceder o analista dentro dessa perspectiva teórica, tendo em vista a intenção de utilizá-la enquanto metodologia em atividades de pesquisa. Em primeiro lugar, é importante lembrar que sua função não é de encontrar um sentido para considerar como verdadeiro, mas de encontrar sentido real levando-se em conta a materialidade linguística e histórica do discurso que se pretende analisar.

Em sua proposta, Eni Orlandi (2005) traz a ideia de construção de um dispositivo de interpretação que seja capaz de fazer contrapontos entre aspectos que circundam o texto, considerando o dito e o não dito, o que se fala e como se fala de um certo lugar e como se dá o mesmo discurso em outra situação, procurando não somente o que o sujeito explicita em palavras, mas também o que há por detrás dos sentidos que explicita, o que se constitui no *corpus* do discurso.

De acordo com Orlandi (2005), a análise passa por três etapas distintas. A primeira delas é a passagem da superfície linguística para o texto (discurso), quando o analista procura a sua discursividade, deixando de lado a ilusão de que o que ali está pos-

to só poderia ser feito daquela maneira ou dito daquela forma. “Nesse momento da análise é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não-dizer etc.” (ORLANDI, 2005, p. 78).

Na segunda etapa, ocorre a passagem do objeto discursivo para a formação discursiva. Nesse caso, o analista buscará a formação ideológica que rege as relações observadas durante a primeira etapa, atingindo a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido. Com isso, chega à terceira etapa, quando o processo discursivo para a ser considerado formação ideológica (ORLANDI, 2005).

As formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dadas. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica. Por exemplo: o sentido da palavra “abertura” é diferente para os que estão no poder e para a “oposição”. Além das intenções, contam, portanto, as convenções, havendo uma relação necessária do dizer com a ideologia (ORLANDI, 2001, p. 18-19).

Há que se levar em conta que existem diferentes tipos de discurso (político, religioso, médico, jornalístico, entre outros) mas que isso não deve ocupar a preocupação central do analista, uma vez que o mais importante em um discurso é o que o caracteriza como tal é o modo como ele funciona, ou seja, suas propriedades internas e a forma como produzem sentido.

Dito isso, parte-se agora para outra metodologia de análise, também de grande relevância dentro do contexto abordado neste trabalho.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

A pretensão de realização de uma pesquisa perpassa por várias etapas, sendo que uma das mais importantes é a definição das técnicas de coleta e de análise dos dados. Assim, reforça-se que a escolha da metodologia de análise se constitui tarefa significativa para o desenvolvimento de uma investigação. Além da AD, já apresentada, o tratamento de dados pode ser realizado por meio da AC, a qual será abordada na sequência.

A AC, segundo Gil (2010), teve seu desenvolvimento a partir da criação de técnicas para analisar o grande volume de material produzido pelos meios de comunicação. Logo, passou a ser método de análise de pesquisas quantitativas e qualitativas, especialmente na última, em que o processo é mais importante que os resultados propriamente ditos. Assim, começou a ser utilizada por muitos pesquisadores, no entanto, muitas vezes de forma errônea, uma vez que para AC ser adequada é necessário um rigor em sua utilização ao seguir as etapas necessárias para a análise. Nesse sentido, é preciso compreendê-la, bem como compreender as etapas que a perpassam. Neste artigo, a AC será abordada a partir da obra de Laurence Bardin (2002). Segundo a autora, a AC é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 42).

Muito além de números e estatísticas, a AC revela informações intrínsecas das mensagens, trazendo indicadores importantes para a análise destas como um todo.

A partir do conceito proposto, Gomes (2010) salienta alguns avanços nas pesquisas, como a possibilidade de interpretar conteúdos qualitativamente e o uso de inferências oriundas dos conteúdos que permitem chegar a interpretações que vão além da mensagem. Ainda, segundo Gomes (2010) a AC se presta às mais variadas análises, por exemplo:

- (a) análise de obras de um romancista para identificar seu estilo ou para descrever a sua personalidade;
- (b) análise de depoimentos de telespectadores que assistem a um programa ou de depoimentos de leitores de jornal para determinar os efeitos dos meios de comunicação de massa;
- (c) análise de livros didáticos para desvendamento de ideologia subjacente;
- (d) análise de depoimentos de representantes de um grupo social para se levantar o universo vocabular desse grupo (p. 84).

Assim, a AC se “constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos.” (MORAES, 1999, p. 2), podendo ser utilizada nos mais diferentes materiais de comunicação, tais como entrevistas, gravações, jornais, documentos, livros, relatos, entre outros. No entanto, os dados são coletados na forma bruta e precisam ser tratados para “[...] facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo” (MORAES, 1999, p. 2).

Esclarecido o conceito e onde se aplica, é necessária a compreensão de como o método se desenvolve em uma análise, o que será abordado a partir de Bardin (2002). Segundo a autora, a AC compreende três importantes etapas, a saber, pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados - inferência e interpretação -, os quais serão explicitados, resumidamente, a seguir.

A primeira etapa, proposta pela autora, consiste na pré-análise, que é a fase de organização do material que será tratado,

com o intuito de sistematizar as ideias iniciais. Essa fase inicia-se com uma leitura flutuante, que é o primeiro contato com os textos, e possui três missões: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2002, p. 95). Feito isso, a segunda etapa consiste, segundo a autora supracitada, na exploração do material, que é a administração sistemática das decisões tomadas na pré-análise, através de codificação, categorização e inferência.

A codificação corresponde

A uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (BARDIN, 2002, p. 103).

Ela, a codificação, acontece a partir de três atividades. A primeira é o recorte, quando as unidades de análise são escolhidas, as quais podem ser uma palavra, frase, conceito, entre outros. Em seguida, ocorre a enumeração, que se refere a escolha das regras de contagem e, por fim, a classificação e agregação, que corresponde à escolha das categorias. Nessa fase da AC, outros fatores fundamentais precisam ser considerados para o sucesso na exploração do material. Entre eles pode-se citar

a frequência em que aparece a unidade de registro; a intensidade medida através dos tempos dos verbos, advérbios e adjetivos; a direção favorável, neutra ou desfavorável e demais critérios associados (positivo ou negativo); a ordem estabelecida no registros, ou seja, se o sujeito A aparece antes do B e, por

fim, a co-ocorrência, caracterizada pela presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto (SANTOS, 2012, p. 385).

A partir da enumeração é possível classificar a análise em quantitativa ou qualitativa. A primeira está baseada na frequência de aparição de certos elementos da mensagem e a segunda em indicadores não-frequenciais suscetíveis de permitir inferências (BARDIN, 2002).

Ainda durante a exploração do material, os dados codificados passam por uma categorização que corresponde, segundo Bardin (2002), à classificação dos elementos que compõem o conjunto por diferenciação para, após, serem agrupadas, com a finalidade de fornecer uma representação simplificada dos dados brutos. Essa organização traz à tona informações imperceptíveis nos dados brutos, ou seja, é quando a mensagem ou dados falam com o investigador revelando informações que não seriam descobertos sem o tratamento adequado. Após a categorização, é o momento da inferência, que na AC, é uma interpretação controlada de cada categoria com o objetivo de fornecer informações complementares ao investigador do texto em análise, importantes para o tratamento dos dados.

A última etapa da AC de Bardin é o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dos mesmos. O tratamento, segundo Bardin (2002), é feito a partir de indicadores que organizam os dados através de instruções estabelecidas previamente pelo pesquisador, sendo que sua utilização é útil em algumas análises e inútil em outras, o que depende das características dos dados obtidos na segunda etapa. No entanto, seu uso têm consequências positivas sobre a prática da AC, tais como: a rapidez aumenta; há um rigor na organização da investigação; permanência da flexibi-

lidade; possibilidade de tratamento de dados complexos; possibilidade de criatividade e reflexão (BARDIN, 2002).

Os resultados obtidos na análise são tratados para serem significativos e válidos, respondendo aos objetivos da pesquisa, na qual o tratamento condensa estes dados e coloca em destaque as informações fornecidas pela análise. Com os resultados significativos e fiéis, o pesquisador pode “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2002, p. 101).

Assim, a AC compreende uma análise detalhada do documento que permita “a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo” (SANTOS, 2012, p. 387), e, se aplicada com rigor em todas as suas etapas, pode se constituir como ferramenta importante na análise de dados.

ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA

De acordo com Moraes e Galiazzi (2013), o uso de análises textuais em pesquisas qualitativas tem sido crescente. Estas análises, segundo os autores, incluem desde a AD num extremo, até a AC num outro limite. Diante desse cenário os autores trazem a análise textual discursiva, conhecida como ATD,

[...] que corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. Insere-se entre os extremos da análise de conteúdo tradicional e a análise de discurso, representando um movimento interpretativo de caráter hermenêutico (p. 7).

Esse método se destaca dentro da pesquisa qualitativa, devido às suas características subjetivas, que dificultam ou não requerem a quantificação, mas que são de grande validade para o contexto investigativo.

[...] a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação. Não pretende testar hipóteses para comprová-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados (MORAES; e GALIAZZI, 2013, p.11).

A ATD, segundo Moraes e Galiazzi (2013), é composta por três momentos: desmontagem de textos, estabelecimento de relações e captação do novo emergente, sendo que o ciclo como um todo é um processo auto-organizado de “construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes” (p. 12).

A desmontagem ou desconstrução do texto compreende a fase de unitarização, quando é feita uma leitura profunda do *corpus*, que é o conjunto de documentos e informações da pesquisa, rigorosamente selecionados, basicamente constituído por elementos textuais. Em posse destes, se dá o seu processo de desconstrução, quando os elementos constituintes são elencados com riqueza de detalhes a partir de uma ou mais leituras, identificando e codificando cada fragmento, surgindo as unidades de análise, sendo que

Cada unidade constitui um elemento de significado pertinente ao fenômeno que está sendo investigado, entretanto, como na fragmentação sempre se tende a descontextualizar as ideias, é importante reescrever as unidades de modo que expressem com clareza os sentidos construídos a partir do contexto de sua produção (MORAES; e GALIAZZI, 2013, p. 19).

Concluída a unitarização do *corpus*, o segundo passo é o estabelecimento de relações, quando ocorre o processo de categorização, isto é, “[...] um processo de comparação constante entre as unidades definidas no momento inicial da análise, levando ao agru-

pamento de elementos semelhantes” (p. 22), que constituem as categorias. Nesse processo, as categorias são nomeadas com precisão conforme vão sendo construídas, pelo método dedutivo ou indutivo, e precisam estar de acordo com os objetivos e objetos da análise.

No momento em que as categorias estiverem definidas e descritas a partir dos elementos que as constituem, são estabelecidas relações entre elas para construção de um metatexto com argumentos gerais, que leve à compreensão do todo. Segundo os autores, “este processo é por natureza recursivo, exigindo uma crítica permanente dos produtos parciais no sentido de uma explicitação cada vez mais completa e rigorosa de significados construídos e da compreensão atingida”. (MORAES; GALIAZZI, 2013, p. 300).

É preciso muita atenção ao se estabelecer a relação entre as categorias, para que as informações construídas nesse processo sejam fiéis ao material analisado e caminhem para uma ampla compreensão dele.

A última fase do ciclo é captar o emergente, quando as compreensões obtidas são comunicadas e validadas. A comunicação é feita a partir da produção do metatexto, construído por meio das categorias resultantes da análise, sendo “constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de teorização sobre os fenômenos investigados” (p. 32). A validação é feita a partir de intervenções empíricas ou de argumentos retirados dos textos e a interpretação é a teorização dos fatos, partindo do confronto com teorias já existentes, se o pesquisador optou por um referencial teórico *a priori*, ou então por uma abstração e teorização, partindo das categorias que construíram a análise e das relações entre elas, no caso de não haver um referencial teórico pré-estabelecido.

Outro fato importante na ATD, salientado por Moraes e Galiuzzi (2013), é a validação e confiabilidade dos produtos da

análise textual, pois “se submetidos a críticas dos autores dos textos originais do *corpus*, estes precisam ser contemplados nos resultados apresentados” (p. 39). Além disso, o texto, produzido a partir da interpretação, deve ter algo importante a dizer e defender, comunicando com o máximo de clareza e rigor possível.

Sendo assim, o movimento proposto pelos autores na ATD, traz o entendimento de que a desordem e o caos possibilitam o “surgimento de formas novas e criativas de entender os fenômenos investigados” (p. 41). A ATD é

um grande mergulho em processos discursivos, visando a atingir compreensões reconstruídas dos discursos, conduzindo a uma comunicação do aprendido e desta forma assumindo-se o pesquisador como sujeito histórico, capaz de participar na interpretação e na constituição de novos discursos (MORAES; e GALIAZZI, 2013, p. 111).

Ao se mergulhar nos processos discursivos por meio de análise profunda dos fenômenos investigados e pelo uso da escrita, são comunicadas novas informações a respeito dos discursos analisados. Assim, a ATD torna-se ferramenta importante em análise textual, especialmente nas pesquisas qualitativas na área de ensino, nas quais o *corpus* é constituído por uma grande diversidade de informações, peculiares da área, selecionadas pelo investigador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa científica, para ser reconhecida como tal, exige uma definição clara da metodologia usada. Desconsiderar a importância de sua escolha é como andar sem saber aonde se quer chegar, assumindo o risco de não se chegar a lugar algum.

No decorrer deste trabalho procurou-se apresentar de forma sucinta o uso de análises textuais enquanto metodologias

na pesquisa qualitativa, por compreender que esta tem suma importância para pesquisas voltadas para a área do ensino. Buscou-se trazer os elementos que fundamentam a AD, a AC e a ATD, com ênfase nesta última, por acolher a ideia de que ela “tem se mostrado especialmente útil nos estudos em que as abordagens de análise solicitam encaminhamentos que se localizam entre soluções propostas pela análise de conteúdo e a análise de discurso” (MORAES, 2003, p. 192).

A AD trabalha com o sentido e busca os seus efeitos em relação ao discurso que analisa, procurando compreender os sentidos que o sujeito manifesta através dele, considerando a ideologia que o envolve e a opacidade da linguagem, enquanto que a AC tem seu foco no próprio conteúdo, sendo capaz de compreender o pensamento do sujeito através daquilo que expressa no texto, em uma concepção de transparência da linguagem. São métodos que se situam em polos distintos. Entre eles, em um ponto intermediário, encontra-se a ATD. As três reúnem a preocupação de considerar o todo em sua análise, pois não consideram os fenômenos como acontecimentos isolados.

Com base no exposto, declara-se mais uma vez a importância da escolha metodológica. Segundo Minayo (2010) a metodologia permite ao pesquisador colocar sua marca pessoal na pesquisa, devendo ser tratada integrada ao tema ou problema de investigação escolhido. Ela é a base que sustenta a pesquisa e deve ser escolhida a partir de um estudo aprofundado e detalhado, não só para certificar-se dele, mas para excluir, ou pelo menos reduzir ao máximo, a possibilidade de uma escolha errada, que cause percalços ao andamento da pesquisa, prejuízo na coleta e análise de dados e descrédito às respostas da investigação.



CAPÍTULO 3

NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO: REPENSANDO CENAS, CENÁRIOS E TRAJETOS FORMATIVOS NA EBPTT1

Juliani Natalia dos Santos, Vantoir Roberto Brancher

INTRODUÇÃO

Repensar os espaços reservados a formação docente torna-se necessário ao falarmos de EBPTT, o que se tornou ainda mais evidente após a criação dos Institutos Federais pela Lei 11.892/2008, pois aos professores desses espaços, cabe transitar em todos os níveis e modalidades² de ensino ofertados nessas instituições educacionais a qual tem como propósito promover a formação humana³ e autônoma de seus estudantes, juntamente com a formação profissional. Com isso, há de se pensar os processos formativos dos docentes que atuam nesse espaço educativo (Educação Profissional e Tecnológica), contexto esse que possui

1 Educação Básica Profissional Técnica e Tecnológica.

2 Segundo a LDB nº 9394/96, são consideradas modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Especial. Dessa forma, por exemplo, a educação de jovens e adultos pode ser ofertada como Ensino Fundamental ou Médio.

3 Formação humana remete a: compreensão ampliada de formação que remonta aos gregos, explicitada na compreensão de cidade educativa presente na Paideia. Das virtudes da *polis*, depende a formação dos cidadãos (CUNHA, 2006).

finalidades específicas. O que se observa é que temos profissionais com diferentes formações iniciais que, muitas vezes, possuem experiências significativas no mundo do trabalho, mas não necessariamente formação específica para a docência. De acordo com Simionato (2008, p.108),

Poucos são os estudos na área de trabalho e educação que tomam por objetivo de análise o professor, sua formação e práticas em sua atuação na Educação Profissional, a construção da identidade profissional, docente em suas categorias fundantes, as contribuições de uma formação pedagógica na qualificação dos cursos e o entendimento da docência por parte dos próprios sujeitos.

Nessa perspectiva, Guimarães e Silva (2010) comentam a respeito do papel que a educação profissional e tecnológica teria na contemporaneidade, tendo essa modalidade de ensino como potencializadora da emancipação da classe trabalhadora⁴, além de defenderem a ideia de que ela não deve ser direcionada somente ao preparo para o mercado de trabalho⁵, mas, sim, que possa ter o trabalho como princípio educativo⁶.

4 Marx (1980) define a classe trabalhadora como aquela que move e produz riqueza para o Estado. Classe trabalhadora é um conceito mais amplo da categoria clássica de proletariado, definida por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista de 1848. O conceito de classe trabalhadora abrange não só o proletariado, mas todas as camadas sociais que vivem da venda da sua força de trabalho.

5 Ciavatta (1990) descreve sobre mercado de trabalho [...] há de se considerar o trabalho na sociedade moderna e contemporânea onde à produção dos meios de existência se faz dentro do sistema capitalista. Esse se mantém e se reproduz pela apropriação privada de um tempo de trabalho do trabalhador que vende sua força de trabalho ao empresário ou empregador, o detentor dos meios de produção. O salário ou remuneração recebida pelo trabalhador não contempla o tempo de trabalho excedente ao valor contratado que é apropriado pelo dono do capital.

6 Segundo Gramsci (1991), encontramos o significado do trabalho como princípio

Com isso, a Educação Profissional e Tecnológica tem como um de seus objetivos fazer com que os alunos possam desenvolver-se aprendendo o necessário para que sejam capazes de desempenhar seus papéis na sociedade como profissionais aptos a construir e reconstruir seus fazeres e saberes. Para Pimenta (1999, p. 23),

A finalidade da educação escolar na sociedade tecnológica, multimídia e globalizadora é possibilitar que os alunos trabalhem os conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo habilidades para operá-los, revê-los e reconstruí-los com sabedoria. O que implica analisá-los, confrontá-los, contextualizá-los. Para isso, há que os articular em totalidades que permitam aos alunos irem construindo a noção de “cidadania mundial”.

Levando-se em consideração o exposto, esta investigação é uma tentativa de contribuir na construção de uma proposta de formação continuada aos professores da Licenciatura em Computação, em um primeiro momento, mediante os saberes que foram apresentados por esses colaboradores, baseando-se na experiência dos professores que atuam como formadores de professores. Desta forma, esta pesquisa analisou a constituição dos trajetos formativos e dos saberes docentes, frente aos desafios da contemporaneidade, visando compreender como se dá a constituição da identidade docente em um curso de Licenciatura.

A fim de especificar neste escrito os caminhos percorridos para tal investigação teve-se como intuito dar materialidade a metodologia utilizada para delinear uma pesquisa maior, intitulada “Trajetos formativos de docentes da EBPTT⁷: reflexões a partir

educativo: o trabalho como uma categoria que, por ser ontológica, nos permite compreender a produção material, científica e cultural do homem como resposta às suas necessidades, num processo histórico-social contraditório.

7 Educação Básica Profissional Técnica e Tecnológica

do curso de licenciatura em computação”, a qual teve por objetivo, analisar a constituição da identidade docente, diante de suas representações de docência, desencadeadas em suas narrativas de vida e de formação, tal proposta metodológica torna-se relevante, pois segundo Nóvoa (1995, p. 24),

A formação de professores tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundindo “formar e formar-se”, não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dimensões próprias da formação. Mas também não tem valorizado uma articulação entre a formação e os projetos das escolas, consideradas como organizações dotadas de margens de autonomia e de decisão de dia para dias mais importantes. Estes dois “esquecimentos” inviabilizam que a formação tenha como eixo de referência o desenvolvimento profissional dos professores na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente.

Diante do exposto, compreende-se que, a constituição pessoal do professor é importante, ao pensarmos em sua formação profissional, visto que nossos trajetos de formação, nos caracterizam e nos identificam enquanto sujeitos aprendentes, tanto de forma individual como coletiva. Sendo nos momentos de reflexão sobre nossa prática que situações de formação se tornam latentes emergem, nos possibilitando vislumbrar os horizontes que nos fizeram chegar até o momento presente de nossa formação.

Neste sentido, optamos por falar de cenas e cenários, cenas no sentido de desvendar a ação dos personagens, suas percepções frente ao ser docente e cenários no sentido de lugar onde os fatos acontecem diante do público, a partir das narrativas de vida e de formação de seis (06) docentes do curso de Licenciatura em Computação atuantes na EBPTT, cabendo-nos como pesquisa-

dores, categorizar cada palavra dita ou não, a fim de que se possa colher dados passíveis de análise, e diante dos resultados obtidos repensar as estratégias de formação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS: ENTRE ATOS E ATORES

Ao pensar a prática docente Garcia (1999, p.100), descreve que “[...] a formação de professores deve facilitar a tomada de consciência das concepções e modelos pessoais e em alguns casos provocar a dissonância cognitiva nos professores em formação”, estimulando-os com isso a modificarem certos conceitos e práticas pré-estabelecidos no decorrer de seu processo formativo. Segundo Freire (1996 p. 38).

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. [...] O que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. [...] A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Diante do exposto, é possível perceber que educar na contemporaneidade exige transformação em nossas práticas, exige do educador olhar para si, (re)significar-se, fazendo com que ele seja/torne-se crítico e reflexivo. Freire (1996, p. 39) esclarece ainda que “[...] o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre teoria e prática”, pois ser professor não é fazer todos os dias o mesmo percurso, sem se preocupar com a realidade de seus estudantes; ser professor é viver na busca constante de

formação, procurando sempre inovar suas práticas e refletir sobre suas ações, a fim de proporcionar estratégias a seus alunos que mobilizem conhecimentos.

E foi nesse sentido que se deram os caminhos metodológicos dessa pesquisa. Caminhos estes, os quais se desdobrarão a seguir, pontuando como foi estruturado o percurso metodológico bem como a construção das categorias, posteriormente apresentadas, bem como as narrativas de vida e formação dos atores envolvidos no processo.

Dos atos...

A presente pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa, dada a relação dinâmica entre pesquisadores e colaboradores (entrevistados) visando ao processo e seus significados como fundamental para coleta/construção dos dados, buscando dar materialidade às representações de docência diante da subjetividade dos colaboradores. O que, neste momento de escuta e diálogo, pesquisador e colaboradores estão em constante interação acerca dos trajetos formativos e das vivências que os constitui. Conforme descreve Minayo (2010, p. 57), o método qualitativo

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

Desta forma, a abordagem qualitativa é utilizada para definir opiniões e percepções frente a determinados problemas, a partir de um grupo de indivíduos e diante de suas interpretações a respeito de como vivem, de quais relações são feitas e de quais são suas opiniões e saberes advindos dessas trocas. Observa-se que os conhecimentos produzidos nesta pesquisa poderão ser usados e incorporados por outros professores/ou estudantes em formação e que seus dados envolvem verdades de um determinado grupo focal ou momento histórico. O estudo é definido como sendo de natureza aplicada, pois, segundo Gil (2007, p.35), a pesquisa aplicada “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Acredita-se que abordagem permita maior flexibilidade ao explorar os dados revelados nas narrativas de vida e de formação, possibilitando melhor compreensão dos trajetos formativos dos atores e entrecruzando suas experiências pessoais e profissionais até a construção de sua identidade enquanto docente atuante na EBPTT.

INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS E ANÁLISE

Para a coleta dos dados, trabalhamos com entrevistas. As mesmas foram pré-agendadas com os colaboradores⁸, sendo realizadas em local adequado, tendo em vista garantir o sigilo dos dados obtidos, o conforto e a organicidade na realização da mesma, bem como a adequada transcrição posterior.

As entrevistas foram gravadas e imediatamente transcritas de acordo com as orientações de Meihy (2002) no que tange

8 Nesta pesquisa, fizemos uso da expressão ‘colaborador’ a todos os entrevistados, levando em consideração a definição dessa expressão de acordo com o dicionário Aurélio, que a define como: “Pessoa que trabalha com outra em iguais circunstâncias de iniciativa ou que escreve para uma publicação periódica, sem fazer parte da redação que colabora. Expressão incorporada ao trabalho a partir de Josso (2004).

à obtenção de dados por meio de narrativas orais; por meio de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, a fim de estabelecer um processo de valorização das falas dos colaboradores, dando voz aos mesmos. Meihy (2002, p. 37-38) também aponta que, nas entrevistas,

[...] as perguntas devem ser amplas, sempre colocadas em grandes blocos, de forma indicativa dos grandes acontecimentos e na sequência cronológica da trajetória do entrevistado (...). os grandes blocos de perguntas devem ser divididos em três ou quatro partes, no máximo cinco. Quanto menos o entrevistador fala melhor.

Diante da colocação do autor, a entrevista foi pensada e elaborada e seguiu blocos de perguntas separadas por temas, tais como: Panorama de Formação, Representações de Docência, Trajetos Formativos e Saberes Docentes, conforme representado no quadro 01. Sendo essas transcritas e devidamente categorizadas.

Quadro 01: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Bloco	Pergunta
Panorama de Formação	Questão 01- Quem é (Nome do Entrevistado)? Questão 02- Fale um pouco sobre sua formação acadêmica, onde e porque você fez os cursos que você fez?
Representação de Docência	Questão 03- O que é ser professor para você? Questão 04- O que o levou a optar pela docência? Questão 05- Você acredita que o curso de Licenciatura no qual atua prepara os alunos para docência?
Trajetos de Formativos	Questão 06- A quanto tempo você trabalha? A quanto tempo como professor? E quanto tempo na EBPTT? Questão 07- Em que momento a docência surge em sua vida? Questão 08- Já fez alguma formação específica para EBPTT? Questão 09- Fale-nos dos seus percursos formativos como pessoa e como profissional.

Saberes Docentes	<p>Questão 10- Como é para você trabalhar na Licenciatura em Computação?</p> <p>Questão 11- Quais os pontos negativos e positivos de trabalhar no curso?</p> <p>Questão 12- Quais as singularidades de atuar nesse curso em relação aos demais cursos da instituição?</p> <p>Questão 13- O que é ser um bom professor para você? Que imagem lhe ocorre quando você pensa nele? Fale-nos sobre seu melhor professor.</p> <p>Questão 14- O que é ser um mau professor para você? Que imagem lhe ocorre quando você pensa nele? Fale-nos sobre seu pior professor.</p> <p>Questão 15- Como você organiza seus processos de ensino? Fale-nos um pouco sobre a preparação de suas aulas. O que você leva em consideração na organização das mesmas?</p> <p>Questão 16- Você tem algum planejamento de aula que organizou e que considera que foi uma aula com resultados positivos?</p> <p>Questão 17- Você tem algum planejamento de aula que organizou e que considera que foi uma aula com resultados não tão positivos?</p> <p>Questão 18- O que tem lido ultimamente? Qual foi o último material que você leu? Fale-nos um pouco sobre ele.</p> <p>Questão 19- Que ações outras você tem feito que considera qualificam sua docência?</p> <p>Questão 20- Como você se sente como professor?</p> <p>Questão 21- Com quem, quando e de que forma você acredita que aprendeu a ser professor?</p> <p>Questão 22- Na atualidade você sente necessidade de realizar alguma formação para qualificar seus processos de ensino? Qual seria? Por quê?</p> <p>Questão 23- Para você, quais são os saberes necessários para constituição de um profissional de educação?</p> <p>Questão 24- Pensando no objetivo desse trabalho qual seja conhecer os trajetos formativos, os saberes e as representações de docência na EBPTT, especificamente no curso de Licenciatura em Computação, você acredita que outras questões seriam necessárias a esse instrumento ou você gostaria de acrescentar algum tópico a esse instrumento?</p>
---------------------	---

Fonte: dos autores.

Descrição: O quadro 03, segue a sequência detalhada das questões utilizadas nas entrevistas, do número um até a questão número 24 divididas por categorias sendo elas: Panorama de Formação, Representação de Docência, Trajetos Formativos e Saberes Docentes.

Para coleta e interpretação dos dados, trabalhou-se com narrativas de vida e formação, para que os atores pudessem perceber-se como parte do processo, construindo uma imagem relativa de si enquanto formadores de formadores. Ao optar pelas narrativas de formação, devemos compreender que essas não somente descreveram as histórias de vida de cada entrevistado, mas sim serviram

como fonte de informação sobre a subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo, possibilitando a construção de novos conhecimentos e reflexões acerca de sua prática docente. Encontramos em Josso (2002, p. 28) a compreensão necessária a respeito da narrativa como ato formativo, uma vez que, segundo ela,

[...] a situação de construção da narrativa, exige a narração de si, sob ângulo da sua formação, por meio do recurso a recordações-referências que balizam a duração de uma vida, exige uma atividade psicossomática em vários níveis. No plano da interioridade, implica deixar-se levar pelas associações livres para evocar as suas recordações-referências e organizá-las numa coerência narrativa à volta do tema da formação. A socialização da autodescrição de um caminho, com as suas continuidades e rupturas, implica igualmente competências verbais e intelectuais que estão na fronteira entre o indivíduo e o coletivo.

A autora comenta ainda (p. 29) que

A escuta das narrativas e o trabalho co-interpretativo sobre os processos de formação exigem capacidades de compreensão e de uso de referenciais de interpretação. A situação de construção da narrativa de formação, independentemente dos procedimentos adaptados, oferece-se como uma experiência potencialmente formadora, essencialmente porque o aprendente questiona as suas identidades a partir de vários níveis de actividade e de registro.

A análise dos dados coletados através das narrativas de vida e formação foi realizada por intermédio da análise de conteúdo categorial temática, pois esta possibilita maiores detalhes na interpretação dos dados. Nesse sentido, Bardin (1977, p. 38) comenta que

A análise de conteúdos pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivo de descrição de conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos a condição de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores quantitativos ou não.

Da mesma forma, segundo Moraes (1999, p. 8),

[...] a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação.

É por tornar possível essa flexibilização durante o processo de tratamento dos dados, no que tange à percepção e análise de todos os momentos da entrevista, trazendo à tona realidades vividas, que foi escolhido esse método, sendo ele organizado em momentos, tais como: organização das informações obtidas, exploração do material e tratamento dos resultados, categorização, descrição e interpretação das narrativas. Moraes (1999, p. 7) descreve que o método “[...] ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”.

Nesse sentido, a pesquisa não teve somente o enfoque de trazer meros resultados a serem engavetados, mas sim de trazer o professor como protagonista de uma história, história essa que contribui para constituição dos saberes necessários para que possa (re)significar sua prática.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Por critérios de inclusão definiu-se: ser servidor efetivo do *Campus*, estar na instituição por tempo superior a 2 anos, ser professor do curso de Licenciatura em Computação, ter formação de Bacharel ou Licenciatura, aceitar participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Como o número de amostras foi superior a seis (06), permaneceram como colaboradores aqueles com o maior tempo de efetivo exercício na instituição. Por critérios de exclusão, foram retirados todos aqueles que não atenderem os critérios supracitados.

Dos atores...

A amostra desta investigação foi composta por seis (06) docentes efetivos do curso de Licenciatura em Computação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Destes, três (03) docentes têm formação inicial em bacharelado e três (03) possuem formação inicial em Licenciatura, distinção essa realizada, a fim de observar as especificidades de formação desses sujeitos. Somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, começou-se a produção dos dados com os colaboradores.

Com a realização das entrevistas e diante das respostas apresentadas nas entrevistas, foi possível traçar o perfil dos atores, como pode ser observado no Quadro 02 abaixo:

Quadro 02 - Síntese das Informações apresentadas nas entrevistas

Colaborador	Faixa etária	Tempo de magistério	Tempo de atuação na EBPTT	Formação inicial	Formação atual
Byte	30-50	18 anos	5 anos	Bacharel em Informática	Mestre
Hannah Harendt*	30-50	17 anos	6 anos	Pedagogia	Mestre
HD externo	30-50	22 anos	22 anos	Pedagogia	Doutoranda
IDE	30-50	4 anos	4 anos	Licenciatura em Computação	Mestrando
Memória RAM	30-50	18 anos	6 anos	Bacharel em Informática	Mestre
Registrador	30-50	14 anos	14 anos	Bacharel em Informática	Mestre

Fonte: a autora

Descrição do Quadro: A imagem está construída em forma de quadro, tem seis (06) colunas e sete (07) linhas, e nela estão representados: os colaboradores da pesquisa na primeira coluna, a faixa etária na segunda coluna, o tempo de magistério da terceira coluna, o tempo de atuação na EBPTT na quarta coluna, a formação inicial na quinta coluna, e a formação atual na sexta coluna. Como colaboradores, consta o professor Byte, entre 30 e 50 anos, com 18 anos de magistério e 5 anos na EBPTT, com formação inicial de Bacharel em Informática e hoje Mestre em Redes de Computadores; Hannah Harendt, entre 30 e 50 anos, com 17 anos de magistério e 6 anos na EBPTT, com formação inicial de Pedagogia e hoje Mestre em Educação nas Ciências; HD externo, entre 30 e 50 anos, com 22 anos de magistério e 22 anos na EBPTT, formação inicial de Pedagogia e hoje Doutoranda em Educação; IDE, entre 30 e 50 anos, com 4 anos de magistério e 4 anos na EBPTT, com formação inicial Licenciado em Computação e hoje Mestre em Redes de Computadores; Memória Ram, entre 30 e 50 anos, com 18 anos de magistério e 6 anos na EBPTT, com formação inicial de Bacharel em Informática e hoje Mestre em Educação nas Ciências; Registradora, entre 30 e 50 anos, com 14 anos de magistério e 14 anos na EBPTT, com formação inicial de Bacharel em Informática e hoje Mestre em Redes de Computadores.

Diante dos dados apresentados no quadro 02, é possível visualizar a dimensão acadêmica, e como, se caracterizam, os colaboradores dessa pesquisa, sendo possível observar que grande parte desses sujeitos está em contato há pouco tempo com a Ebptt. Cabe contar que os sujeitos da pesquisa serão aqui nomeados por diferentes codinomes, os quais foram escolhidos pelos próprios colaboradores, cada um deles fez breve fundamentação de sua escolha. Os codinomes dizem respeito a como se veem dentro do curso (o 'eu profissional') e de como se veem no contexto sócio-histórico do Curso de Licenciatura em Computação (o 'eu pessoal'), sejam eles

Professor Byte: *Escolhi este codinome, pois representa a unidade de informação computacional presente em todas as informações digitais que fazem parte da nossa vida.*

Professora Hannah Arendt⁹: *Escolho este codinome, visto que Hannah Arendt foi uma mulher à frente do seu tempo. Filósofa alemã, pensadora da liberdade, sua obra teve grande influência na filosofia política do século XX.*

Professora HD externo: *Acho que na situação em que me encontro no curso, HD externo, pois sou apenas uma memória secundária, mas confiável e segura.*

Professor IDE: *que é um acrônimo de Integrated Development Environment ou Ambiente de Desenvolvimento Integrado. Escolho esse codinome pelo fato de que **tenho a difícil tarefa de ensinar programação II e III para os licenciandos, dando continuidade às disciplinas de Algoritmo e de Programação I.***

Programação II e III têm o agravante de unirem os conceitos das programações anteriores e, ainda, estabelecer vínculo com a disciplina de Banco de Dados.

Existe, por parte dos estudantes, sentimentos negativos em relação à programação de computadores, pois muitos a consideram difícil

9 Optamos por representar o codinome desta colaboradora grifado com *, Hannah Arendt*, para diferenciá-lo do nome da filósofa Alemã.

de entender. Nesse caso, o desafio do ensino perpassa também pela busca em facilitar o entendimento dessa disciplina extremamente técnica do curso.

Nesse contexto, a IDE também tem essa finalidade, pois ela agiliza os processos, atuando de forma inteligente na hora de desenvolver algoritmos, oferecendo sugestões ao programador, exibindo os erros antes mesmo do código ser compilado e construindo partes extremamente complexas do programa de maneira automática.

Professora Memória RAM: Escolho este codinome **por ela ser ágil e rápida.**

Professora Registrador¹⁰: Escolho ser nomeada de Registrador, pois Registrador é uma memória temporária, que é minúscula (armazena poucos bits de cada vez), e quase ninguém sabe de sua existência. Entretanto, é a memória mais rápida do computador e a mais cara, por isso resolvi homenagear esta parte da CPU que é quase esquecida, mas é dela que o processador tira os dados a serem processados.

Dentro do processo de escolha dos codinomes é possível perceber as relações que são feitas entre o codinome escolhido e a forma como esses profissionais se enxergam dentro do curso em questão; são significações imaginárias que foram trabalhadas na Dissertação intitulada Trajetos formativos de docentes da EBPTT¹¹: reflexões a partir do curso de licenciatura em computação”.

DIMENSÕES CATEGORIAIS DE ANÁLISE: ENTRE CENAS E CENÁRIOS

A estruturação categorial deste trabalho diante das narrativas nos remeteu à retomada dos objetivos previstos para esta pesquisa, sendo sistematizados em seções, a partir das representações de docência, dos trajetos formativos e dos saberes docentes

10 Na presente pesquisa, usaremos professora registradora por uma questão de concordância.

11 A dissertação na íntegra pode ser acessada em: <https://gamma872.webnode.com>

dos colaboradores até sua atuação no curso de Licenciatura em Computação na EBPTT.

O procedimento de análise nos possibilitou elaborar o Quadro 04, que é um demonstrativo do mapeamento das categorias e subcategorias elencadas a partir de excertos narrativos dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 03 - Síntese das categorias de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Representações de Docência	Identidade Docente
	Gênero
	Desvalorização da Profissão
Saberes Docentes	Saberes Experienciais
	Saberes Curriculares
	Saberes Disciplinares
	Saberes da Formação Profissional
	Saberes do Conhecimento
	Saberes Pedagógicos
	Saberes das Ciências da Educação
	Saberes da Tradição Pedagógica
	Saberes da Ação Pedagógica
	Imaginário Docente
Saberes Necessários para a Formação Docente	
Panorama da Formação Docente	Identidade Docente
	Trajetos Formativos
	Profissão Professor

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Trabalho Pedagógico	O Bom Professor
	O Mau Professor
	Trabalho Docente
	Organização Pedagógica
Trajetos Formativos	Formação Inicial
	Formação Continuada
Licenciatura em Computação	Potencialidades
	Fragilidades

Fonte: a autora

Descrição do quadro: Imagem com duas colunas, sendo que, na primeira coluna, temos sete (07) linhas e, na segunda coluna, temos vinte e seis (26) linhas. A primeira coluna representa as categorias de análise e, a segunda, as subcategorias, sendo elas: Representação de Docência, que tem por subcategorias Identidade Docente, Gênero e Desvalorização da Profissão; Saberes Docentes, que tem por subcategorias Saberes Experiências, Saberes Curriculares, Saberes Disciplinares, Saberes da Formação Profissional, Saberes do Conhecimento, Saberes Pedagógicos, Saberes das Ciências da Educação, Saberes da Tradição Pedagógica, Imaginário Docente e Saberes Necessários à Formação Docente; como outra categoria, tem-se o Trabalho Pedagógico, que tem por subcategorias o Bom Professor, o Mau Professor, Trabalho Docente e Organização Pedagógica; temos a categoria de Trajetos Formativos com as subcategorias Formações Inicial e Continuada, e, por fim, a categoria Licenciatura em Computação, que tem como subcategorias as Potencialidades e Fragilidades do curso.

A categoria *Representações de docência* caracteriza-se pelas significações que são feitas perante à profissão professor. Ela destaca os trajetos que foram realizados até a constituição da identidade docente, demarca o processo de profissionalização dos colaboradores, inclui as discussões de gênero frente ao ser docente e destaca nesse momento o professor como aprendiz constante de sua profissão, envolvendo as dimensões pessoais e profissionais para constituição do professor que ora se apresenta.

A categoria *Saberes Docentes* caracteriza-se pelo desencadeamento dos saberes que constitui o Professor da EBPTT em

um curso de Licenciatura, demarcando o que é ser professor para cada um dos colaboradores, bem como o que os levou a optar pela docência, e deixando transparecer nesses momentos o imaginário que esses sujeitos têm em relação a sua profissionalidade¹².

A Categoria *Panorama da formação Docente* caracteriza-se pelos caminhos escolhidos pelo docente até sua formação integral, desvelando os caminhos que foram feitos até a chegada à docência, mobilizando elementos que vão desde seu reconhecimento pessoal nesse processo, seu ingresso na carreira docente, seu ingresso na EBPTT até as experiências que são mobilizadas no curso, que direcionam a organização do trabalho docente.

A categoria *Trabalho Pedagógico* é constituída por elementos que direcionam o fazer do professor, sua organização das aulas e dinâmica pedagógica. As narrativas nesta categoria difundem as representações de bom e mau professores que são instituídas em nossos trajetos de vida e de formação, que envolvem dimensões pessoais e profissionais de cada sujeito.

A Categoria *Trajeto Formativos* caracteriza-se pela manifestação de elementos que expressam as dimensões relacionadas aos percursos pessoais e profissionais dos colaboradores, tais como: seu tempo de trabalho, tempo na EBPTT, dando ênfase a toda sua caminha até o ser professor.

A Categoria *Licenciatura em Computação* caracteriza-se pela reflexão sobre a prática, fragilidades e potencialidades do curso, processo de formação e formação em trabalho; contempla ainda

12 Segundo André (2007) o termo profissionalidade passou a ser utilizado para qualificar o debate em situações nas quais o conceito de profissionalização, de profissionalismo e de identidade não eram suficientes. A profissionalidade, então, ocupa como vocábulo, a posição de signo qualificador dos significados da conjunção dos esforços empreendidos pelos sujeitos integrantes de uma categoria, que, no decurso das transações profissionais, buscam individual e coletivamente justificar a necessidade da sua permanência nas relações sociais de disputas pela execução de um trabalho socialmente necessário.

a organização do trabalho docente perante o curso de Licenciatura em Computação, e particularidades e especificidades do curso.

CONCLUSÃO

Ao findar este escrito, cabe-nos compreender que os saberes acionados pelos professores da Licenciatura em Computação revelam potencialidades ao trabalho docente, fazendo-se necessária a socialização desses saberes, em momentos de formação continuada desses professores, lembrando que esses saberes foram sistematizados no cotidiano escolar, individualmente ou no grupo de professores, e merecem uma espécie de validação e troca dos mesmos, proporcionado, assim, momentos de reflexão sobre o curso e sobre si.

Quando aos entremeios de sua formação, faz-se necessário o aprofundamento e diálogo reflexivo sobre como educar na contemporaneidade, como se dá o ensino na EBPTT e que modalidade é essa? Baseando-se não somente nas experiências individuais, por vezes limitadas, mas sobretudo nas discussões coletivas, além da tomada de consciência quanto aos seus saberes e fazeres, facilitando aos atores assumirem uma postura de autonomia frente ao próprio processo formativo, e percebendo que essa postura é possível.

O desenrolar da pesquisa objetivava também analisar os trajetos formativos dos docentes da Licenciatura, sendo esse o momento de refletir e ver que algumas experiências foram mais satisfatórias do que outras, e que ambas nos representam e nos (re) significam, demarcando que esses profissionais advêm de diferentes tempos e lugares, cenas e cenários.

Ainda, as narrativas de vida e formação dos colaboradores nos permitiram tecer compreensões que evidenciaram suas representações de docência, frente à análise e à contextualização realiza-

da. Tal trabalho resultou em uma riqueza de elementos que foram mobilizados, desde as representações de docência, onde puderam ser traçados conhecimentos e significações acerca do ser docente, perpassando por sua condição de estudante, pela formação inicial, até o desencadear de uma identidade docente.

E por fim, (para além), demonstrou-se o quão importante é o trabalho com narrativas docentes, a fim de estabelecer reflexões quanto ao fazer pedagógico e de demarcar possibilidades de formação docente para EBPTT. Nesse sentido, evidencia-se o potencial das narrativas de vida e formação como uma possibilidade de escuta e reflexão dos professores, pois, quando os professores param para narrar-se obrigam-se a repensar a sua formação estabelecendo processo de significação e resignificação quanto ao seu fazer.

CAPÍTULO 4 O PROCESSO METODOLÓGICO COMO ALIADO NA EDIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

Lisiane Darlene Canterle, Marília Sagrilo Vione Garcia,
Rosiclei de Siqueira Camargo, Ricardo Antonio Rodrigues,
Vantoir Roberto Brancher, Neiva Maria Frizon Auler

INTRODUÇÃO

Fazer um projeto de pesquisa é um desafio, principalmente para alunos afastados dos estudos por algum tempo. Muitas dúvidas, confusões fazem parte do processo de pesquisa, assim, é necessário um estudo aprofundado, muitas leituras, questionamentos, desse modo, espera-se uma evolução do aprendizado e técnicas do pesquisador.

Primeiramente ocorre a seleção para o curso pretendido. O curso de mestrado normalmente é bem concorrido, muitos candidatos por vaga, tensão, nervosismo, foco no objetivo. Transcorrido e alcançado esse objetivo, formam-se as maiores dúvidas acerca do tema para pesquisa, as expectativas sobre o orientador e sucesso do seu projeto.

As disciplinas ministradas nesses cursos vêm agregar ainda mais o desenvolvimento do aprendizado, esclarecendo acerca das linhas de pesquisa e assuntos relacionados a construção do sujeito que vai ser chamado, posteriormente, de mestre em deter-

minada área, portanto, todo percurso é voltado para o crescimento do saber e são muitas as etapas desde a construção do projeto de pesquisa até a conclusão do trabalho. Para Minayo (2016), um projeto de pesquisa constitui-se de múltiplos esforços intelectuais, incluindo rigor e criatividade. Sendo fruto do trabalho vivo do pesquisador, precisa articular informações e conhecimentos, usar tecnologias, a imaginação e empregar seu esforço físico para realização do objetivo. Mas especialmente na tentativa de resolução do problema de pesquisa.

Para que tudo transcorra bem, é essencial um equilíbrio entre as atividades cotidianas da vida e a dedicação ao trabalho acadêmico, sendo assim, organizar-se é preciso para um bom andamento de todos os encargos, desse modo, é fundamental também ter momentos de lazer para que a saúde psicológica não seja comprometida.

Trata-se de uma revisão de literatura acerca de alguns processos metodológicos utilizados para realização do trabalho acadêmico, bem como, tópicos que achamos importante referente ao assunto.

DESENVOLVIMENTO

O projeto de pesquisa visa linear o discorrer de um estudo voltado para o debate de um determinado problema. Quando trabalhamos com a pesquisa enfrentamos muitas adversidades, como o prazo para a entrega de determinado produto, trabalho, dissertação, tese e uma cobrança muito forte no que se refere a produção de artigos. Nesse sentido destacamos a importância de um olhar voltado para a ética na pesquisa. Buscamos em alguns autores o embasamento teórico necessário para o desenvolvimento de uma reflexão referente a ética na pesquisa. Iniciamos parafraseando Nosella (2008), o qual destaca a diferença entre ética e

moral, sendo que a ética é um ramo da filosofia que fundamenta científica e teoricamente a questão de valores, responsabilidades, opções, consciência, o bem e mal, e a moral é uma maneira de viver. Ele ressalta ainda que estes termos tendem a confundirem-se pela proximidade que assumem.

Nesse sentido, destacamos que a pesquisa carece de uma reflexão constante por parte dos cientistas, para que possam considerar de que maneira suas descobertas serão utilizadas. É necessário levar em conta a capacidade crítica e sensatez no uso destas, e ainda, preocupar-se em fazer ciência não só pelo fato da descoberta por si só, mas também com a consciência da maneira que esta será utilizada (MORIN, 2005).

Sendo assim, o pesquisador precisa ser fiel a sua pesquisa e seus resultados. Destacamos alguns princípios éticos que deverão nortear um trabalho científico, tais como, a responsabilidade do pesquisador para com sua pesquisa, sua conduta e honestidade em relação à mesma, bem como, a observação criteriosa quanto aos direitos autorais no caso de usar como referência trabalhos de outros autores, o comportamento contrário além de ser antiético configura crime no Brasil segundo a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

De acordo com a Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos, a pesquisa que abrange seres humanos é definida como “pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais” (BRASIL, 1996, s.p.). Com esta definição vimos que a pesquisa com seres humanos está caracterizada em todas as áreas de conhecimento.

Para tanto, a resolução acima citada, mesmo não sendo uma lei, torna-se necessária para publicação de um trabalho

científico. Este trabalho deve ter sido previamente aprovado pelo Comitê de Ética na pesquisa, por solicitação dos periódicos acadêmicos ou científicos.

No Brasil, os Comitês de Ética em Pesquisa são definidos em conformidade com esta resolução, como condiz a fala:

[...] colegiados interdisciplinares e independentes, com ‘múnus público’, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (BRASIL, 1996, s.p.).

Sendo que, os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) deverão ser criados pelas instituições que realizam as pesquisas. Sua composição deverá ser multidisciplinar, por um número não inferior a sete membros, cuja função seja analisar os projetos de pesquisas no sentido de preservar a integridade física, moral e pessoal dos sujeitos enquanto instrumentos da pesquisa, bem como, a competência do pesquisador em realizar a mesma (BRASIL, 1996).

Ainda, esta resolução trata da ciência e concordância dos participantes na pesquisa através do capítulo IV - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: “O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa (BRASIL, 1996). Sendo assim, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é o documento por definição que indica que o participante autoriza a realização da pesquisa e está claramente informado à respeito dos métodos, objetivos, benefícios ou suscetíveis riscos que possam acontecer e deverá estar presente junto aos projetos.

Contribuindo às características do projeto, consideramos que muitas vezes, os estudantes sentem dificuldade no momento da escolha do tema de seu trabalho acadêmico, para Rodrigues (2008), o lugar mais fácil de encontrar um tema de estudo é entre suas motivações, assim, o tema deve ser capaz de cativar sua atenção por meses ou anos. Dessa maneira, deve-se considerar a pretensão profissional aliada ao gosto pessoal, lembrando que o processo de pesquisa é longo e o pesquisador precisa sentir-se motivado.

Corroborando, Gil (2002) acrescenta que para a escolha mais adequada do tema, é necessário haver uma reflexão sobre diferentes temáticas, sendo assim, o aluno deverá reconhecer quais linhas mais atrativas para sua pesquisa. Lembrando que é importante um conhecimento prévio sobre o assunto.

Diante disso, devemos saber que o trabalho a ser desenvolvido, é escolha do pesquisador, em conformidade com o orientador. Esta escolha por mais difícil e trabalhosa que seja, deve, acima de tudo, manter a motivação, pois quando trabalhamos com algo que temos afinidade, conseqüentemente a criatividade e o entusiasmo fluem nos levando mais rapidamente à conclusão de nossos objetivos.

Rodrigues (2008) reconhece que o aluno precisa se encantar com a pesquisa a ser desenvolvida, como remete a fala:

Muitas desistências acontecem porque o aluno não escolheu um tema que seja de significância para si próprio. Boa parte dos desistentes é de alunos passivos (ou de orientadores que forçam um tema para seus alunos). Não reconhecendo o tema de trabalho como relevante para si próprio, o aluno terá mais facilidade para abandoná-lo diante das dificuldades que sempre aparecem (p. 34).

A escolha do orientador deve ser bastante cuidadosa, normalmente em programas multidisciplinares, orientador e orienta-

do podem ser de áreas diferentes. Contudo esta relação pode apresentar-se muito positiva, pois a problemática poderá contar com olhares de duas áreas distintas, tendo com isto um ganho tanto para orientado quanto para orientador e conseqüentemente uma melhor construção do trabalho a ser realizado. Neste caso levando em consideração uma boa relação entre orientador e orientado quanto ao uso de seus conhecimentos. No entanto, há programas em que não existe a possibilidade de escolha do orientador, sendo os orientandos divididos por tema ou linha de pesquisa, nessa perspectiva, ocorrerá um aprimoramento do tema a ser desenvolvido, pois o orientador trará uma bagagem de praxis para o desenvolvimento da pesquisa.

O papel do orientador é de fundamental importância, equilibrando as cobranças e também deixando o aluno desenvolver-se espontaneamente. Assim, Rodrigues (2008), defende:

O orientador deve esticar o elástico que o liga a seu orientado na exata medida da disposição e capacidade intelectual dele. Um orientador ruim estica demais o elástico e pode chegar a rompê-lo, com prejuízos para todos, assim como pode também deixar o elástico solto demais e o orientado e seu trabalho não progredirão tanto quanto poderiam (p. 23).

Esta linha é tênue, assim, é preciso um equilíbrio para o desenvolvimento e crescimento do projeto. Bem como, sabendo ponderar as inquietudes dos dois pesquisadores, para o processo tornar-se natural.

Quanto melhor for o orientador, melhor será sua capacidade de reconhecer o momento certo para emitir uma crítica negativa e também o momento para reconhecer os pontos positivos de um trabalho em construção. As críticas negativas, quando apontadas de forma humilde e com propriedade, são os caminhos

norteadores para que o orientado procure novos conhecimentos e métodos para reafirmar seu trabalho.

Podemos ter convicção de que as críticas são necessárias para a melhoria do trabalho. O mapeamento das fraquezas surge através das críticas fundamentadas ou mesmo descabidas, assim teremos a percepção do que pode ser melhorado e fortalecido (RODRIGUES, 2008).

É importante que o pesquisador tenha um olhar distanciado de sua pesquisa, desta forma ele poderá desenvolver a auto-crítica em relação ao trabalho, sendo que esse precisa ser analisado por mais de um ponto de vista. Então haverá uma reorganização do saber, mais clara e fundamentada, mostrando que o mesmo não é estático, e junto a ele possam ser expressas as dúvidas e inquietudes de um saber em constante desenvolvimento.

Segundo Richardson (2015), a pesquisa social precisa desenvolver o ser humano, assim, seu objetivo imediato é a aquisição do conhecimento. Para tanto, também é preciso que, o pesquisador durante a caminhada de construção desse conhecimento, tenha consciência das inferências sociais e de todas as atividades e circunstâncias que transitam nas adjacências do assunto pesquisado. A partir da compreensão deste entorno podem ser mudadas as concepções teóricas ou mesmo empíricas as quais muitas vezes ficam ocultas sob a falsa clareza de fatos objetivos.

Para este autor existem três tipos de pesquisas: 1 - aquela feita na tentativa de resolver um problema que pode ser específico do pesquisador, grupo de indivíduos ou uma determinada empresa, que é o caso da pesquisa-ação, que a base é a procura de solução de problemas de um coletivo; 2 - as pesquisas realizadas com o objetivo de desenvolver teorias e compreendê-las relacionando-as com outros fenômenos; 3 - outras que testam teorias, estas no campo da pesquisa das ciências sociais ainda são metas a serem desempenhadas (RICHARDSON, 2015).

Para a comprovação de uma pesquisa existe o uso de um ou mais métodos. O método é o caminho para se chegar a um determinado objetivo, são eles que irão definir a trajetória do trabalho. Para saber qual método é mais indicado, também é importante a leitura de alguns outros trabalhos, pois assim poderemos ter uma base mais concreta sobre quais meios já foram utilizados para chegar a um determinado objetivo.

Richardson (2015) esclarece que:

O método científico fundamenta-se na observação do mundo que nos rodeia. Dita observação, definida em termos amplos, não está restrita apenas ao que vemos; inclui todos os nossos sentidos. Portanto, devemos aprender a observar da maneira mais aberta possível para que possamos questionar-nos sobre o que, porque e como são os fenômenos (p.26).

Nesse contexto, destaca-se a importância do projeto, como uma direção a seguir. Segundo Jacobini (2011), para um projeto de pesquisa ter uma boa elaboração, é indispensável a avaliação do orientador e/ou órgãos de financiamento de pesquisa, também é preciso seguir uma linha que o dirigirá, assim o documento terá maior respaldo. A sequência básica obedecida segue exigências de instituições ou órgãos de financiamento, ainda, descrições de livros de metodologia. Desse modo, todos os elementos estão inter-relacionados, trazendo coerência ao projeto, gerando clareza ao leitor. Através do projeto teremos as diretrizes iniciais para dar segmento ao estudo, um projeto pode ser delineado ao longo do percurso de acordo com os resultados iniciais da pesquisa.

Basicamente os elementos de um projeto de pesquisa de acordo com Jacobini (2011) são:

- Título: O título deve corresponder ao assunto que será tratado, onde conseguimos imaginar o trabalho a partir

daquela expressão, palavra ou frase. O título, não necessariamente é o primeiro a ser definido, pois ele pode ser formulado no decorrer do estudo.

- Tema: O tema deve ser delimitado conforme a curiosidade e necessidade do autor.
- Problema: é a inquietação do pesquisador a respeito de alguma particularidade do tema.
- Objetivo da pesquisa: o objetivo deve estar relacionado a busca a compreensão do problema, suas raízes e a partir de então fazer as proposições necessárias para atenuar o problema de pesquisa da comunidade científica.
- Hipótese: É uma dedução de uma área do conhecimento que precisa ser testada com a finalidade de explicar um fenômeno ou propor a solução de um problema de pesquisa. No caso de algumas áreas das ciências humanas, onde se usa a metodologia qualitativa, não há necessariamente a busca da prova da hipótese, para que nenhum conhecimento anterior possa predefinir um resultado. Nem sempre a proposta da hipótese é usada, pois pode-se criar um preconceito sobre determinado assunto que poderá prejudicar o andamento da pesquisa.
- Metodologia: Podemos entendê-la, desde a o referencial teórico, a abordagem quantitativa ou qualitativa até os procedimentos de coleta e análise de dados. Gil (2016), infere como um conjunto de métodos e técnicas distintos utilizados para a realização de uma pesquisa, assim, serão empregados como ferramenta adequada para apresentação dos resultados. A metodologia até o Séc. XVIII era basicamente quantitativa

onde o caminho para melhor entender o real era fazer a leitura matemática, afastando-se do objeto para que se pudesse observar, medir e comparar em uma abordagem positivista. Ainda, Lakatos (2011), entende que na metodologia quantitativa o pesquisador busca a identificação dos elementos básicos do que está sendo investigado, buscando uma crescente nas relações entre os diferentes elementos. Inspirados nas metodologias das ciências naturais a partir do Séc. XIX verificou-se que este método não era o mais apropriado para aplicação nas ciências humanas surgindo então a abordagem qualitativa, considerando que o ser humano deve ser visto com um olhar diferenciado devido sua complexidade, é um sistema de significações e assim não é possível mensurar, mas sim conhecer.

Existem diferentes métodos usados para a obtenção de dados em uma pesquisa. Segundo Lakatos (2011), a diferença entre o método quantitativo e qualitativo dá-se além da empregabilidade de instrumentos estatísticos, também pela maneira como a coleta e a análise dos dados são feitas, a metodologia qualitativa busca uma interpretação com maior singularidade no que se refere às investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento social. A metodologia qualitativa é muito frequente quando trabalhamos nas ciências humanas.

Ainda, Rodrigues (2008), complementa com a seguinte fala:

Um trabalho deve ter as partes internacionalmente reconhecidas como necessárias, que são a introdução, revisão, métodos, resultados, discussão, conclusão e literatura citada.

Este é um mínimo de organização que faz com que a leitura seja facilitada e os elementos dispostos de uma forma esperada pelo leitor. [...] também espero que você me diga porque seu trabalho é relevante na introdução, que você me apresente o estado da arte do assunto na revisão, como coletou seus dados nos métodos, o que encontrou nos resultados, o que estes resultados significam na discussão, e as implicações disto tudo na conclusão. Espero que na literatura citada estejam todos os trabalhos que você citou, de forma que possa encontrá-los, se quiser, e há algumas regras gerais para fazer isto (p. 140).

Dessa forma, todos os elementos do trabalho acadêmico devem estar presentes e dispostos em uma sequência interligada onde a ideia do autor seja compreendida ao longo de toda a leitura, facilitando o entendimento de todos os processos que foram pensados e desenvolvidos.

- Justificativa: é um elemento no qual há a indicação da relevância do estudo. Gil (2002) sustenta que na justificativa podem estar presentes vários fatores, como: desde os motivos pela escolha do tema, sua associação com o histórico formativo do autor, até a conformidade com as linhas de pesquisas propostas. Além disso, deve ser salientada a importância da pesquisa sobre os aspectos teóricos e práticos, bem como sua relevância para construção de um conhecimento ou solução de uma determinada problemática, ainda para propor novas teorias a respeito de um assunto não esclarecido até o momento.
- Cronograma: é a previsão da execução das fases do trabalho de pesquisa, definindo as etapas e prazos a serem executadas. Para Boaventura (2014), o cronograma tem um lugar significativo no bom andamento

da pesquisa, pois é preciso basear-se nele para o real cumprimento dos prazos que foram estabelecidos pela coordenação do programa de Pós-graduação com base na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na dissertação o prazo é de dois anos, enquanto a tese possui um prazo maior, de quatro anos. O cronograma geralmente é expresso em gráficos onde será ilustrada a elaboração do projeto, apresentação, exame de qualificação, coleta de dados, tabulação, análise e interpretação, redação preliminar, redação definitiva, exame oral-final e entrega à coordenação do Programa de Pós-graduação. Rodrigues (2008) salienta que se o trabalho não ocorrer durante o período proposto, então o trabalho deve ser mudado. Devido às pressões da CAPES e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), os trabalhos devem ter tempo determinado para sua conclusão, pois a utilização de bolsas por tempo indeterminado impediria o uso das mesmas por outros, com esta justificativa estas pressões são considerados um mal necessário.

- Complementando aos elementos já citados, achamos de grande relevância determinados aspectos, como:
- **Resumo:** é um elemento pré-textual, de forma a explicitar um resumo da nossa própria pesquisa para compreensão com maior facilidade pelo leitor, demonstrando a estrutura do texto, identificação de objetivos, metodologia e resultados da pesquisa (JACOBINI, 2011).
- **Introdução:** Segundo Boaventura (2014) o autor da pesquisa deve esclarecer a escolha do tema, os objetivos do projeto, justificar a escolha, delimitar o proble-

ma da pesquisa, desenvolvido em questões que possam orientá-la. A introdução deve contar o que vamos apresentar de forma sucinta.

- Citações e referências bibliográficas: Para Santos (2015), são nas referências bibliográficas que apresentam-se as origens dos textos pesquisados, onde um leitor interessado poderá buscar o princípio da concepção do trabalho acadêmico.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): essa entidade é responsável pela normatização de diversos procedimentos tecnológicos no Brasil, além disso é referência para normas de escrita de trabalhos acadêmicos. A maioria das instituições de ensino, sugerem a utilização dessas normas para a confecção de trabalhos científicos, outras desenvolvem suas próprias normas baseadas nela (MINAYO, 2013). Em Rodrigues (2008), há uma contundente crítica acerca dessas normas, pois afirma que existe muita severidade na exigência, visto que em Harvard, uma das universidades mais conceituadas das américas, não são exigidos padrões tão rígidos para trabalhos acadêmicos, e sim há uma valorização do conteúdo.

A sobrevivência da norma ABNT se deve aos muitos programas de pós-graduação em que não há critério algum de qualidade em relação ao conteúdo. Então exigir a norma ABNT é o único modo de manter as aparências de rigor científico (RODRIGUES, 2008, p. 141).

Diante de tudo que foi demonstrado, percebemos a importância da Metodologia Científica e da Pesquisa para o desen-

volvimento do pesquisador, tendo sucesso no seu trabalho, aperfeiçoando sua trajetória acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta exposição, analisamos os processos necessários para o desenvolvimento de uma pesquisa. Inicialmente abordamos a relevância da ética no processo de desenvolvimento científico, perpassando pelo tema, título, problemas, objetivos, metodologia, cronograma, dentre outros. Buscamos com isso, salientar a demanda de um processo sequencial no desenvolvimento de um trabalho acadêmico, independentemente de ser um artigo, dissertação, tese.

Procuramos, através deste artigo, fazer uma síntese dos pontos necessários em um trabalho acadêmico. Destacamos a complexidade no que se refere ao tempo que alguns alunos estão distantes do meio acadêmico, dificultando a interação com o proposto, mas sem fazer disto um empecilho para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Tendo em vista o acima exposto, conclui-se que um projeto precisa seguir alguns elementos fundamentais no desenvolvimento da pesquisa para que este consiga chegar exitosamente ao objetivo proposto.

CAPÍTULO 5

A PESQUISA QUALITATIVA E A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR: ELEMENTOS PARA UM PARADIGMA DIALÓGICO

Naires de Cassia Nunes Moraes, Ione Brum da Silva,
Danieli Melo Zarzicki, Taniamara Vizzotto Chaves, Vantoir
Roberto Brancher

INTRODUÇÃO

Atualmente, talvez como nunca antes visto na história da evolução humana, percebe-se o quanto a ciência e a tecnologia se fazem presentes na sociedade e tem delimitado as perspectivas, as condições e a qualidade de vida do ser humano em geral. Diariamente, têm-se notícias de novas descobertas no campo da medicina, das ciências naturais, das ciências sociais, da comunicação, da engenharia entre outras áreas, que impactam sobre a forma como o ser humano percebe seu entorno, as relações com o meio natural, social, político e cultural e, sobretudo, como este se percebe inserido neste contexto frente aos desafios que lhe são impostos diariamente.

Nesse sentido, cabe refletir sobre o perfil esperado aos sujeitos e, o papel que o ser humano tem frente a esta nova realidade. O homem é um ser social, sua existência e identidade estão condicionadas às relações que são estabelecidas com os demais e com o meio. Por não possuir sua trajetória estática, torna-se um ser

dependente da interação com o ambiente e com seus pares, constituindo sua identidade na constante troca com o ambiente, com as pessoas que o cercam exigindo constante dialogicidade.

É a partir da necessidade natural de interação do homem com o mundo que o cerca, e do exercício da sua capacidade de comunicação, que o conhecimento e a informação são produzidos e disseminados. A fluidez e a mutabilidade das informações modificaram até mesmo a forma como o homem estabelece suas relações dialógicas com os elementos e sujeitos que o cercam; frequentemente, têm-se paradigmas transformados por novas ideias, concepções e práticas. Nesse sentido, cabe ao homem o papel de um ser dialógico, reflexivo, autônomo que se permite pensar, articular, prever e sistematizar novos conhecimentos e práticas oriundos das mudanças estabelecidas pela ciência e pela tecnologia na sociedade e no ambiente onde o mesmo se insere.

Diante da dinâmica das relações dialógicas estabelecidas entre os homens e o mundo, fica evidente que o conhecimento e a ciência também sofreram profundas modificações ao longo do tempo. Ora, se a ciência é um produto humano que emerge das necessidades do próprio homem e das suas relações, ela inevitavelmente será reflexo da consciência humana a respeito da sua incompletude e inacabamento. O caminho que levou o homem do rigor das ciências naturais à compreensão do ser social foi oriundo da tomada de consciência dos sujeitos enquanto seres constituintes do eixo norteador e propulsor do processo de desenvolvimento dos saberes científicos. Que, por sua vez, visam contribuir para a melhora da vida humana, tendo como pilar o fomento de novos paradigmas visando contribuir para o crescimento da humanidade.

Porém, reconhecer a incompletude humana é um grande desafio, principalmente no que tange à ciência. Se o homem é um ser social e inacabado e a ciência é um produto do homem para o homem, então a ciência também se constitui de diferentes faces a serem consideradas.

Historicamente, a ciência tem seus pilares calcados em diferentes paradigmas, os quais têm como um de seus pontos fundamentais a atitude do ser humano frente à realidade e o mundo que o cerca, a forma de conceber, de olhar e de analisar os fenômenos naturais, sociais, culturais, econômicos, etc.

Um dos paradigmas, que tem como base o contexto das ciências da natureza cabe ao pesquisador aplicar com maior rigor possível métodos de observação, quantificação e controle. O afastamento entre o pesquisador e o objeto de pesquisa é característica principal dentro deste paradigma. Desconsidera-se a possibilidade de interação entre observador e observado. Não são levadas em conta as habilidades pessoais do pesquisador e os fatores externos ao objeto observado. Prima-se pela neutralidade e objetivação por parte do pesquisador.

Em outra perspectiva, diante da dinâmica dialógica das relações humanas e da flexibilidade das relações estabelecidas entre o homem e o meio em que vive, o pesquisador está, inevitavelmente, cada vez mais imerso no mundo de seus objetos de pesquisa. As habilidades pessoais de quem observa são determinantes para a construção do saber científico, caracterizando um processo qualitativo, em que há necessidade de métodos e observações, porém aliados à sensibilidade do olhar humano, buscando respostas e novas perguntas a serem respondidas, onde a subjetividade é sem dúvida um fator a ser considerado.

A segunda perspectiva mencionada acima permite ponderar sobre elementos necessários a produção de conhecimentos e significados no âmbito das ciências sociais e humanas e, neste contexto, a pesquisa qualitativa surge como algo potencialmente qualificador sendo o pesquisador o elemento chave para a problematização e a construção das realidades estudadas e analisadas.

A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA

O conhecimento científico evoluiu lentamente, por um longo período da história da humanidade. Segundo Arendt (2010, p. 325), o advento das ciências naturais pode ser atribuído ao célebre aumento do poder e do conhecimento humanos, sendo fato que, um pouco antes da era moderna, “a humanidade europeia sabia menos que Arquimedes no século III a. C., ao passo que os primeiros 50 anos de nosso século testemunharam mais descobertas importantes que todos os séculos de história registrada juntos.”

Utilizando o conceito de Kuhn (2013, s.p.), de “ciência normal”, significando a “pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas”, vê-se que a existência de um paradigma, sendo que o “tipo de pesquisa mais esotérico que ele permite é um sinal de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico que se queira considerar”.

De acordo com o mesmo autor (2013, s.p.), desde a “Antiguidade um campo de estudos após o outro tem cruzado a divisa entre o que o historiador poderia chamar de sua pré-história como ciência e sua história propriamente dita”, devendo-se considerar os eventos retrospectivamente, para verificar se um campo de estudos tornou-se efetivamente uma ciência.

Nos séculos XVI e XVII, substituiu-se a visão de um universo orgânico, vivo e espiritual pela ideia do mundo como uma máquina, convertendo-se a máquina do mundo como a metáfora dominante na era moderna. Surgiu um novo método de investigação, envolvendo a descrição matemática da natureza, bem como o método analítico de raciocínio desenvolvido por Descartes. A partir dessas mudanças e do papel fundamental ciência para tal, os historiadores passaram a considerar os séculos XVI e XVI como a

Idade da Revolução Científica (CAPRA, 2006, p.50).

A partir da revolução científica, desenvolveu-se o modelo de racionalidade que domina a ciência moderna, evoluindo nos séculos seguintes no domínio das ciências naturais. Somente no século XIX, apesar de esparsos prenúncios no século XVIII, é que o modelo de racionalidade se estendeu às ciências sociais, sendo possível, então, falar-se de um modelo global de racionalidade científica. No entanto, conforme indica Santos (2009), esse paradigma passa por várias crises, havendo um paradigma emergente, que deve ser não apenas científico, mas também um paradigma social.

Percebe-se, então, a ligação indissociável entre o meio científico e social. O mesmo homem que faz a ciência é parte dela, e na interação com o mundo através da ciência torna-se protagonista da evolução da sociedade. Logo, os métodos científicos baseados na análise matemática e na medição rigorosa dos fenômenos passam a ter sua eficácia questionada. Ao passo que os sujeitos percebem-se como ativos no processo de evolução da ciência e o quanto essa evolução interfere na forma como o próprio homem constitui sua identidade, passa-se a conceber novos métodos, principalmente para as ciências sociais.

Nesse contexto vislumbra-se a perspectiva de um paradigma que evoca a presença marcante do ser humano e pesquisador como o que responde pela interlocução de diferentes saberes e realidades, pela compreensão de diferentes realidades considerando-se a incompletude do seu saber. É este sujeito que ao carregar consigo concepções, ideias, construções e subjetividades que permite enriquecer o processo de produção humana e científica a medida que permite e se permite participar do diálogo com os diferentes sujeitos envolvidos na construção do conhecimento científico.

O PESQUISADOR E A PESQUISA QUALITATIVA

Conforme Droescher e Silva (2014) por apresentar um processo extremamente dinâmico, onde as descobertas ocorrem continuamente, apontando novos resultados e novas pesquisas, frequentemente a ciência apresenta resultados temporários e transitórios. Em consequência, caracteriza-se como um processo ininterrupto de investigação, aliado à participação intrínseca e dinâmica dos pesquisadores, os quais alimentam e dão sequência ao processo como um todo, produzindo novos conhecimentos, mediante motivações tanto de ordem científica quanto social, que poderão ser aceitas ou refutadas de acordo com uma análise criteriosa da comunidade científica.

A pesquisa está presente em quase todas as situações que envolvem o homem e sua inserção na sociedade, seja para a busca de novas informações ou para ampliar o conhecimento existente, onde os resultados obtidos podem ser preciosas fontes de informações para melhorar o processo de tomada de decisões. Para chegar a um resultado, o pesquisador dispõe de inúmeras opções em termos de métodos e técnicas, desta forma, a eleição da metodologia mais adequada viabilizará como conduzir melhor as suas pesquisas.

Segundo Droescher e Silva (2014, p.174), conforme citado por Le Coadic (1996) são ressaltadas duas formas de motivações presentes nos pesquisadores. Uma advinda do próprio meio científico, onde a preocupação com o avanço da ciência torna-se substancial para o profissional enquanto pesquisador. A outra forma de motivação é de natureza pessoal e aí estão incluídos diversos fatores, tais como a possibilidade de crescimento e reconhecimento profissional e acadêmico. Entretanto, independentemente do tipo de motivação, não convém separar as motivações científicas das sociais, uma vez que uma complementa a outra, visto que os

pesquisadores buscam dedicar-se às questões mais urgentes, procurando contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.

Ainda, conforme Droescher e Silva (2014) o pesquisador usualmente inclina-se para a resolução de questões que possam acarretar um maior reconhecimento, tanto para uma melhor aceitação da comunidade científica quanto a aceitação pelos seus colegas. Para tanto, não devem atender somente à resolução de questões de cunho pessoal, mas também a escolha de problemas inerentes aos seus pares. Da mesma forma, a tendência do pesquisador é dar preferência para a utilização de métodos que colaborem com a solução mais adequada do problema a ser investigado. Entende-se, então, que os pesquisadores, como integrantes do campo científico, têm o propósito de alcançar a aceitação para a sua produção e também afirmar a sua própria autoridade no papel de produtor científico.

À proporção que o pesquisador se dispõe a produzir respostas seja para os próprios questionamentos, dos seus pares, ou questionamentos oriundos da sociedade em geral colabora imensamente com conquistas que envolvam a pesquisa e, conseqüentemente, com o seu reconhecimento como cientista.

Por outro lado, cabe abrir um parêntese para destacar o fato de que, ainda que as pesquisas promovam respostas para perguntas próprias dos pesquisadores, estas são pagas pela sociedade e, neste sentido, cabe ao pesquisador dar à sociedade a resposta as suas pesquisas. Nesse sentido, as pesquisas não devem servir tão somente como reconhecimento do sujeito como cientista e a aceitação do mesmo entre os seus pares, mas, sobretudo para resolver os problemas sociais, econômicos, culturais, naturais da sociedade onde o pesquisador se insere.

Conforme Goldenberg (2004) a pesquisa é um processo onde as suas etapas são impossíveis de serem previstas e, não sendo totalmente controlável, o pesquisador compreende que o seu

conhecimento é parcial e restrito. Levando em conta que o ser humano não é passivo e portanto, compreende o mundo em que habita convivendo socialmente e também considerando as diferenças existentes entre os seres, a socialização do pesquisador exige um exercício permanente de crítica e autocrítica.

A mesma autora ressalta também que:

O pesquisador deve estar preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e com descobertas inesperadas, e, também, para reorientar seu estudo. É muito frequente que surjam novos problemas que não foram previstos no início da pesquisa e que se tornam mais relevantes do que as questões iniciais (GOLDENBERG, 2004, p. 35).

Tratando-se especificamente de pesquisas qualitativas, entende-se que o pesquisador torna-se parte inseparável do próprio processo de pesquisa, transformando-se constantemente, conforme aprende atuando ativamente, e em decorrência disso, a neutralidade torna-se praticamente impossível. Dessa forma, a participação ativa tanto do pesquisador quanto do pesquisado, no desenvolvimento da pesquisa e também os efeitos propiciados, constituem elementos de análise.

A Pesquisa qualitativa tem como característica fundamental o fato de que se trabalha com ou a partir de um grande conjunto de dimensões e variáveis. Assim, os fenômenos sociais, imbricados com os naturais, não são redutíveis a variáveis dependentes e independentes. Nesse contexto, cabe ao pesquisador a inserção neste espaço de pesquisa, procurando estabelecer um olhar a partir do ambiente natural como fonte de dados para a pesquisa, onde os dados coletados são predominantemente descritivos e a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto final. Isso não significa que o rigor científico deixe de existir, mas

ao contrário exigem do pesquisador uma atenção e uma acuidade muito especial ao significado que as pessoas dão as coisas e a compreensão que o mesmo deve ter frente aos pontos de vista dos participantes da pesquisa.

Goldemberg (2004) expõe que diversos autores sociais, como Max Weber, Pierre Bourdieu e Howard Becker acreditam ser imprescindível a explicitação de todos os passos da pesquisa para conter o viés do pesquisador e também apontam que o pesquisador tenha consciência da interferência dos elementos advindos de suas conclusões. A autora reitera que:

Muitos cientistas sociais acusam a pesquisa qualitativa de não apresentar padrões de objetividade, rigor e controle científico, já que não possui testes adequados de validade e fidedignidade, assim como não produz generalizações que visem à construção de um conjunto de leis do comportamento humano. Outra crítica diz respeito à falta de regras de procedimento rigorosas para guiar as atividades de coleta de dados, o que pode dar margem para que o *bias* do pesquisador venha a modelar os dados que coleta, que, portanto, não podem ser usados como evidência científica (p. 44).

Pesquisar constitui-se então, como um processo formativo, em que observador e observado interagem entre si e com o meio, reestabelecendo conexões e representações dialógicas. Fica evidente a superação do caráter estático e puramente metódico da pesquisa, que passa a assumir um papel fundamental na construção de saberes mais amplos, que convergem para a compreensão do todo e não mais das compartimentações metodológicas características do entendimento da ciência enquanto rigorosa, cartesiana e plausível de generalizações em que os aspectos subjetivos são desconsiderados.

A pesquisa qualitativa assume um papel fundamental nesse processo, pois nela, considera-se o pesquisador como parte integrante do contexto a ser pesquisado. É impossível dissociar objeto e pesquisador, pois mesmo na escolha pelo objeto de estudo já há uma enorme carga pessoal por parte do pesquisador. Quando se escolhe um campo e um objeto de estudo, imprime-se nessa escolha as preferências do pesquisador, os seus desejos e mesmo antes de ir a campo, já se tem impressões, hipóteses e ideias sobre o que se pode encontrar. Conforme Minayo (2009, p. 13), ao se referir à pesquisa qualitativa nas ciências sociais “[...] existe uma identidade entre sujeito e objeto”. Ressalta que “A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos [...]”, e, ainda

[...] a relação entre pesquisador e seu campo de estudos se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Ou seja, a relação, neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério da realidade e busca de objetivação (MINAYO, 2009, p. 14).

Percebe-se então que o fator humano é determinante nas pesquisas qualitativas, pois existe uma relação identitária entre o pesquisador e o objeto pesquisado, principalmente porque esses estudos se dão no âmbito das relações sejam elas do homem com o trabalho, com a sociedade, com a cultura, política, ética ou com seus pares, também no âmbito do discurso e do diálogo, consequentemente. Com base nestes aspectos entende-se que o fator humano e seus interesses precisam ser considerados como critérios

presentes constantemente na pesquisa e valorizados na definição dos caminhos a serem trilhados na construção do conhecimento.

No entanto, é preciso cautela para que o pesquisador não se embriague em suas certezas e acabe por não considerar aspectos importantes em suas pesquisas. Ou seja, o mergulho no campo de estudo e as relações entre pesquisador e objeto podem gerar verdades inconsistentes ou até mesmo, obscurecer a interpretação dos dados coletados. Diante da familiaridade e intimidade com o campo de estudos, é coerente manter sempre alerta o senso crítico e questionar com frequência os resultados obtidos. Pois, pode ocorrer certo comodismo diante da confortável relação estabelecida entre pesquisador e objeto, fazendo com que o primeiro deixe de ver novas possibilidades de exploração do segundo, ou passe a enxergar apenas o que lhe convém, abandonando o compromisso ético com a ciência.

O grande desafio é manter o afastamento necessário dos desejos pessoais, a fim de que a análise dos dados de uma pesquisa não seja tendenciosa, porém, é tão importante quanto, manter a ligação íntima com o objeto ora analisado, pois é esta ligação que irá garantir a motivação e manterá os olhos do pesquisador abertos para novos dados, novas possibilidades de exploração e aprofundamento da pesquisa. Assim, é preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre o desejo pessoal e o afastamento necessário para garantir a credibilidade e a ética dos estudos.

A PESQUISA QUALITATIVA E A PERSPECTIVA DO PARADIGMA DA DIALOGICIDADE

Com o objetivo de buscar uma possível conceituação do que é pesquisa qualitativa, faz-se necessário contextualizar o seu surgimento e aplicação, fazendo uma síntese de suas origens e evolução. Não há no Brasil dados relevantes que possibilitem traçar-se com segurança seu percurso.

Conforme Alves e Aquino (2012), nos Estados Unidos, a partir do início do século XX, até a Segunda Guerra Mundial, com a institucionalização da pesquisa como prática profissional, é que a pesquisa qualitativa vai lançar seu olhar e estabelecer como foco de suas preocupações o outro, o diferente, o exótico; num segundo momento, até a década de 1970, há a formalização da pesquisa qualitativa através da publicação de livros acadêmicos. A partir daí, até meados dos anos 1980, surgem diversos modelos teóricos de interpretação da realidade, sendo que, na segunda metade da década de 1980, passa-se a reconhecer que a exposição dos conhecimentos e dos resultados é parte fundamental do processo de pesquisa. Durante os anos 1990, busca-se compreender e interpretar problemas específicos, locais e historicamente delimitados; no final da década de 90, aprofundam-se as discussões sobre “a questão da autoridade de se falar do outro, a localização do autor (pesquisador) no texto, a validade, confiabilidade e capacidade de generalização da pesquisa qualitativa” (p. 84); a partir disso, se condensariam todas as transformações que a pesquisa qualitativa sofreu ao longo de seu percurso histórico.

Ainda segundo os mesmos autores (2012, p. 84), com a evolução, percebeu-se que não mais é possível ver a pesquisa qualitativa “a partir do paradigma positivista da neutralidade, uma vez que a classe, a raça, o gênero, a etnia condicionam todo o processo de investigação, transformando a pesquisa num processo multicultural”.

Embora, como já mencionado, o pequeno histórico traçado tenha tomado por base especialmente o caminho percorrido pela pesquisa qualitativa nos Estados Unidos, tais informações são úteis para que possamos verificar essa evolução em linhas gerais.

Ultrapassada a breve notícia histórica, importante ressaltar que muitos autores não distinguem claramente métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos, entendendo que a pesquisa quantitativa também é, de certa maneira, qualitativa (RICHARDSON, 2015). Entretanto, o modo como se analisará um problema, o enfoque adotado é que definirá se a pesquisa deverá ser quantitativa ou qualitativa.

Segundo Boaventura (2012, p. 56-57), citando Robert Bogdan e Sari Biklen, a investigação qualitativa é uma fonte direta de dados observados no ambiente natural, “constituindo-se o pesquisador no instrumento principal; é uma pesquisa descritiva, em que os investigadores, interessando-se mais pelo processo do que pelos resultados, examinam os dados de maneira indutiva e privilegiam o significado.” E, assim, os dados “são ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico.” Dessa forma, as “questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.”

Conforme ensina Richardson (2015), a abordagem qualitativa justifica-se, principalmente, por se tratar de uma forma adequada para que se possa entender a natureza de um fenômeno social; assim, há problemas que podem ser investigados pelo método quantitativo, enquanto outros exigem diferentes enfoques, ou seja, uma metodologia qualitativa. Esse aspecto qualitativo pode parecer mesmo nas informações obtidas por estudos quantitativos, não perdendo seu caráter qualitativo, uma vez que transformadas em

dados quantificáveis, para que seja assegurada a exatidão no plano dos resultados.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2009, p. 21), “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” E continua, dizendo que esse “conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.”

De maneira mais objetiva, Richardson (2015, p. 90), entende que a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Compreender detalhadamente os significados e as características situacionais dos entrevistados requer um olhar atento do pesquisador. Ler, entender e interpretar dados, em uma perspectiva qualitativa depende de uma interlocução entre os diferentes aspectos e da emergência de um processo dialógico, ou seja, da construção de sentidos elaborados mediante a conversa entre os dados mediatizados por distintas técnicas de pesquisa e entre os dados e os propósitos e olhares do pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço da tecnologia, as formas de como os sujeitos se relacionam com a ciência e com o meio modificou-se profundamente. A velocidade da comunicação e da informação passou

a influenciar diretamente nas relações humanas e na forma como se constitui a identidade de cada um. Esse processo constitutivo se dá através da capacidade de comunicação. É através das relações dialógicas que o ser humano estabelece com o meio que o cerca que ele toma consciência da sua própria existência e estabelece os parâmetros da sua identidade. Cabe ressaltar que tais relações são dinâmicas e inquietas, pois o ser humano assim o é, e, portanto, ao interagir com seus pares, o homem transforma a si e aos outros em um constante processo de construção e transformação identitária.

Além disso, o ser humano sempre mostrou a necessidade de explicar os eventos que o cercam. Do ponto de vista histórico, desde os primórdios da evolução humana são encontrados mitos e explicações das mais variadas para os acontecimentos da vida. Como o avanço da capacidade de compreensão da realidade, o homem foi aprimorando sua aptidão para criar e experimentar hipóteses, confirmando-as ou refutando-as e, conseqüentemente, elucidando os acontecimentos do cotidiano através da racionalidade e capacidade de generalização. Assim, constituiu-se a ciência, como forma de conhecer e explicar a realidade que cerca o homem, contribuindo para melhorar a vida do mesmo.

Durante um longo período, a credibilidade da ciência esteve diretamente associada ao rigor dos métodos utilizados para controle e observação dos eventos estudados. O papel da pesquisa era, então, controlar e quantificar o máximo possível de dados para posterior generalização de conceitos que explicassem diferentes fenômenos. Quanto maior o número de dados obtidos e mais testes fossem realizados, maior a confiabilidade do estudo.

No entanto, conforme Goldenberg (2004, p. 20), foi a partir do início do século XX que alguns estudos antropológicos passaram a considerar que as pesquisas na área social possuem características diferentes das pesquisas da ciência da natureza e, por isso, precisam de abordagens diferentes, com métodos de coleta de dados diferenciados entre si. Conforme a mesma autora

Foram os trabalhos de campo de Fraz Boas, entre 1883 e 19902 e, particularmente, a expedição de Bronislaw Malinowski às ilhas Trobriand, que consagraram a ideia de que os antropólogos deveriam passar por um longo período de tempo na sociedade que estão estudando para encontrar e interpretar seus próprios dados, em vez de depender de relatos dos viajantes, como faziam os “antropólogos de gabinete” (GOLDENBERG, 2004, p. 20).

Fica explícito, aqui, que o mergulho do pesquisador no campo a ser pesquisado passa a ganhar grande importância. Começa a ser considerada, com grande relevância, a disposição do pesquisador em interagir com a cultura, os hábitos e costumes do povo a ser pesquisado. Temos, portanto, “uma verdadeira ruptura metodológica na antropologia, priorizando a observação direta da experiência pessoal do pesquisador no campo” (GOLDENBERG, 2004, p.22). Essa ruptura, aos poucos, estendeu-se às demais áreas das ciências sociais, surgem novos métodos e novas práticas de pesquisa que passam a considerar a interação do ser humano e do contexto cultural como parte do processo de pesquisa.

O pesquisador passa, então, a fazer parte do contexto pesquisado, e, portanto, é também objeto de pesquisa. Existe, aqui, o risco da possível dependência e da disputa de poder entre pesquisador e objeto, porém, cada pesquisador deve fazer uso do bom senso para encontrar a solução para cada situação, a experiência, maturidade e criatividade são aspectos determinantes para a libertação do pesquisador de situações que coloquem em risco a credibilidade e confiabilidade de sua pesquisa.

Durante muito tempo, o crédito e a confiança de uma pesquisa estiveram intimamente ligados às quantificações apresentadas no estudo. No entanto, métodos quantitativos e qualitativos podem estar associados em um mesmo estudo, conforme Goldenberg (2004, p. 62): “a integração da pesquisa quantitativa

e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. Assim, o pesquisador lança mão de várias possibilidades de análise e interpretação de seus dados, obtendo maior amplitude em seus resultados. Não se trata da rigorosa medição e controle do meio estudado, mas sim da combinação de métodos a fim de garantir o valor da pesquisa.

Ao libertar-se da condição de dependência e regulação do contexto a ser estudado, o ser humano passa a construir novos conhecimentos, em que as particularidades das relações estabelecidas entre sujeitos e ambiente passam a ser consideradas como partes relevantes para compreender o todo em que se está imerso.

Pode-se concluir então que o próprio pesquisador constrói sua identidade no ato da pesquisa, à medida que se reconhece como parte integrante do espaço pesquisado, dialogando e interagindo. Daí a importância da abertura de quem faz a pesquisa em estabelecer relações que transformam a si e aos outros, sendo que ao transformar pressupostos, abre-se uma nova janela para novos conhecimentos.

A constante busca do homem pelo novo e a necessidade da superação dos desafios da vida moderna que impulsionam a inquietação humana, buscando compreender e melhorar as relações com o mundo permitem a construção de novos saberes, que por sua vez irão refletir na identidade dos sujeitos.



CAPÍTULO 6

PESQUISA CIENTÍFICA: FUNÇÃO SOCIAL E METODOLOGIA

Odair José Kunzler, Evandro Both,
Fernanda de Camargo Machado.

INTRODUÇÃO

Constata-se que os artigos científicos têm uma estrutura planejada, com resumo, abstract, metodologia, desenvolvimento do texto, conclusão e referências bibliográficas. Nas pesquisas científicas de laboratórios e nas sociais, nas quais o objeto de pesquisa são pessoas ou populações, há também um método que se segue para o bom funcionamento da pesquisa.

Nas pesquisas bibliográficas, o planejamento metodológico também se faz necessário. Mesmo que atualmente haja uma enorme facilidade de encontrar materiais na internet que discorram sobre o assunto pesquisado, há a necessidade da rigidez metodológica para não desviar do caminho pretendido.

Para que a pesquisa seja de qualidade e traga novidades, respondendo à pergunta de pesquisa, é necessário que seja elaborada previamente a metodologia de pesquisa. Rodrigues (2008, p. 118) nos diz que “planejar seu trabalho minuciosamente não só economiza tempo, como também impõe um aprofundamento no tema”. Sendo o planejamento muito importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Uma das etapas da metodologia abarca a leitura de materiais que tenham relação direta com a pesquisa a ser desenvolvida. Isso é necessário para evitar que a roda seja reinventada. Cientificamente não é interessante que se gaste energia na “redescoberta” do que já está estudado. A leitura do que já foi escrito é importante para que se faça pesquisa que pretenda avançar nesse assunto, e impede que se fale a mesma coisa com outro viés.

Assim, tem-se que um projeto de pesquisa é, conforme afirma Deslandes (2011, p. 31) “a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se completam: de abstração teórico-conceitual e de conexão com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes e, sobretudo, de rigor e criatividade”.

FUNÇÃO SOCIAL DA PESQUISA CIENTÍFICA

Uma pesquisa deve ter uma função social bem definida. Ao certo ela deve buscar a resolução de algum problema específico enfrentado pela sociedade, independentemente de sua especificidade. No passado, as pessoas ficavam gripadas e os cientistas pesquisavam alternativas para desenvolver a cura da gripe, já nos dias atuais, pesquisa-se almejando a busca da cura para a AIDS, por exemplo.

Nesse sentido, apenas ter um tema definido ou uma metodologia de pesquisa bem fundamentada não significa que podemos escrever qualquer trabalho científico. Não interessa para a ciência o desenvolvimento de pesquisas que já foram elaboradas por outros estudiosos anteriormente. Para evitar isso, é necessário estudar o estado da arte, para que se saiba o que já foi pesquisado sobre o assunto de interesse.

Deslandes afirma que

Fazemos um projeto de pesquisa, sobretudo, para esclarecer a nós mesmos qual a questão que estamos propondo investigar,

as definições teóricas de suporte e as estratégias de estudo que utilizaremos (o que pesquisar, como, por quanto tempo etc.). A redação do projeto cria uma série de demandas que ao pesquisador para tornar clara, coerente e consistente sua proposta. Redigir seu protocolo de investigação sob a forma de um projeto ajuda o autor a perceber o que ainda precisa estudar, definir e mesmo refletir para concluí-lo (DESLANDES, 2011, p. 35).

Cervo e Bervian (2006) afirmam que a ciência pode ser praticada também nas mais variadas situações da vida e não apenas no recesso dos laboratórios e na solidão das pesquisas de campo. De acordo com os autores,

O desafio de países como o Brasil é, sobretudo, encontrar soluções para os graves problemas sociais que o país vive, soluções essas muito mais urgentes e necessárias do que toda a indústria de armas, de foguetes e de viagens espaciais, por exemplo (CERVO; BERVIAN, 2006, p. 16).

Nas áreas das ciências humanas, a pesquisa também deve servir a alguma função social. Na historiografia se pesquisou a fundo o fenômeno ocorrido na Alemanha nas décadas de 1930 e 1940, o Nazismo, e chegou à conclusão de que esse é um sistema baseado no ódio a alguns grupos sociais e, portanto, nocivo ao desenvolvimento positivo da humanidade.

Frente a isso, não seria interessante à historiografia o desenvolvimento de pesquisas que apresentem os mesmos resultados ou que não extrapolem o que já foi apresentado por pesquisas anteriores sobre o Nazismo, pois, nesse caso, estar-se-ia dispendendo energia em algo já estudado.

E isso é válido para qualquer área de estudo, seja nas ciências sociais ou nas ciências exatas. Em nenhum caso é interessante a repetição desnecessária de pesquisas científicas. Como a pesquisa

deve ter uma relevância social é necessário procurar responder perguntas ainda não respondidas para a resolução de problemas ainda não solucionados.

Evidentemente, quando se busca responder a perguntas novas é necessário estudar o que já foi pesquisado. Cervo e Bervian afirmam que

A ciência é uma das poucas realidades que podem ser legadas às gerações seguintes. Os homens de cada período histórico assimilam os resultados científicos das gerações anteriores, desenvolvendo e ampliando alguns aspectos novos. Do duplo elemento de uma época, o mutável e o fixo, o ainda não comprovado e o estabelecido definitivamente, somente o último é cumulativo e progreivo (CERVO; BERVIAN, 2006, p. 4).

Percebe-se, então, que não se pode deixar de lado o que já foi pesquisado anteriormente. Ao contrário, o que já foi pesquisado serve de base às novas pesquisas e em alguns casos pode-se pesquisar o mesmo objeto novamente para evidenciar que se chega a outros resultados. Pois a ciência não é algo pronto, acabado ou definitivo, ela não é imutável.

ESTRUTURA BÁSICA DE UM PROJETO DE PESQUISA

A pesquisa, tanto quando a arte da escrita, é um processo que pode levar a vários destinos. De forma especial, a pesquisa segue um percurso regrado, cujo foco não deve ser desviado e que requer empenho e disciplina de quem se dispõe a produzi-la. Nesse sentido, antecedem o processo de escrita algumas reflexões que devem estar claras ao pesquisador, quais sejam:

a) a tematização, ou constituição do tema que se pretenda abordar, sob a forma de uma clara indagação feita à experiência que se vai conduzir, isto é, sob a forma de hipótese capaz de guiá-la de modo explícito e sistemático; b) a convocação de uma comunidade argumentativa; c) o desenvolvimento da interlocução de saberes no trabalho da citação sob a ótica da hipótese-guia e na forma de argumentação discursiva; d) nos passos andados e na versatilidade do método, a afirmação de um estilo; e) um processo permanente de sistematização, validação discursiva e certificação social, que perpassa todos os momentos da pesquisa em causa; f) a apresentação clara e objetiva da pesquisa com vistas ao entender-se o pesquisador com seus possíveis leitores interessados (MARQUES, 2006, p. 93-94).

A definição de um tema de pesquisa determina um campo específico pelo qual se quer transitar. Sua escolha não pode estar subordinada exclusivamente ao interesse do pesquisador, mas é importante que esteja ligado a interesses sociais ou científicos, de modo que o produto desse trabalho seja acolhido pela sua relevância assim como foi produzido com desejo e paixão pelo pesquisador. Não obstante, o apoio de revisões bibliográficas sobre os estudos já feitos ajuda a mapear as perguntas já elaboradas naquela área do conhecimento, permitindo identificar o que mais tem se enfatizado e o que tem sido pouco trabalhado (Deslandes, 2011, p. 40). Nesse sentido, “estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer, por entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e consequente” (MARQUES, 2006, p. 94).

Segundo o mesmo autor, não pode o tema ser imposição alheia. Deve ele tornar-se paixão, desejo trabalhado, construído pelo próprio pesquisador (MARQUES, 2006, p. 94). Uma vez de-

finido o tema e suscitadas as hipóteses, que são elaboradas desde processos intuitivos até a observação e questionamentos provocados a partir da observação de outros trabalhos e para as quais se buscarão confirmações ou refutações a partir da pesquisa, é chegada a hora da escrita.

Ao conjunto das definições, conceitos e princípios científicos que se lançarão mão para consubstanciar a pesquisa, Deslandes (2011) afirma:

A definição teórica e conceitual é um momento importante da elaboração de um projeto científico. É sua base de sustentação e rigor, orientando as formas de análise do objeto. Envolve as escolhas e mesmo concordância ideológica do pesquisador com as explicações e contidas no quadro teórico (DESLANDES, 2011, p. 44).

A respeito do referencial teórico e das citações que são trazidas à luz do trabalho científico, Marques (2006, p. 110) destaca: “estabelece-se a lógica da pesquisa na dialética da constituição do campo empírico e da validação dos discursos que se pretendam verdadeiros”. Segundo o autor, qualquer proposição necessita ser posta em discussão numa busca cooperativa de acordos sobre a verdade. Em oposição ao sujeito monológico da filosofia da consciência, a pesquisa exige uma comunidade de pesquisadores (MARQUES, 2006, p. 110).

Os objetivos da pesquisa se propõem a responder àquilo que se está investigando. Atrelado a um objetivo geral, de maior amplitude, desdobram-se os objetivos específicos em ações que serão necessárias para a realização do primeiro. No tocante à justificativa, que dá razão ao porquê se pesquisar sobre determinado tema, Deslandes reflete sobre sua ordem:

Os motivos de ordem teórica são aqueles que apontam as contribuições do estudo para a compreensão do problema apresentado. Os motivos de ordem prática são os que indicam a relevância da pesquisa para a intervenção na questão social abordada. Os de ordem pessoal são os que demonstram a relevância da escolha do estudo em face da trajetória do pesquisador (DESLANDES, 2011, p. 45).

Na sequência da estrutura de trabalho científico a que nos propomos seguir, deveríamos, neste momento, fazer alusão à metodologia. De outra forma, considerando que a escolha acertada da metodologia determina o sucesso de uma pesquisa, reservamos o próximo tópico deste artigo integralmente para tratar sobre esse assunto, com vistas a ampliar a discussão sobre o tema proposto e sua relevância para o pesquisador. Assim, o próximo aspecto a se observar em um projeto de pesquisa é o tempo que será destinado ao seu desenvolvimento, prevendo no cronograma das atividades que algumas poderão dar-se simultaneamente.

Algumas pesquisas poderão receber subsídios para seu desenvolvimento, e essa informação deverá ser transcrita no Orçamento. Conforme Deslandes (2011, p. 50), “naqueles em que não há suporte financeiro direto ou de bolsas, o pesquisador deve apenas mencionar que o projeto será realizado sem financiamento”.

As citações e referências finalizam o projeto de pesquisa observando as normas de apresentação às quais deve se submeter o trabalho científico, seja ABNT ou outras.

Importa destacar que a estrutura de um projeto de pesquisa varia de acordo com diversos fatores, sendo que abordamos aqui um modelo que é bastante simplista, ao mesmo tempo em que compreende as principais informações que devem estar previstas nesse tipo de escrita. Assim sendo, destacamos a reflexão que Marques (2006) faz acerca da escrita de uma pesquisa:

À medida que a pesquisa define sua estrutura e toma corpo, desde a enunciação de seu tema/hipótese em título adequado e da configuração dela em capítulos e tópicos específicos, estará a leitura pontuadora/orientadora atenta a que se desenvolva ela com unidade, continuidade, congruência e consistência. São essas características da pesquisa o principal objeto da leitura de orientação e, ao mesmo passo, o é aquela vigilância ativa do analista no sentido de levar o pesquisador a descobrir o que realmente pretende, o que busca. Trata-se de trabalhar o tempo todo o desejo do pesquisador, para que se faça explícito e operante, para que se desfaçam os medos e as angústias, os bloqueios ao desnudar-se, ao ir a fundo das questões suscitadas. Para que passem suas conquistas por um circuito de reconhecimento, pela necessária certificação social, sem a qual não saberia o pesquisador se enlouqueceu ou se está em condições de se entender com seus outros (MARQUES, 2006, p. 108).

FINALIDADES DA METODOLOGIA DE PESQUISA

Por que é preciso seguir determinada metodologia de pesquisa? Essa pergunta é interessante, pois às vezes têm-se alguns dados prontos e aí se pensa que é fácil escrever um artigo sobre determinado assunto, cujos dados trazem algumas respostas. Mas nem sempre esse é um bom caminho a ser seguido.

Para Deslandes,

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si só é uma reconstrução da realidade) através do método científico. Como já dito, o método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de

características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico (DESLANDES, 2011, p. 34).

Se o objetivo é desenvolver uma pesquisa científica, é preciso utilizar o critério metodológico para se chegar a desenvolver uma pesquisa que traga novidades e responda corretamente às perguntas de pesquisa. Sem um critério de metodologia, podemos escrever qualquer coisa, mas não um texto científico.

Sem uma metodologia científica, cai-se na vala do conhecimento vulgar, de senso comum, que se chama conhecimento empírico. Esse é um conhecimento obtido ao acaso, após ensaios e tentativas que resultam em erros e acertos. Nas palavras de Cervo e Bervian,

Pelo conhecimento empírico, a pessoa conhece o fato e sua ordem aparente, tem explicações concernentes à razão de ser das coisas e das pessoas. Tudo isso é concebido das experiências feitas ao acaso, sem método e de investigações pessoais feitas ao sabor das circunstâncias da vida ou então sorvido do saber dos outros e das tradições da coletividade ou, ainda, tirado da doutrina de uma religião pitiva (CERVO; BERVIAN, 2006, p. 9).

A questão é que sem uma metodologia pode-se deixar passar despercebidos vários dados importantes que deveriam aparecer no trabalho a fim de que ele tenha algum sentido. Simplesmente “pegar” alguns dados prontos e tentar “jogar” no trabalho incorre no risco de se confeccionar uma colcha de retalhos ao invés de um trabalho com acabamentos definidos.

Cervo e Bervian (2006) afirmam que o homem não age diretamente sobre as coisas, sempre há um intermediário, um instrumento, entre ele e seus atos. Isso, naturalmente, também ocorre quando o homem faz ciência, assim, não é possível fazer um tra-

balho científico sem conhecer os instrumentos. E esses se “constituem de uma série de termos e de conceitos que devem ser claramente distinguidos (...) de processos metodológicos que devem ser seguidos, a fim de chegar-se a resultados de cunho científico” (CERVO e; BERVIAN, 2006).

A metodologia de pesquisa serve como um guia no trabalho. Ela evita que se peguem caminhos sem saída. Através da metodologia os caminhos a serem percorridos já estão traçados desde o início. Isso facilita para que se busquem os dados necessários para a construção do trabalho científico. Nas palavras de Deslandes,

A definição da metodologia requer dedicação e cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo (DESLANDES, 2011, p. 46).

Pode-se escrever, sem dúvidas, trabalhos sem uma metodologia de pesquisa, mas nesse caso ele pode ser um texto de opinião ou outro texto qualquer, mas certamente não será um texto científico ou acadêmico, pois ele não seguirá uma lógica metodológica de pesquisa concreta.

A partir da formulação dos objetivos do projeto de pesquisa, os quais devem ser possíveis de ser atingidos, espera-se que para cada objeto descrito sejam apresentados métodos e técnicas correspondentes e adequados. “Reconhecemos por métodos os procedimentos reconhecidos, voltados para a produção de dados e explicações, como por exemplo, os métodos histórico, comparativo, etnográfico, estudo de caso” (DESLANDES, 2011, p. 46).

Pouco adianta o conhecimento e o emprego do instrumental metodológico, sem aquele rigor e seriedade de que o tra-

balho científico deve estar revestido. Conforme Cervo & Bervian (2006, p. 16) “essa atmosfera de seriedade que envolve e permeia todo o trabalho só aparece e transparece se o autor estiver imbuído de espírito científico”.

Os mesmos autores sustentam que a revolução científica “registra-se nos séculos XVI e XVII, com Copérnico, Bacon e seu método experimental, Galileu, Descartes e outros” (CERVO e; BERVIAN, 2006, p. 6). Antes disso havia ciência, mas os métodos eram mais rudimentares, não havia ainda uma metodologia bem definida.

Com os novos métodos criados, a ciência revoluciona e a partir da modernidade temos todos os avanços científicos que conhecemos atualmente, isso graças aos métodos criados por Copérnico, Bacon, Galileu e Descartes. O método não surgiu por acaso. De acordo com os autores,

Toda descoberta ocasional e empírica de técnicas e de conhecimentos referentes ao universo, à natureza e ao homem, desde os antigos babilônios e egípcios, a contribuição do espírito criador grego, sintetizado e ampliado por Aristóteles, as invenções feitas na época das conquistas preparam o surgimento do método científico e o caráter de objetividade que vai caracterizar a ciência a partir do século XVI, ainda de forma vacilante e agora de modo ríspido (CERVO; & BERVIAN, 2006, p.6).

Por isso o conhecimento científico vai além do conhecimento empírico, pois busca conhecer, além dos fenômenos, as causas e leis. Cervo e Bervian (2006) afirmam que para Aristóteles o conhecimento só se dá de maneira absoluta quando sabemos qual a causa que produziu o fenômeno e o motivo.

A metodologia científica é necessária para que a pesquisa busque respostas concretas às perguntas de pesquisa. Sem a meto-

dologia não se desenvolveria a ciência como é conhecida na atualidade. Ela é importante para que se avance sob novas descobertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este breve capítulo, é pertinente o que Marques (2006) assevera:

Se é no andar da carroça que se ajustam as abóboras, também é no andar da pesquisa que se reorganiza ela e se reconstrói de contínuo harmonizando seus distintos momentos. A criatividade e persistência do pesquisador se deve a unidade de seu estilo, não a regras pré-definidas. Na pesquisa, como em toda obra de arte, a segurança se produz na incerteza dos caminhos. Aqui também muito tempo se perde e muitas angústias se acumulam à procura de um método adequado e seguro. É como enfiar-se numa camisa de força por medo da livre-expressividade, como engessar membros que melhor se fortaleceriam no livre-exercício. Se os caminhos se fazem andando, também o método não é senão o discurso dos passos andados, certamente muito pertinente para a certificação social do trabalho concluído, mas de pouca serventia para a orientação do que se há de fazer (MARQUES, 2006, p. 116-117).

Conforme já mencionado, não temos a pretensão de apresentar em poucos parágrafos o modelo definitivo de estrutura a ser adotada por um pesquisador para apresentar seu projeto de pesquisa, nem tão pouco pensamos esgotar as considerações sobre a importância de se acertar na metodologia a que se lance mão ao produzir pesquisa. De outra forma, o que nos propusemos foi apresentar aqui algumas concepções de estudiosos desse tema, que poderão auxiliar quem está iniciando sua caminhada no campo investigativo.

Torna-se notória a importância de que o tema da pesquisa desperte atração do pesquisador, para que sua relação com a pesquisa seja intensa, desafiadora e profunda. Por outro lado, o tema também precisa atender a interesses sociais, sendo a pesquisa relevante para ciência. Nesse sentido, é fundamental que o pesquisador submeta-se a conhecer o estado da arte daquilo que se está investigando, evitando-se repetir processos e seguir por caminhos já transitados.

Em que pese alguns elementos estruturais estarem presentes em praticamente todos os modelos de projetos, é *sine qua non* conhecer as normas do órgão em que a pesquisa será desenvolvida. Desse modo, poder-se-á atender plenamente às exigências para execução da escrita. Não menos importante, finalmente, é o pesquisador atentar-se à metodologia que será empregada para construir seu trabalho científico. Como destacado por Marques (2006), o método certificará o processo de escrita, guiando os passos do autor por caminhos que são tão incertos quanto seguros, se bem definido pelo pesquisador.



CAPÍTULO 7

O LETRAMENTO CIENTÍFICO E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Gláucia do Carmo Xavier

INTRODUÇÃO

O fazer científico envolve ações específicas por parte do sujeito que se insere no universo acadêmico. Produzir artigos, ensaios, resenhas ou relatórios de pesquisa demandam habilidades que vão muito além do domínio da escrita na norma padrão. O processo de construção de textos acadêmicos está mais associado a discursos e domínio de gêneros textuais específicos do que a sucesso escolar de alunos que se veem hoje em uma graduação ou pós-graduação. À medida que o sujeito conhece e reconhece os desafios do letramento científico, mais próximo ele estará do alcance das habilidades necessárias para esse tipo de escrita.

O objetivo deste capítulo é justamente demonstrar os desafios da escrita acadêmica, principalmente a estudantes que iniciam sua trajetória em cursos de graduação e pós-graduação, descortinando os obstáculos do letramento científico. Nesse sentido, este texto busca enumerar as habilidades necessárias como intertextualidade, gerenciamento de vozes, diálogo entre discursos, apagamento enunciativo, entre outras, para auxiliar o leitor em seu processo de letramento científico.

Para isso, esse ensaio é composto de três seções. A primeira tratará dos conceitos e históricos do que chamamos de letramento científico. A segunda seção trará os principais desafios para a construção de textos acadêmicos e o terceiro tópico se debruçará sobre as relações de poder que perpassam o processo de pertencimento ao universo científico. Espera-se que a leitura deste texto possa contribuir para futuras escritas de *alunxs*¹ e *pesquisadorxs*, uma vez que o letramento científico é uma provocação contemporânea quando se trata de metodologia da pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica.

CONCEITOS E HISTÓRICO DO LETRAMENTO CIENTÍFICO

O conceito de letramento pode ser encontrado sob a perspectiva de diferentes autores. Kleiman (2010) conceitua letramento como “o conjunto de práticas sociais nas quais a escrita tem um papel relevante no processo de interpretação e compreensão dos textos orais ou escritos circulantes na vida social” (KLEIMAN, 2010, p. 377). Para a autora, o destaque do letramento se dá na expressão: vida social.

Vóvio (2010), quando se trata de letramento, também destaca como elemento-chave a prática cultural e as relações humanas. Para essa autora, “a aquisição da linguagem e escrita e o acesso à leitura seriam sinônimos de progresso social” (VÓVIO, 2010, p. 406). Ela afirma que em uma noção individual do sujeito, as habilidades de leitura e escrita seriam conhecimentos necessários para a vida na sociedade moderna.

Corroborando o sentido de letramento das autoras acima, Masny (2010), pesquisadora da teoria dos Múltiplos Letramentos,

1 A autora opta pelo uso do “x” nas estruturas das palavras que exprimem uma posição de gênero masculino/feminino.

afirma que o significado do termo está ligado à leitura, leitura de mundo e de si mesmo, rumo à emancipação do sujeito. Para ela, o letramento envolve um movimento constante, originado de um território, que passa por uma desterritorização, visando a uma reterritorização em um processo de se tornar outro sujeito, mais ativo, autônomo e emancipado.

Partindo desse conceito de tornar-se mais *crítico* e *reflexivo*, lendo o mundo por meio de textos, gestos, expressões e falas, chega-se ao termo “Novos Estudos do Letramento”. Os Novos Estudos do Letramento ou NLS (*New Literacy Studies*) consolidaram-se na década de 90, com a colaboração de vários pesquisadores, em especial, Brian Street. Na tradução para o português, tem-se letramento científico, letramento acadêmico-científico ou, no plural, letramentos acadêmicos. O objetivo desses estudos é analisar a escrita de alunos universitários, pesquisadores em formação, mestrandos e doutorandos.

Quando se fala em analisar a escrita, não se podem descartar as mudanças ocorridas no tempo e no espaço, a função da escola e, também, a forma como a comunicação se dá atualmente. Analisar a escrita é também analisar formas de interação no mundo. Assim, segundo Soares (2003), a escola é responsável tanto pela alfabetização, aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita, quanto pelo letramento, visto como o desenvolvimento responsável pelo uso competente da leitura e da escrita nas diversas situações sociais que envolvem a língua escrita.

Em contra partida, a ampliação do acesso às novas tecnologias e o modo como a informação circula levam a um distanciamento dos meios impressos e, com isso, leva a uma modificação no modo de ler e produzir textos. A maneira e a rapidez na comunicação criam mudança de comportamento em relação à leitura e escrita.

Tem-se também a globalização, como um item importante no que se refere à noção de distâncias e tempo. Sabe-se hoje

que a velocidade com que uma informação circula é muito diferente daquela que ocorria há alguns anos (ROJO, 2010). Somado a isso, tem-se a multimodalidade. Vê-se que os textos são repletos de signos diversos como som, imagem, movimento, cores, formas etc.

Além da mudança no modo do processamento de textos, atualmente, a escola recebe um público diferente daquele de décadas passadas. O acesso à escola pública, por parte de alunos e professores oriundos de diversas camadas populares, faz com que a escola se apresente em uma nova imagem. A sala de aula é ocupada por *alunxs* pobres, com deficiência, transexuais, *negrxs*, mulheres, *idosxs*, quilombolas, indígenas, enfim, a escola, principalmente a pública, é o lugar por excelência da diversidade. Assim, faz-se necessário trazer para a sala de aula a vida dessas pessoas: a música que escutam, as leituras que fazem parte de suas vidas, seus bens culturais, sua religião, os preconceitos que sofrem. Tudo precisa ser valorizado e todas as vozes precisam ser ouvidas. Portanto, ler e escrever vai além do contato entre leitor(a) e texto.

Nesse sentido, um texto sempre está inserido em um contexto, e é nessa atmosfera que ele fará sentido. Quando se escreve ou se lê, não é possível separar as crenças e os valores dessa prática. Todo processo de leitura e de escrita é repleto de significados e relações.

Um exemplo dessa prática, neste presente texto, pode ser lembrado como o uso de “x” nas palavras em que o gênero masculino poderia ter sido escolhido como forma de marcação do gênero. O uso do “x” é visto como marca de escrita de gênero neutro, quando na verdade, de neutro, nunca se tem nada em um discurso. Portanto, cada posicionamento é uma forma de se colocar no mundo.

Estudantes e *pesquisadorxs*, não raro, se posicionam por meio de textos acadêmicos. Nesses ambientes de escrita, são veiculados resultados de pesquisas, conclusões de investigações científicas, resenhas críticas sobre *autorxs* e temas. No entanto, o posicio-

namento por meio de textos científicos demanda conhecimentos específicos e transcende o saber agir de forma bem-sucedida em uma escrita particular.

Os maiores impasses, na tarefa da escrita científica, consistem em compreender a natureza de uma prática, a crença envolvida no seu processo de construção, os valores constitutivos e o metac conhecimento, como o conhecimento daquilo que está envolvido na participação dos discursos (FISCHER; PELANDRÉ, 2010). Ou seja, um(a) *alunx* com um histórico escolar de sucesso acadêmico não apresenta garantia de sucesso em escrita científica, uma vez que ela envolve outras habilidades e características.

Na próxima seção, serão apresentados desafios enfrentados por estudantes e pesquisadorxs para o sucesso na escrita científica.

DESAFIOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Alunxs universitárixs enfrentam muitos desafios nos momentos de construção de textos científicos, uma vez que tais textos apresentam características próprias as quais vão além do domínio da norma padrão de escrita ou de características básicas de gêneros acadêmicos. Essas singularidades dizem respeito ao processo de (1) construção de autoria, (2) domínio de um discurso acadêmico-científico, (3) uso de intertextualidade, (4) apagamento enunciativo, (5) gerenciamento de vozes característico do fazer científico e, é claro, às (6) microestruturas que envolvem as dificuldades na escrita (FISCHER; PELANDRÉ, 2010).

“Não há uma resposta pronta para o sucesso de textos acadêmicos de forma rápida. Entretanto, o estudo e a socialização de processos de construção desses textos podem colaborar para um encaminhamento mais esclarecedor” (XAVIER, 2018, p. 140). Com esse objetivo, este texto apresentará seis importantes habilidades no processo de construção de textos acadêmicos.

1- A construção de autoria diz respeito à voz *do próprio* autor(a) do texto. Quando se produz um texto acadêmico, é preciso que o posicionamento *do* autor(a) esteja marcado na escrita. Isso pode acontecer por meio de críticas, opiniões, marcas textuais, repetições de expressões, formas de dizer. É necessário que os leitores percebam no texto marcas características daquele que escreve.

Outro aspecto relacionado à autoria é a argumentação. Quando se escreve cientificamente, é natural se posicionar, até mesmo no momento de escolha *dos autores utilizados*. Não obstante, esse argumento precisa ser explicitado e essa tarefa também requer um lugar de leitor(a).

É preciso compreender o que se lê para, com clareza, conseguir, em outras palavras, dizer o que determinado autor postulou, ou ainda, argumentar e se posicionar em relação a vozes no texto. Esse posicionamento único e pessoal no momento da escrita, por meio de argumentação consistente, a partir de outros textos lidos, demonstra autoria.

2- Sobre o domínio de um discurso acadêmico-científico, a cena universitária e os elementos que compõem esse tipo de discurso demonstram dificuldades que são encontradas por alunxs no processo desse letramento, e isso pode se prolongar por anos.

A experiência com tais textos, inscritos em práticas sociais pouco familiares aos que estão fora do espaço universitário, redonda em entraves que chegam, inclusive, a perdurar por toda a formação na universidade, a ponto de muitos estudantes, findo o período de graduação e mesmo durante etapas seguintes de sua formação (o mestrado e, por vezes, até doutorado), ainda se sentirem pouco aptos ou não familiarizados à escrita acadêmico-científica (ASSIS, 2015, p. 2).

Para Bakhtin (1997), é possível ter domínio da língua, mas não apresentar experiência na construção de gêneros do tipo acadêmico. Para o autor, o domínio de um gênero é um comportamento social, ou seja, há de se levar em conta a experiência e a prática em comunidades acadêmicas, que estão a todo tempo em constante contato com esse tipo de escrita; só assim há uma interação verbal bem-sucedida.

Analisando a complexidade dessa tarefa de construção de textos acadêmico-científicos, Dabène e Reuter (1998, p. 5) levam em consideração que o ensino superior “não é geralmente percebido como um lugar de situações específicas de ensino/aprendizagem: a imagem que prevalece é muito mais aquela de um espaço de transmissão de saberes, sem considerar as práticas”. Imagina-se que *o alunxo* já esteja *pronto* para a escrita universitária, e o fato de ler textos acadêmicos dá a *ele* uma habilidade de escrita científica, o que não ocorre verdadeiramente. Somando-se a isso, há a relação *dx* estudante com o tema abordado o qual, por vezes, apresenta artificialização em relação à conformidade de valores contidos na escrita.

Essa supervalorização, no discurso dos estudantes, também recai sobre os demais agentes do cenário universitário (...) e o modo como os estudantes constroem sua relação com o conteúdo temático. Trata-se de recursos modalizadores que colocam em cena valores sociais, responsabilidades e obrigações em conformidade com o espaço social que estes julgam conhecer: *é preciso, tem de ser* (...). Flagra-se aí, na referência aos objetos e práticas da universidade, uma construção discursiva orientada pela prescrição, estratégia que não se mostrou frequente, entretanto quando os alunos referenciam os textos produzidos fora da universidade (em casa ou trabalho) (ASSIS, 2015, p. 10).

Portanto, a universidade precisa ser um ambiente de familiarização de textos científicos e isso não é uma atividade relâmpago. A intimidade com textos acadêmicos faz-se na leitura, na reflexão, nos seminários, nos debates sobre esses textos e autorxs. A cada atividade com essas leituras e discursos daqueles que já estão inseridos no universo acadêmico, posturas e vocabulários específicos também são aprendidos. No entanto, isso ocorre paulatinamente.

3- A intertextualidade também é uma habilidade na construção de todo tipo de texto, inclusive os acadêmicos. Ela pode ser entendida como a tarefa de recorrer-se ao conhecimento prévio de outros textos. Assim, é comum a repetição de expressões, enunciados ou citações de trechos inteiros.

Saber usar a intertextualidade na produção textual científica e saber dialogar com discursos citados demonstram mais uma habilidade na construção de autoria. Isso é relevante, pois sabe-se que a ciência não tem voz única, pelo contrário, é construída por um conjunto delas. Trata-se de uma situação complexa, já que, em alguns momentos, *xs alunxs* colocam-se acima *dxs autorxs* e, em outros, sentem-se inferiores a *elxs*. Com efeito, o fazer científico não se desvincula, em momento algum, desse diálogo entre vozes, pois há a ideia de que quanto mais se citam outros discursos e se dialoga com eles, mais “x novx autor(a)” diz *delx mesmx*.

Como já foi dito anteriormente, o letramento científico desenvolve-se no contínuo, envolve o uso de termos técnicos específicos e, por vezes, faz uso de uma linguagem hermética e rebuscada. É preciso ter “um jeito de dizer” que seja específico do campo do saber. Dessa forma, *x alunx* encena uma voz e contrai uma posição enunciativa, que pode exercer um poder de dizer algo já lido e estudado. É desse lugar e dessa posição que *elx* estabelecerá as relações intertextuais. Ainda assim, trazendo a voz teórica e retextualizando-a, não há garantia de uma correta interpretação do discurso.

4- Para Delcambre e Reuter (2011), o apagamento enunciativo não deve ser visto como um apagamento da fonte do discurso, mas como a construção de uma teia entre seu texto e o discurso de outras fontes variadas. Nesse contexto, espera-se um domínio maior dessa área que exige aprendizagem e reformulações de conceitos teóricos e metodológicos. Além disso, há a verificação das ações éticas relacionadas a plágios e repetições. Esses, por sua vez, podem demonstrar um não saber dizer, a ponto de ocorrerem cópias.

Os termos técnicos e uma linguagem hermética dificultam o saber dizer. Além disso, há o diálogo entre as vozes que demonstra a transferência correta do pensamento de um autor para a escrita de um texto acadêmico. Com isso, *x novx* autor(a) constrói-se por meio de seu discurso, dialogando com outros autorxs e textos. Nesse processo, há o apagamento de um texto fonte e o surgimento do texto atual, na forma de um novo discurso, porém construído a partir de outro.

A tarefa do apagamento enunciativo pode ser visto em diversas esferas. É muito comum vemo-lo em notícias jornalísticas, uma vez que esses textos são marcados por posições discursivas muito específicas e de interesse de determinados grupos e empresas, sem neutralidades. Um fato, a título de exemplo, é o caso do rompimento de barragens de rejeitos de minérios no estado de Minas Gerais. Em 2015, a mineradora Samarco foi responsável pela destruição de um distrito inteiro na cidade histórica de Mariana, além de destruir o Rio Doce e inúmeras vidas. Em 2019, foi a vez da mineradora Vale (que comprou a Samarco após o episódio de 2015). Na segunda ocasião, a cidade de Brumadinho foi desolada pela lama da barragem e matou mais de 300 pessoas. Nesses casos, o apagamento discursivo ocorre, por meio do universo jornalístico, quando não se diz o nome das empresas e passa a se dizer apenas o nome das cidades atingidas. Esse apagamento ocorre com o passar do tempo e as pessoas se esquecem dos nomes das empresas e se lembram apenas das tragédias

“de Mariana” e “de Brumadinho”. Assim, os crimes da Samarco e da Vale são apagados. Isso também é muito comum na fala de autoridades políticas quando, nesses mesmo casos, dizem “a empresa”, sem repetir o nome delas. Portanto, o apagamento enunciativo também é uma habilidade a ser aprendida, uma vez que é uma ferramenta argumentativa.

5- Para além do apagamento enunciativo, recorrer a outros textos e saber citá-los, de acordo com o perfil exigido pela academia, demonstra a configuração dos saberes na área em que atuarão. Assim, é importante propor abordagens que focalizem a relação entre fazer-científico e fazer-discursivo quer dizer, entre saber fazer e saber dizer.

O gerenciamento de vozes é, sem dúvida, um dos maiores complicadores na escrita acadêmica. Saber fazer citações, por exemplo, não depende apenas de ler as orientações e regras da ABNT. É preciso mais: conseguir relacionar vozes de *diversxs autorxs* e pesquisadorxs com a voz *dx* escrevente que, nesse momento, se torna autor(a) também.

O distanciamento do texto citado também compromete *x novx* autor(a). Isso ocorre porque não é raro *x alunx* se aproximar demais de renomadx autorxs com falas do tipo “concordo com fulano”, colocando-se em um nível de igualdade com autorxs de destaque. Em contrapartida, o oposto também acontece, quando *x alunx* se vê diminuído demais perante o texto citado.

Nesse viés, gerenciar vozes configura-se na tarefa de citar textos lidos, por meio de citações diretas e indiretas, além de citações diretas curtas e longas. Esta última demonstrada pelo recuo de 4 (quatro) cm da margem. O uso de paráfrases (citações indiretas) também é uma habilidade a ser aprendida para gerenciar vozes, além da produção de trechos inéditos oriundos da reflexão e crítica do novo autor(a).

6- Por fim, há a questão das microestruturas do texto como acentuação, pontuação, construção de frases completas, construção de períodos compostos, concordâncias e outros. Em relação a esses aspectos, há de se pensar como isso pode se dar no ensino superior, uma vez que nesse segmento também há dificuldades na escrita, apesar de muitos professores acharem que ali não é mais lugar de se apreender questões básicas da escrita. Pois bem, sempre é lugar de se aprender o que ainda não se apreendeu.

Essas competências, por vezes, tornam-se mais evidentes do que as demais. Como a escrita na norma culta é um item que se percebe na superficialidade do texto, ela torna-se mais aparente e materializada do que o próprio conteúdo, em alguns momentos. Por isso, Kleiman (2010) acredita que “a adoção de uma concepção de letramento (...). acarreta uma compreensão ampla da língua escrita”. (KLEIMAN, 2010, p. 379).

Como se pode verificar, “o processo de tornar-se letrado é um processo identitário” (KLEIMAN, 2010, p. 376). Não é repentinamente que o sujeito se apropria do letramento científico, pois essas habilidades se dão no fazer. Kleiman (2010) afirma que essa inserção na cultura da escrita acadêmica é semelhante a um processo de aculturação, incluindo aí todas as violências simbólicas as quais essa prática exige. Letrar-se, academicamente, é apropriar-se de outra cultura e dos jeitos de dizer que o universo acadêmico exige e requer.

RELAÇÕES DE PODER EXISTENTES NA CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO CIENTÍFICO

Foi visto até o momento como o letramento científico é complexo e construído por habilidades que precisam ser aprendidas, estimuladas e exercitadas continuamente. Além disso, o pro-

cesso, na maioria das vezes, é lento e demanda tempo para ser desenvolvido, já que requer muitas leituras, reflexões delas por meio de discussões e argumentações, além de convívio com outros pares no ambiente acadêmico.

Entretanto, essa realidade não faz parte da rotina de milhares de estudantes brasileiros. Ao consultar parâmetros e avaliações sobre letramento, leitura e escrita, vê-se uma quantidade significativa de brasileiros que não conseguem fazer leituras simples e compreendê-las. Nessa perspectiva, ser letrado, hoje, no Brasil, é fazer parte de um projeto de ascensão social, incluindo aí a constatação de pertencimento a um grupo seletivo e limitado, “já que os brasileiros letrados possuiriam diferentes competências linguísticas em sua cognição que os tornariam capazes de navegar pelas diversas situações de interação sociocomunicativa por meio da fala e da escrita” (KENEDY, 2018, p. 83).

Para ajudar a compreender como as relações de poder são exercidas no meio acadêmico, serão demonstrados dados estatísticos que ajudarão na compreensão desses resultados de letramento científicos dos quais se tem no Brasil atualmente. Segundo Kenedy (2018), os números do Indicador de Analfabetismo Funcional (NAF), de 2016, indicaram que somente 22% dos universitários brasileiros são proficientes em leitura textual. O autor afirma ainda que “apenas um em cada quatro adolescentes ou adultos deste país seria capaz de ler e compreender textos de básica ou média complexidade” (KENEDY, 2018, p. 91). Com esses dados, é possível inferir que não é um diploma de graduação que faz *dx alunx* uma pessoa *letrado*. As habilidades vistas na seção anterior precisam ser ensinadas. Ainda assim, há diversos fatores que impedem o pertencimento ao grupo de letrados.

O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sobre o Fluxo Escolar da Educação Básica, de-

monstrou que em 2015 a evasão no 9º ano foi de 7,7% (MOTA; MASCARELLO; BUCHWEITZ, 2018). Esse dado confirma a postulação de que o Brasil possui a terceira maior taxa de evasão escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esses números demonstram como é difícil que grande parte da população pertença ao grupo de letradxs, já que a repetência e o abandono escolar impedem que a população alcance bons níveis de aprendizagem no sistema educacional brasileiro.

As causas desses insucessos são inúmeras: falta de investimento na educação, condições socioeconômicas, desemprego e trabalho infantil, necessidades educacionais especiais, infraestrutura das escolas, formação docente, entre outras. Como exemplo da falta de investimento em educação no país, Kenedy (2018) demonstra que mesmo o Brasil estando na 4ª colocação do *ranking* de volume do total do PIB sendo destinado à educação, ele ocupa a 43ª posição na lista de países que mais investem por aluno. Esse número representa que o Brasil, entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é o penúltimo com o pior índice de investimento. Levando em conta o PIB de 2013, o investimento por alunx no Brasil foi equivalente a U\$ 3 mil por ano, enquanto a média entre os demais países da OCDE foi de U\$ 9 mil, chegando a U\$ 20 mil entre os países mais ricos. A evidência é que fatores como esse implicam diretamente na estatística de estudantes *letradxs* no Brasil.

Por fim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2014, aponta que,

Mais de cem milhões de pessoas, quase um terço da população nacional, com o Ensino Fundamental incompleto, sendo que, dessas, cerca de 50 milhões tiveram menos de quatro anos de escolaridade e correspondem à definição do IBGE para anal-fabetos funcionais, ou seja, a metade da população de baixa escolaridade (FRANÇA; LAGE; GOMES et al, 2018, p, 222).

Com esses dados, questiona-se: como é possível que *xs alunxs* tenham progressão no mundo acadêmico? Como avançar em estudos posteriores à Educação Básica? De que forma o exercício da cidadania poderia estar presente nas ações de cidadã(o)s *consideradx* *analfabetxs* funcionais? Como pertencer a um grupo de letradxs, se há dificuldades de compreensão plena nas atividades de leitura?

Pois bem, as análises políticas de dados estatísticos comprovam que ser *letradx*, no Brasil, hoje, é uma habilidade para *pou-cxs*, somado a isso, existe a valorização da escolarização. O resultado dessa operação matemática é a existência de um grupo pequeno e seletivo de *brasileirxs* capazes de ler e escrever textos acadêmicos com desenvoltura. Com efeito, há relações de poder que perpassam nesse cenário em que *poucxs* podem e muitos não.

Se se tem um grupo limitado considerado letrado é porque, conseqüentemente, há um grupo vasto de não *letradxs*. Conforme Vóvio (2010, p. 422), “se pertencem ao grupo de leitores é porque outros não pertencem: há outros com os quais se pode identificar e outros dos quais se quer diferenciar”. Nessa medida, vem à tona o jogo de forças sociais para entrada e permanência em determinadas posições de sujeito no mundo. E pertencer a essa elite acadêmica inclui a construção de identidades daquels que reconhecem seu poder em um mundo feito de significações discursivas. Portanto, ser *letradx* é ter poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo, por meio de uma reflexão sobre letramento, seu histórico e dados estatísticos, foi discutido a importância do letramento científico na sociedade brasileira e como se dá as relações de poder, a partir da aquisição de conhecimentos. Foram enumeradas habilidades necessárias para que ocorra o letramento científico e como elas representam desafios para *alunxs* e *pesquisadorxs* que iniciam a vida acadêmica.

Como se viu, não há uma resposta única para o bom desempenho na escrita desses textos, assim como o processo é paulatino e precisa ser apreendido. O letramento não é um dom, está longe de ser uma capacidade inata dos sujeitos e por isso foi defendido, neste capítulo, a necessidade de o letramento científico ser uma atividade sistematizada e aprendida no universo escolar, desde os primeiros períodos dos cursos superiores até os bancos escolares de doutoramento. Somado a isso, há a necessidade de mais investimentos públicos em educação. Certamente, a habilidade plena em leitura e escrita desde os primeiros anos escolares facilitaria o processo de letramento científico nos estudos posteriores.



CAPÍTULO 8

A ENTREVISTA NA PESQUISA CIENTÍFICA: UMA INTERAÇÃO SOCIAL AMPLIADORA DE SABERES, HISTÓRIAS E CONEXÕES ENTRE ENTREVISTADOR E ENTREVISTADO

Tauane Carolina Parodi Be, Antônio Cândido da Silva,
Renato Xavier Coutinho, Vantoir Roberto Brancher

INTRODUÇÃO

No contexto social atual, é possível confirmar que a existência de diferenças econômicas e a corrida por qualificação profissional, está cada vez mais exigida no mundo do trabalho, tornaram-se uma realidade. A pesquisa científica, nesse contexto, vem tomando espaço, sendo caracterizada como mecanismo de resolução ou aprofundamento de estudos, auxiliando, assim, na formação profissional e na conseqüente lapidação de interações sociais que, até então, são vistas como problemáticas dentro da sociedade.

No íntimo das pesquisas científicas encontramos um espaço de apoio para discussão de situações que consideramos inquietantes tanto no ambiente de trabalho quanto na construção de uma vida democrática em sociedade. Através deste anseio por

novos universos, soluções e compreensões a pesquisa científica configura-se como um conceito flexível, sendo concebido através de diversos mecanismos metodológicos, utilizados como facilitadores da coleta de dados convenientes ao alcance dos objetivos que alicerçam o estudo de um pesquisador.

Este artigo tem o objetivo de compreender um dos instrumentos metodológicos que vem tomando força nas pesquisas científicas por razão de tratar-se de uma interação social entre duas ou mais pessoas, valorizando, assim, vertentes subjetivas e individuais, as quais convergem em uma visão de mundo fragmentada em conceitos que auxiliam no entendimento de uma dimensão do coletivo, através de uma expressiva fusão de sentimentos, culturas e anseios. Tal técnica, baseada principalmente na confiabilidade e obtenção de depoimentos através de gravações e transcrições, é a entrevista.

No intuito de esclarecer em qual situação se faz conveniente o uso da entrevista, como instrumento de obtenção e coleta de dados, procura-se, em um primeiro momento, elencar a diferença entre abordagens qualitativas e abordagens quantitativas para, logo após, adentrar no conceito específico das entrevistas, relatando modalidades, estruturas e transcrição destas. Além disso, ao longo do texto, discutimos a questão de fidedignidade e subjetividade em pesquisas.

Compreendemos a entrevista como uma relação de troca, sendo que, a partir de tal interação social, o que se remete é a entrega ao outro, o contraste e a aceitação de vivências. Notar-se disposto a ouvir e a compartilhar histórias é enriquecer-se no íntimo ao acalantar diferentes visões de mundo, expectativas e crenças até então singulares, para então vincular estas experiências ao universo das pesquisas científicas, em benefício do coletivo.

A PESQUISA QUALITATIVA E A PESQUISA QUANTITATIVA: UNIVERSOS E SIGNIFICADOS

A especificidade dos estudos científicos divide a metodologia de pesquisa em dois grandes polos: a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. Tais abordagens apresentam certas particularidades: vantagens, desvantagens, pontos positivos e pontos negativos, conforme Gunther (2006). Nas linhas a seguir, buscaremos esmiuçar tais características. Quanto à abordagem qualitativa, seu início data o final do século XIX, quando, segundo André (2012, p. 16):

(...) os cientistas sociais começaram a indagar se o método de investigação das ciências físicas e naturais, que por sua vez se fundamentavam numa perspectiva positivista de conhecimento, deveria continuar servindo como modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais (...). Dilthey, que era historiador, foi um dos primeiros a fazer esse tipo de indagação e a buscar uma metodologia diferente para as ciências sociais, argumentando que os fenômenos humanos e sociais são muito complexos e dinâmicos, o que torna quase impossível o estabelecimento de leis gerais como na física ou na biologia. (GRIFO NOSSO)

Através desta aparente dificuldade de compreender os fenômenos e a imensa gama de variáveis, vinculados à consequente necessidade que o ser humano passa a expressar em fugir de padrões e inserir-se na busca por outras conexões e origens explicativas de dinamismos sociais, dão início a uma transformação no mundo científico: anulam-se os números e enaltecem as relações humanas com todas as suas nuances. É a partir desta nova órbita de discussões e da procura por novos horizontes de conhecimentos que surge a abordagem qualitativa de pesquisa, a qual nas palavras de Minayo (2016, p.20-21):

(...) se ocupa, dentro das Ciências sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores qualitativos (...).

Através dessa abordagem de pesquisa a preocupação maior é o aprofundamento da compreensão do grupo social, de uma organização e não a representatividade numérica. Assim, busca-se explicar o porquê das coisas, apresentando o que convém ser feito, sem submeter-se à prova de fatos, já que os dados analisados não são métricos e se valem de diferentes abordagens. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Assim, pode-se dizer que a pesquisa qualitativa é caracterizada pela objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*; precisão das relações entre o global e o local em certas especificidades; observância das diferenças do mundo social e do mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, orientações teóricas utilizadas e dados empíricos; busca de resultados fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende o modelo único de pesquisa. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Contudo, ao optar pelo uso de pesquisa qualitativa em seus estudos é importante que o pesquisador atente para alguns limites e riscos, conforme alertam Silveira e Córdova (2009, p. 32), sendo eles:

A excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objeto estudado, além de controlar a influência do observador sobre o objeto de estudo; falta de detalhes sobre os processos através dos quais as conclusões foram alcançadas; falta de observância de aspectos diferentes sob enfoques diferentes; certeza do próprio pesquisador com relação aos seus dados; sensação de dominar profundamente seu objeto de estudo; envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados.

Em uma possibilidade de que o pesquisador não atente para as precauções necessárias, a fim de evitar que a sua ação consciente/inconsciente influencie no caminho e na condução da pesquisa, esta apresentará, conseqüentemente, uma entonação preconcebida, comprometendo a veracidade do resultado final.

Por outro lado, relacionada a uma visão objetiva e científica, encontra-se a abordagem quantitativa. Esta apresenta a característica de impessoalidade originada da impossibilidade de influência do pesquisador por tratar-se de um estudo assimilado por números, gráficos e tabelas alimentadas por indicadores obtidos por meio de pesquisas, nas quais os números falam mais que as palavras.

Oriunda do pensamento positivista lógico, a abordagem quantitativa de pesquisa está diretamente ligada ao raciocínio dedutivo, às regras da lógica e aos atributos mensuráveis da experiência humana. Conforme apresenta Fonseca (2002 apud Silveira e Córdova, 2009, p. 33):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da

população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

Assim, em abordagens quantitativas não existe espaço para interpretações além das singularidades de números obtidos, analisados de maneira distanciada. Não há, portanto, como na qualitativa, uma imersão do pesquisador no problema e no universo do objeto pesquisado a fim de compreendê-lo em seu universo de significados e, a partir disso, interpretá-lo, apenas observa-se os números e através deles, é extraído o resultado.

A pesquisa quantitativa caracteriza-se, também, por focalizar uma quantidade pequena de conceitos, por iniciar com ideias preconcebidas do modo pelo qual os conceitos estão relacionados, utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados, sendo que tal coleta ocorre mediante condições de controle. A abordagem qualitativa enfatiza a objetividade tanto na coleta quanto na análise de dados e analisa os dados numéricos através de procedimentos estatísticos. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2006)

Quando ocorre a coleta de dados na abordagem quantitativa de pesquisa, Gunther (2006) diz que o pesquisador tenta obter um “controle máximo sobre o contexto”, lançando mão para tanto de “ambientes artificiais com o objetivo de reduzir ou eliminar a interferência de variáveis interferentes ou irrelevantes”. Silveira e Córdova (2006) também fazem esta comparação entre as abordagens, usando uma tabela que reproduzimos abaixo no quadro 1:

Quadro 1: Pesquisa Quantitativa x Pesquisa Qualitativa

Aspecto	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Enfoque na interpretação do objeto	Menor	Maior
Importância do contexto do objeto pesquisado	Menor	Maior
Proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados	Menor	Maior
Alcance do estudo no tempo	Instantâneo	Intervalo maior
Quantidade de fontes de dados	Uma	Várias
Ponto de vista do pesquisador	Externo à organização	Interno à organização
Quadro teórico e hipóteses	Definidas rigorosamente	Menos estruturadas

Situando Pesquisas Qualitativas e Pesquisas Quantitativas (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2006).

Apesar das evidentes diferenças entre tais abordagens de pesquisa é entendimento dos autores estudados neste artigo que estas não são competidoras, nas palavras de Gunther (2006, p. 207) sobre esta dicotomia:

[...] a questão não é colocar a pesquisa qualitativa *versus* a pesquisa quantitativa, não é decidir-se pela pesquisa qualitativa ou pela pesquisa quantitativa. A questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica. Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tem-

po, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social. [...]

Tal debate entre a compatibilidade ou não de abordagens é ponto de divergência entre pesquisadores e teóricos, conforme demonstra Moreira (p. 58-64, 2011), ainda que uma visão conciliadora esteja tornando-se presente nos últimos tempos. Nesse sentido, Minayo (2016, p. 22) entende que não há incompatibilidade entre os dois tipos de abordagem, tampouco dos dados advindos destas, explicando que o que existe é uma oposição complementar, a qual, se trabalhada de maneira correta, produzirá uma riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa. Porém, Moreira (2011, p. 64), apresenta uma visão mais comedida :

[...] Considerando tais pontos de vista, talvez a melhor postura em relação ao debate pesquisa qualitativa x quantitativa seja mesmo a de continua-lo, sem assumir apressada e simplistamente a posição de que são apenas métodos alternativos, nem radicalizar, considerando-os totalmente incompatíveis. A pesquisa em ensino só pode crescer com a continuação desse tipo de debate [...].

Sendo assim, deve-se identificar qual abordagem trará mais benefícios para a pesquisa em questão e, conforme necessidade, utilizar ambas as abordagens em momentos distintos, recordando sempre do contraponto diferencial entre os dois perfis metodológicos, suas particularidades, seus benefícios e seus riscos. Tendo explicitadas tais características de ambos os conceitos, iniciaremos nossa discussão referente ao uso de entrevistas em pesquisas científicas.

A RESSIGNIFICAÇÃO DE MEMÓRIAS ATRAVÉS DO USO DE ENTREVISTAS EM PESQUISAS CIENTÍFICAS

Iniciamos a discussão sobre o uso de entrevistas em pesquisas científicas explanando a origem de outro conceito que tece a base de uma relação emergente entre entrevistador e entrevistado: a técnica da observação. A partir da observação é possível indicar fatores que ampliam a dimensão de efeito de palavras entoadas pelo entrevistado, sendo que, ao dimensionar o olhar de forma estendida para o objeto de estudo, poderão ser constatadas particularidades subjetivas envolvendo aspectos psicológicos, sentimentais e intrínsecos dos entrevistados.

É por meio da sensibilidade do entrevistador, da capacidade de observação e da facilidade de transmitir confiança que se amplia a capacidade de conhecimento da realidade na qual o mesmo se insere. É isso que delimita, em partes, o início da discussão acerca do processo de coleta de dados baseado em entrevistas, vinculado ao uso fundamental destas, segundo Duarte (2004, p. 215), quando há a necessidade de mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.

Quem fala, inevitavelmente, expressa emoções, dimensiona sinais relacionados aos movimentos corporais e amplia o olhar sobre si mesmo ao conectar-se com a expectativa de compartilhar aspectos relevantes referentes à história de vida ou visão de mundo. Duarte (2004, p. 220) nos direciona a essa relevância da entrevista, discorrendo sobre os efeitos que a mesma produz aos colaboradores:

Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo-nos matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão, também, refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas.

Tais percepções subjetivas, responsáveis por estabelecer uma realidade aos olhos do entrevistado, não poderiam ser percebidas apenas pela escrita, com a aplicação de um questionário, por exemplo. Porém, esse aspecto subjetivo, que tanto agrega na estruturação de uma pesquisa qualitativa, fruto da díade entre entrevistador e entrevistado, é a problematização utilizada por defensores da obtenção de dados científicos apenas por análise quantitativa. Os adeptos aos números questionam a fidedignidade de entrevistas, baseadas em aspectos intrínsecos de seres humanos, ao considerarem que o que realmente importa na ciência é a objetividade e que esta deveria ser o epicentro de pesquisas, tanto na ciência social quanto na ciência natural. Fraser e Gondim (2004, p. 142) elucidam essa diferença ao mencionar um trecho de Minayo (2016)

Para os positivistas, a questão central é a objetividade. A análise social para ser objetiva (independente do sujeito percebido) necessita ser quantificada ou mensurada a partir de instrumentos padronizados que assegurem a neutralidade e que possibilitem fazer generalizações com precisão, em conformidade com o modelo das ciências naturais. As ciências sociais, por sua vez, mesmo que lidem com o objeto de estudo que, distintamente de um objeto físico e passivo, reage diante de seu pesquisador, deveriam seguir este mesmo modelo se seu interesse for o de alcançar um *status* próximo ao das ciências naturais,

o que de modo algum é objeto de consenso entre os teóricos das ciências sociais.

Essa dicotomia, tão enviesada e alvo de polêmica entre os diferentes perfis de pesquisadores, permuta em uma atmosfera de competição, onde o que se observa é qual o método mais eficaz de forma generalizada, esquecendo, assim, das particularidades de cada pesquisa e da intencionalidade que o pesquisador deve possuir ao adequar sua pesquisa de forma a suprir os problemas-chave do estudo, independente de tais resoluções basearem-se em abordagens quantitativas ou qualitativas. É, portanto, imprescindível o domínio, por parte do pesquisador, da extração de questões subjetivas pertinentes da fala do colaborador, fazendo com que sejam desconsideradas questões individuais que não implicam em ordem coletiva e que não sejam relevantes ao andamento da investigação. Duarte (2004, p. 218-219) ao citar Queiroz (2008) enfatiza essa destreza demandada do pesquisador afirmando que:

Assim, tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar.

Neste ponto cabe o entendimento de que a entrevista é uma fonte capaz de engrandecer aspectos individuais que nos levam, inevitavelmente, à compreensão de problemáticas maiores focadas no coletivo. Desta forma é de extrema importância que o entrevistador consiga perceber tais singularidades de cada entrevistado agregando, assim, aspectos relevantes para o andamento da pesquisa.

Adentrando-nos sob essa perspectiva, na qual a metodologia deve ser capaz de focar na solução dos problemas motivadores da pesquisa, é cabível dimensionar em que momento a entrevista pode ser pensada como técnica de obtenção de dados. Ribeiro (2012, p. 140) elucida a vantagem da entrevista:

[...] quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimento e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

A partir disso o entrevistador possui a liberdade de considerar as impressões em relação ao entrevistado no andamento das entrevistas. Tais impressões podem dizer “além do que realmente se diz”, portanto é necessário que o entrevistador esteja disposto a interpretar alterações corporais, no tom de voz ou na rigidez postural, identificando desconfortos ou algum vínculo emocional do entrevistado em relação a situações específicas de questionamento durante a entrevista. É, basicamente, o que chamamos de *feeling* do entrevistador, essa capacidade de enxergar além do que se vê ou, no caso, do que se escuta.

Podemos destacar algumas vantagens e desvantagens do uso de entrevistas em pesquisas objetivando, assim, facilitar o caminho de escolha do pesquisador tendo como base os riscos e os benefícios ao optar por tal metodologia. Dentre as vantagens podemos destacar a adaptação de questionamentos propícios e pontuais que facilitam o esclarecimento de respostas, a flexibilidade de horários e locais na aplicação, a heterogeneidade de perfil de entrevistados, sendo possível a inclusão de pessoas não aptas à leitura e a ampliação de objetos de análise por transcrição, visto que,

pode-se analisar a subjetividade de respostas como ponto positivo e esclarecedor dentro do processo.

Dentre as desvantagens têm-se o consumo de tempo e disposição de ambos os envolvidos para a coleta, a utilização, por parte do entrevistador, de questões que direcionam respostas, ou seja, a manipulação de dados e a dificuldade de “desnudar” as verdades do entrevistado, como afirma Ribeiro (2012, p. 142-143), “sem a afirmação da interação, não se desenvolve o diálogo que possibilita ao entrevistado se abrir, ou seja, se “desnudar” de qualquer tipo de couraça”.

Tais vantagens e desvantagens do uso de entrevistas em pesquisas científicas nos elucidam quanto a imprevisibilidade de tal instrumento metodológico, levando em consideração a influência que fatores extrínsecos podem exercer durante o processo de construção de uma entrevista. Cabe ao entrevistador planejar aspectos como a utilização do tempo, o estabelecimento de uma relação confortável com o entrevistado, um local de aplicação que seja silencioso e propício ao momento de troca de saberes, objetivando, assim, que a experiência possua uma sensação de aconchego.

Realizadas tais observações acerca dos prós e contras do uso de entrevistas em pesquisas científicas é importante salientar que, se o pesquisador opta por esse meio de construção de dados, ele precisa estar ciente do universo que deseja descobrir e do objetivo do estudo. Só a partir da clareza nos objetivos e nas ideias é que a entrevista pode acontecer, sendo que, sem essa compreensão da essência do estudo, é impossível planejar e estruturar perguntas que tenham relevância e impacto social. Portanto, entrevista não é bate-papo informal ou mecanismo de fácil aplicação, como muitos costumam acreditar, entrevistas possuem estruturas extremamente complexas que exigem dedicação, esforço e empenho tanto por parte do aplicador quanto por parte do colaborador.

Ribeiro (2012, p. 143) nos direciona a complexidade da entrevista quando afirma que “a entrevista é, portanto, muito complexa, dependendo sempre de fatores internos e externos, do conhecimento do entrevistador a respeito do tema, da inter-relação entrevistador/entrevistado, para que seja, inicialmente, viabilizada com facilidade”. Tal complexidade pode ser amenizada se houver uma preparação antecipada por parte do entrevistador que promova uma segurança pessoal em relação ao que está sendo trabalhado.

A entrevista tomará forma de “bicho de sete cabeças” se a insegurança dominar o entrevistador, sendo assim, como ponte para a autoconfiança é preciso que exista uma identificação do entrevistador com o que está sendo pesquisado, um planejamento prévio de ações e intencionalidades, o estabelecimento de clareza nos questionamentos e estar preparado para os diferentes caminhos que a entrevista pode levar, sendo que os rumos em relação a estas nunca serão previsíveis.

Além da complexidade do uso de entrevistas em pesquisas científicas, já explanada anteriormente, é considerável que possamos compreender como é categorizada uma entrevista, quais as modalidades existentes, as estruturas utilizadas e como são feitas as constatações de resultados. A partir disto, podemos discorrer quanto às modalidades de entrevistas, sendo elas: a face a face e a mediada. Fraser e Gondim (2004, p. 143) realçam a diferença entre os dois conceitos ao relatar que:

Há duas modalidades mais gerais de entrevista: a face a face e a mediada. A primeira se refere àquela modalidade em que entrevistador e entrevistado se encontram um diante do outro e estão sujeitos às influências verbais (o que é dito ou perguntado), às não-verbais (comunicação cronêmica -pausas e silêncios-, cinésica- movimentos corporais-, e paralinguística - volume e tom de voz), e

às decorrentes da visualização das reações faciais do interlocutor. A segunda modalidade inclui as entrevistas feitas por telefone, por computador e por questionários, que também estão sujeitas às mesmas influências verbais e não-verbais, mas de modo diferenciado, em especial quando não permitem a visualização das reações faciais do interlocutor.

A partir da escolha da modalidade de entrevista mais conveniente podemos adentrar-nos na sua estruturação. Quanto à estruturação, as entrevistas podem ser classificadas como: estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. Em entrevistas estruturadas ou fechadas o que comanda é a objetividade e a limitação em respostas, considerando o ajuste de roteiro em hipóteses previamente pensadas e formuladas pelo pesquisador enfatizando o tratamento estatístico e quantitativo de dados. É uma estrutura onde o que vale é o que já foi definido antes da aplicação, salientando determinações de número e conteúdo, agindo como um mecanismo de “teste” onde o pesquisador já sabe aonde quer chegar.

As entrevistas de enfoque mais qualitativo, semiestruturadas e não estruturadas apresentam algumas similaridades no que diz respeito ao planejamento estrutural de entrevistas. Bartholomew, Henderson; Márcia (2000) sugerem essa proximidade entre as duas estruturações ao relacionar o nível de diretividade das mesmas em que:

A opção por uma delas está relacionada com o nível de diretividade que o pesquisador pretende seguir, variando desde a entrevista na qual o entrevistador introduz o tema da pesquisa e deixa o entrevistado livre para discorrer sobre o mesmo, fazendo apenas interferências pontuais (por exemplo: história oral), até a entrevista um

pouco mais estruturada, que segue um roteiro de tópicos ou perguntas gerais.

A entrevista semiestruturada configura-se como uma opção onde as questões são direcionadas com a intenção de que o entrevistado tenha liberdade de responder ao questionamento refletindo e tangenciando seus pensamentos de maneira confortável e flexível. A exigência é a existência de tópicos pré-formulados que tenham como objetivo guiar o entrevistador a um diálogo controlado e pautado pela dinâmica natural, gerando sensação de conforto e confiabilidade a quem responde.

Quanto às entrevistas não estruturadas trata-se da aplicação de perguntas abertas, respondidas de maneira informal, sem contar com roteiro ou tópicos prévios. Basicamente uma maneira de conversação que preza especificamente na liberdade ao direcionar questionamentos, categorizando o entrevistador como um “incentivador” que busca basicamente a subjetividade e a espontaneidade de respostas.

Assim, quaisquer sejam as estruturas cabíveis dentro de uma pesquisa científica é importante salientarmos que qualquer que seja a estruturação escolhida entre estas três opções o que realmente deve ser inerente a qualquer uma delas é a existência de cordialidade e de respeito entre a díade envolvida. Outro aspecto relevante na aplicação de entrevista é a prévia explicitação de algumas dimensões da pesquisa onde devem constar: razões que optou pelo instrumento, critérios para seleção de entrevistados, número de informantes, quadro descritivo de informante (sexo, idade, profissão), como se deram as situações de contato (circunstância de realização de entrevista), roteiro em anexo, procedimentos de análise com anexo de transcrições (caso não seja necessário o anonimato). (DUARTE, 2004, p. 219).

Quanto à transcrição e análise de dados é aconselhável que o entrevistador transcreva os dados logo após a aplicação da entrevista e que apenas o mediador da situação de contato, ou seja, o entrevistador torne-se o responsável em fazê-la pelo simples fato de que, ao realizar a transcrição, algumas falas podem lhe gerar sensação de familiaridade de sentimentos e percepções subjetivas, acarretando, assim, em possíveis *flashes* de reações corporais que possam dimensionar a pergunta em um âmbito maior do que apenas o que foi dito.

Além disso, é importante ouvir a gravação novamente após a transcrição, Duarte (2004, p. 220) relaciona esse aspecto à fidedignidade ao relatar que “Depois de transcrita, a entrevista deve passar pela chamada conferência de fidedignidade: ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos, acompanhado e conferido cada frase, mudanças de entonação, interjeições, interrupções etc.”. Quanto à fidedignidade de entrevistas há muitos questionamentos sobre o poder ou não de edição por parte do pesquisador. Há certa flexibilidade na edição em se tratando de frases coloquiais, repetições, erros gramaticais e vícios de linguagem, porém, ao vincularmos com uma análise de conteúdo a transcrição deve ser realizada exatamente igual ao que consta em gravação. Conceituamos “análise de conteúdo” com base em Minayo (2016, p. 308):

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material. Para isso, geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis

psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem. Esse conjunto de movimentos analíticos visa a dar consistência interna às operações.

Assim, ao direcionar seu estudo baseado em técnicas de análise de conteúdo, o pesquisador deve estar disposto a conhecer e inserir-se na realidade do entrevistado, considerando e dando ênfase a aspectos culturais, sociais e pessoais dos colaboradores, destacando-os em todo o contexto de sua pesquisa. Um aspecto importante que podemos considerar como destaque dentro da análise de conteúdo é a análise de discurso, tendo em vista que, segundo Minayo (2016, p. 319):

Os pressupostos básicos da teoria de análise de discurso podem resumir-se em dois princípios, segundo Pêcheux: (1) o sentido de uma palavra, de uma expressão ou de uma proposição não existe em si mesmo. Ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as formas de relação são produzidas; (2) toda formação discursiva dissimula, pela pretensão de transparência, sua dependência das formações ideológicas.

Ao longo de seu texto além de mencionar Pêcheux, criador em 1960, da Escola Francesa de Análise de Discurso, Minayo menciona Orlandi (2003), com o qual acaba ganhando força ao retratar a análise de discurso como uma busca por compreensão do processo produtivo do texto, que vai muito além do que realizar uma interpretação exteriorizada do objeto de pesquisa. (MINAYO, 2016, p.320).

Para tanto, cabe ao pesquisador elucidar qual seu objetivo ao realizar a entrevista analisando, assim, se é possível à aplicação de uma transcrição baseada em análise de conteúdo, focada no

discurso, ou se a edição não implica no objetivo final do estudo. Apesar de a escolha ser inteiramente do pesquisador é importante contextualizar que a transcrição é a parte da entrevista que mais demanda envolvimento, dedicação e clareza nas ideias. De nada vale um material impactante se houver manipulação de dados ou superficialidade na transcrição.

Ao optar por uma técnica de entrevista em pesquisas científicas, o caminho nunca é certo e linear, o pesquisador tem que estar, necessariamente, aberto a modificações e alterações no foco do estudo, afinal, toda entrevista é uma troca: de olhares, de palavras, de histórias, emanando, assim, uma dimensão de olhar aberta a mudanças e a responsabilidade de carregar e transmitir a experiência do outro em prol de uma ação social maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorridos tais fundamentos acerca da diferença entre pesquisas qualitativas e pesquisas quantitativas e dado o enfoque especificamente direcionado à técnica de coleta de dados denominada entrevista, entende-se, a partir de todo, o contexto, que a escolha por tal técnica expande as fronteiras de aprimoramento de pesquisas científicas, ampliando, sobretudo, o olhar do pesquisador para muito além das expectativas individuais decorrentes de uma problemática a ser estudada. O contato com outros seres humanos, suas experiências, seus sentimentos, suas crenças e sua cultura transcendem a capacidade exploratória de uma pesquisa quando comparada com pesquisas munidas apenas de dados numéricos, as quais não expressam, por si só, o anseio e a dimensão do coletivo, focando apenas em estruturas baseadas em superficialidade e objetividade.

É fato que, pelo senso comum, os números parecem impactar de forma extremamente maior quando comparados a

dados subjetivos, porém, desmistificando esse pensamento generalizado e direcionando nosso olhar para uma esfera de inclusão e de troca de experiências, pesquisas baseadas em histórias reais têm forte impacto social e agem como “transformadores sociais”, ou seja, como uma oportunidade de compreender o mundo além de nossa ótica individualista.

Porém, não devemos esquecer que o poder de repassar informações da forma adequada emana apenas do entrevistador, ficando a cargo dele todo o potencial de estudo e de adequação das transcrições em concomitância com bagagens teóricas convenientes. Não se deve entender a entrevista como um mecanismo de “dar voz” a comunidades ou grupos específicos, mas sim, como uma técnica científica, onde o que vale é a influência de depoimentos em benefício às resoluções de objetivos específicos. Duarte (2004, p. 218) relaciona esse entendimento equivocado do uso da entrevista como “dar voz” ao outro ao afirmar que: “Não cabe supor que relatórios de pesquisa ou teses de doutorado devam funcionar tão somente como “caixas de ressonância” de falas alheias, cadeias de transmissão de ideias e reivindicações de grupos “sem voz” no meio acadêmico”. Ampliando a dimensão de entendimento deste conceito, Duarte (2004, p. 218) complementa tal explanação com a seguinte afirmação:

É a fala do pesquisador que será ouvida no relatório de pesquisa e não a da comunidade silenciada; uma fala polifônica espera-se, pois a ela estarão incorporadas as vozes dos informantes, mas, ainda assim, uma fala pessoal, de natureza acadêmico/científica, emitida a partir de um lugar de poder.

Diante de tal vinculação de poder nas mãos do pesquisador é imprescindível que quem optar por realizar entrevistas em

pesquisas científicas esteja inteiramente preparado, com a devida compreensão de que não se trata de discussão informal ou de fácil condução, mas sim, de um mecanismo que exige esforço, conhecimento teórico e facilidade de comunicação, além de, sobretudo, categorizar-se como um instrumento suscetível a mudanças e surpresas no decorrer da troca de experiências. Ir em direção a uma entrevista é o mesmo que cavalgar no escuro, sabe-se que em algum lugar há luz e tudo se facilitará, porém, o percurso até a claridade é duvidoso, transformador e frágil. Cabe ao entrevistador controlar expectativas e estar sempre aberto a novas histórias, novas conexões e novos saberes que direcionem sua pesquisa e agreguem beneficentemente na resolução de problemáticas sociais específicas.



CAPÍTULO 9

ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS: UMA ANÁLISE DO TCLE DO IFFar A PARTIR DA RESOLUÇÃO 510/2016

Thamille Pereira dos Santos, Mariluce Barcellos Brum,
Fernanda de Camargo Machado

INTRODUÇÃO

Ética é palavra de sentido amplo, um vocábulo que se encontra intimamente ligado ao conceito de moral, podendo se dizer que a ética é o conjunto de valores morais que orientam uma determinada sociedade em dado momento histórico e a moral é termo designativo das regras e convenções tidas como verdadeiras e fundamentais por essa mesma sociedade. A aplicação de preceitos éticos é absolutamente fundamental quando falamos em pesquisa com seres humanos, a seguir citamos uma das formas do conceito de ética, sendo então:

a ciência da conduta humana; é o princípio sistemático da conduta moralmente correta. O que é conduta moralmente correta É aquela que conforma com as ideias “prevalentes” de conduta humana. Ética na pesquisa indica uma conjunção de

“conduta” e de “pesquisa”, o que traduzimos como “conduta moralmente correta durante uma indagação, a procura de uma resposta para a pergunta. Ética na pesquisa científica indica que o estudo em questão deve ser feito de modo a procurar sistematicamente o conhecimento, por observação, identificação, descrição, investigação experimental, produzindo resultados reprodutíveis, realizado de forma moralmente correta (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 45-46).

O grande ramo de aplicação deste tema é, sem sombra de dúvidas, o das ciências da saúde, porque é precisamente neste que a pesquisa com seres humanos ganha maior relevância, uma vez que se trata de participação de humanos em testes que envolvem a saúde física ou psicológica do grupo a ser estudado. Entretanto, não é somente neste ramo do conhecimento que os preceitos éticos em pesquisa precisam ser observados, se consideramos, como antes referido, que a ética deve ser tida como um valor fundamental em nossa sociedade. Quando se fala em pesquisa com seres humanos, os cuidados dos pesquisadores devem ser idênticos e objetivarem fundamentalmente o resguardo da dignidade dos integrantes do grupo a ser pesquisado, seja qual for o ramo do conhecimento da pesquisa.

Considerando o desejo de desenvolver pesquisa que envolve a participação de seres humanos, é de extrema necessidade o estudo que se pretende fazer sobre os preceitos éticos a serem observados nesta espécie de pesquisa. Ao mesmo tempo, as leituras efetivadas sobre o tema apontam para um certo posicionamento crítico dos pesquisadores em ciências sociais e humanas, no que concerne à aplicação das regras sobre ética em pesquisa, considerando que elas foram pensadas e elaboradas a partir da perspectiva das ciências da saúde.

Em um primeiro momento o presente artigo abordará a origem do regramento sobre ética em pesquisa em nosso país,

passando pela crítica feita pelos pesquisadores em ciências sociais e humanas, no sentido de inviabilidade da aplicação desse regramento para todas as áreas do conhecimento, até chegar a edição da Resolução CNS nº 510/2016, que resultou de um grupo de trabalho montado para garantir as especificidades das pesquisas em ciências sociais e humanas.

Após, será analisado o termo de consentimento livre e esclarecido do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, com vistas à verificação de sua adequação aos normativos atualmente vigentes e proposição de alterações para sua melhoria.

DESENVOLVIMENTO

Os primeiros regramentos elaborados sobre o tema, ética em pesquisa com seres humanos, tiveram origem nos estudos vinculados às ciências da saúde, precisamente porque nesse ramo da ciência a relevância do tema ganha maiores proporções. Nesse sentido, o marco regulatório inicial foi a edição da Resolução CNS nº 196/96 que criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Esse normativo, expedido pelo Conselho Nacional de Saúde, regulamentou a pesquisa em seres humanos, baseados em conceitos de bioética, com necessidade de consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa e submissão a protocolos propostos por comitês. Sabemos que existe correntes científicas que já abordam a utilização de modelos matemáticos ao invés de seres humanos, porém as pesquisas científicas realizadas em seres humanos também são fundamentais, para o avanço do tratamento das patologias, com inegável benefício para a sociedade. Entretanto, surge sempre o conflito em pensar-se o ser humano como objeto de experimentação, o que demanda um maior rigor na condução da pesquisa com relação aos pesquisados.

Nesse sentido a Resolução CNS nº 196/96 estabeleceu especificamente no que se refere a necessidade de elaboração de termo de consentimento livre e esclarecido, os seguintes requisitos, delineados no item IV, o seguinte:

Entende-se por Processo de Consentimento Livre e Esclarecido todas as etapas necessárias para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida

(...).

IV.1 - O Processo de Consentimento Livre e Esclarecido para as pesquisas de todas as áreas do conhecimento deverá, ainda, observar os seguintes itens:

- a) Apresentar a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, incluindo o detalhamento dos métodos a serem utilizados, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental, quando aplicável;
- b) Explicitar os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentar providências e cautelas empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa.
- c) Esclarecer a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes de pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e, ou, interrupção da pesquisa;

- d) Garantir plena liberdade do participante se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, quando aplicável, sem penalização alguma;
- e) Assegurar a manutenção do sigilo e privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa;
- f) Explicitar a garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas decorrentes da participação dos participantes na pesquisa;
- g) Explicitar a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;

Verifica-se, portanto, que foi esse contexto de rigor e formalidade que fundamentou as primeiras regras a serem aplicadas em pesquisas com seres humanos, uma vez que, nesta espécie de pesquisa, o objetivo era a busca pela melhoria da condição de saúde e do bem estar dos pacientes, o que a justificava, mas especificamente porque envolvia o bem maior do ser humano (saúde), deveria o pesquisador evitar submeter os pesquisados a danos ou riscos para obtenção dos objetivos da pesquisa, providenciando na plena cientificação dos mesmos de todos os detalhes que envolviam o estudo, ao qual deveriam aderir com ampla liberdade de participação e, inclusive, de retirada.

Entretanto, em pesquisas desenvolvidas em outras áreas do conhecimento, que não envolvem riscos à integridade física ou psicológica dos pesquisados, é possível imaginar que o rigor formal imposto pela Resolução nº 196/96, não seja adequado, considerando a realidade fática que envolve tanto o objeto da pesquisa, como o perfil dos pesquisados.

Nesse sentido, iniciou-se um debate, no âmbito das ciências sociais e humanas, acerca da necessidade de buscar-se um

tratamento diferenciado e um regramento específico para essa área do conhecimento. Na esteira deste entendimento, Oliveira (2004), falando da pesquisa na área da antropologia, diferencia expressamente “a pesquisa em seres humanos” da “pesquisa com seres humanos”, este último como objeto da pesquisa nesta área do conhecimento, nos seguintes termos:

No caso da pesquisa em seres humanos, a relação com os sujeitos, objeto da pesquisa, tem como paradigma uma situação de intervenção, na qual esses seres humanos são colocados na condição de cobaias e, por tratar-se de uma cobaia de tipo diferente, é necessário que esta condição de cobaia seja relativizada. É neste contexto que o consentimento informado se constitui em uma exigência não só legítima, mas da maior importância. Já no caso da pesquisa com seres humanos, diferentemente da pesquisa em seres humanos, o sujeito da pesquisa deixa a condição de cobaia (ou de objeto de intervenção) para assumir o papel de ator (ou de sujeito de interlocução). Na antropologia, que tem no trabalho de campo o principal símbolo de suas atividades de pesquisa, o próprio objeto da pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo (2004, p. 33-34).

E prossegue o referido autor, fazendo uma crítica ao rigor excessivo imposto pela Resolução nº 196/96, no que concerne ao termo de consentimento informado:

Como mencionei acima, enquanto no plano cognitivo a concepção do consentimento informado previsto na resolução impõe limitações – mal fundamentadas e ilegítimas – à investigação do antropólogo ou à sua compreensão do objeto, no plano normativo estas limitações assumiriam um caráter autoritário, na medida em que não encontrariam o mesmo

suporte ético-moral que respalda as exigências estabelecidas para a pesquisa na área biomédica. No caso da antropologia, a negociação da pesquisa e/ou do objeto é parte constitutiva do empreendimento: primeiro no campo e depois no escritório quando o trabalho é redigido, ainda que no segundo momento trate-se de um diálogo simulado (2004, p. 35).

No âmbito desta discussão ingressou-se, também, na seara da possível interferência que as exigências efetivadas por intermédio dos termos de consentimento livre e esclarecido poderiam causar no resultado final das pesquisas. Afinal, nas pesquisas que se fundamentam na observação dos sujeitos, o fato de o investigado ter prévio conhecimento de que está sendo objeto de investigação, invariavelmente, pode conduzir a uma interferência direta no resultado final da pesquisa.

La Taille (2008), levanta o problema de que a aplicação das regras relativas à pesquisa com seres humanos, na forma como concebida para as ciências da saúde, especialmente no que se refere ao termo de consentimento, podem interferir no resultado da pesquisa, ao reconhecer que:

Tal interferência está, às vezes, claramente presente. Por exemplo, os clássicos experimentos de Stanley Milgram a respeito da tendência dos seres humanos a obedecerem a figuras de autoridade teriam sido irrealizáveis se os sujeitos tivessem sido avisados do papel ingênuo que deveriam desempenhar. Mesma coisa pode ser dita das investigações que pesquisadores da área de Etologia Humana fazem sobre comportamentos de pessoas que, em hipótese alguma, podem saber que estão sendo observadas. Reencontramos também sistematicamente o problema na área de Psicologia Clínica, pois, como o afirmam os especialistas, dizer aos pacientes que as sessões poderão ser objeto de publicação científica interfere no pró-

prio andamento do trabalho analítico podendo, notadamente, desvirtuá-lo e, logo, prejudicar quem foi buscar ajuda psicológica (2008, p. 270).

Mais adiante o autor prossegue dizendo:

Uma das tendências do mundo de hoje é elaborar um número cada vez maior de regras, particularmente no campo da ética. Há regra para tudo, notadamente sob a forma de leis e decretos estatais. [...] Mesmo perigo encontra-se no campo da ética na pesquisa, seja com seres humanos, seja com animais: normatizar casos e mais casos, criarem-se regras cada vez mais específicas e transformar o código de ética num cipoal de normas, de aplicação até que clara, mas de legitimidade obscura. Por essa razão, antes de se elaborarem regras — e até mesmo em vez de fazê-lo — faz-se necessário pensar nos princípios que inspiram a ética na pesquisa. Vejo dois, que valem para todos os temas que podemos encontrar na atividade de pesquisa com seres humanos, e que, portanto, também valem para analisarmos os problemas acima citados a respeito da avaliação do mérito acadêmico e a figura do Termo de Consentimento. Os dois princípios que elejo são: 1) a dignidade inerente à pessoa humana, e 2) a liberdade. Há outros, mas creio que esses dois são incontornáveis. O princípio da dignidade do ser humano confere a este o direito à integridade física e psicológica e ao respeito moral de outrem. Respeitar a dignidade alheia é imperativo moral. O princípio da liberdade do ser humano confere a esse o direito de não ser coagido por outrem, e também lhe confere o dever de não coagir as demais pessoas (2008, p. 271).

Na sequência do texto o autor chega a defender que “se o método da pesquisa respeita o princípio da dignidade, se ele apresenta riscos improváveis e se tem mérito científico, a pesquisa é

eticamente legítima e o Termo pode ser lacunar ou mesmo inexistente” (LA TAILLE, 2008, p. 277). Não obstante, entende-se que o Termo de Consentimento é importante instrumento para proteção dos sujeitos da pesquisa, garantindo-se tanto o pleno exercício da ampla liberdade de escolha do pesquisado em participar da pesquisa, quanto do pesquisador, no que se refere ao sigilo e a fidedignidade dos dados.

Outra circunstância amplamente debatida, quando se fala em ética na pesquisa em ciências sociais e humanas, está relacionada com a forma com que os investigados se relacionam com o pesquisador, o que implica que investigadores e investigados sejam vistos como atores ativos no processo de pesquisa. Nesse sentido, Guerriero e Minayo (2013), afirmam que nas ciências humanas, os participantes não são vistos apenas objeto de estudo, mas interagem com os investigadores, de modo que sua colaboração assume caráter de interpretação de primeira ordem.

Ou seja, os pesquisadores e seus interlocutores são atores ativos do processo da pesquisa [...]. Além disso, o pesquisador costuma entrar no contexto usual dos participantes e os etnógrafos [...]. Essa convivência intensa entre equipe de pesquisa e participantes gera um tipo de conhecimento que não ocorre a priori, não podendo, portanto, ser previsto num protocolo de pesquisa (MINAYO; GUERRIERO, 2013, p. 769).

Assim o pesquisador, inserido na cultura dos investigados, assume diferentes identidades, o que implica em modificações neste contexto, surgindo, assim, situações imprevisíveis que não podem ser mensuradas em protocolos rígidos.

E, mais adiante, prosseguem os autores dizendo que as questões mais plausíveis é que os membros do sistema Cep-Conep deparam com problemas ao revisar as pesquisas sociais, porque os

termos da Resolução nº 196/96 são aplicáveis a situações concretas, o que gera atrasos ou não aprovação de projetos sociais, mesmo quando não há inadequações éticas (MINAYO; GUERRIERO, 2010, p. 772).

Portanto, verifica-se que os pesquisadores de outros ramos do conhecimento, que não o das ciências da saúde, sempre defenderam a necessidade de elaboração de códigos de conduta ética diferenciados, que atendessem as especificidades da pesquisa relacionada com a sua área de estudo. Não se poderia simplesmente reconhecer a aplicação direta e incontestável de normativos éticos que foram elaborados conforme a especificidade da pesquisa em seres humanos, que se diferencia fundamentalmente do entendimento do que seja pesquisa com seres humanos.

Nesse sentido, La Fare, Machado, Carvalho (2014) ressaltam o entendimento no qual compreendem necessário o reconhecimento de regulação própria da ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, no sentido de que:

O que está em jogo na regulação da ciência não é separar os modelos de ciência, mas pensar sobre o processo de construção e o destino do conhecimento. Apenas alterar o código de ética seria insuficiente. O desejável é que este debate proporcione mudanças na correlação de forças entre os campos epistêmicos em disputa e seus agentes. Assim, o que está implícito na demanda por revisão dos parâmetros de regulação da pesquisa ao habitus das Ciências Humanas é o reconhecimento de um modo de produzir conhecimento válido no campo científico e engajado no plano social e político. Formulários mais flexíveis e compatíveis com metodologias qualitativas, critérios de avaliação da produção que alcancem melhor a qualidade e a quantidade do trabalho em cada pesquisa seriam marcadores deste reconhecimento. Pensamos que é esta a reivindicação dos pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais,

entre os quais nós, educadores, nos situamos. (LA FARE; MACHADO; CARVALHO, 2014, p.230).

Portanto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como protocolo de pesquisa, de uso obrigatório para todos os campos do conhecimento, conforme a Resolução 196/96, é alvo de críticas e de discussão entre os pesquisadores. Além disso, a própria noção de ética fica comprometida quando reduzida à área da saúde, o que também poderá ser confundida com a moral e o direito. Também as regras e leis são fundamentais, mas quando reduzimos o trabalho dos Comitês de Ética a práticas de procedimentalismo, a sua função fica reduzida e perde a sua real razão de existência.

Desta forma, considerando essas divergências dos pesquisadores do ramo das ciências sociais e humanas, sobreveio a necessidade de estabelecimento de um grupo de discussão, formado para discutir as especificidades deste tipo de pesquisa, com vistas à criação de normativos próprios, aplicáveis aos ramos de pesquisa não vinculados à área das ciências da saúde. Esta necessidade adveio do fato de que o sistema Cep/Conep, criado pela Resolução 196/96, fundamenta a regulação da ética na pesquisa para todos os campos do conhecimento “nos princípios de uma bioética fortemente influenciada pela denominada teoria principialista” (LA FARE, CARVALHO, PEREIRA, 2017, p. 193).

Nesse sentido os autores antes citados entendem que:

os avanços da institucionalização desse sistema parece tender à naturalização dos CEPs como espaços reguladores da ética em pesquisa nas instituições, modelo que tem sido questionado em vários países. Essa situação regulatória provocou nos pesquisadores das CHS diferentes reações. Inicialmente, alguns tenderam a não considerar a dita regulamentação e se mantiveram distantes dos controles dos CEPs. Também,

aqueles que, por decisão própria ou por pressão institucional, submeteram suas pesquisas a esse sistema e se depararam muitas vezes com avaliações que evidenciaram uma escassa compreensão das CHS e que dificultaram a atividade científica dessas áreas (LA FARE, CARVALHO, PEREIRA, 2017, p. 193-194).

Em decorrência do aumento dos conflitos entre as associações profissionais e pesquisadores das ciências sociais e humanas e das dificuldades encontradas nas avaliações das pesquisas deste campo do conhecimento, no âmbito dos Ceps, uma segunda normativa (Resolução CNS nº 466/12) incluiu um artigo dedicado às Ciências Humanas e Sociais, que refere que as especificidades éticas das pesquisas neste ramo do conhecimento serão contempladas em resolução complementar, dadas suas particularidades.

Conforme La Fare, Carvalho, Pereira (2017), para contemplar a resolução, no ano de 2013,

foi criado na Conep um grupo de trabalho com representantes de 17 associações profissionais das CHS (GT-CHS), do qual também participou a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) (MAINARDES, 2014). O GT-CHS trabalhou durante mais de um ano na elaboração de um projeto de resolução complementar, e sua aprovação aconteceu no marco de um conflito sem precedentes. Posteriormente, essa normativa específica foi submetida à consulta pública e aprovada em 7 de abril de 2016 como Resolução CNS nº 510. No entanto, está indicada nesse documento a elaboração de outra resolução que deve tipificar os riscos das pesquisas em CHS e estabelecer um protocolo específico para essas áreas. Ou seja, a disputa pelo controle normativo da ética em pesquisa ainda permanece em aberto (2017, p. 194).

La Fare, Carvalho, Pereira (2017), salientam ainda que a polemica institucionalização do sistema CEP/Conep continua gerando questionamento para os pesquisadores das Ciências Humanas, bem como a delimitação do alcance de avaliação dos CEPs, nas análises das perspectivas teórico-metodológicas dos projetos de pesquisa. Nesse sentido, os autores questionam que a,

ausência de identificação dos sujeitos participantes, questão que às vezes também envolve evitar a identificação nominal das instituições. Essas exceções levam a formular uma pergunta: é o anonimato ou o uso de informações públicas que garantem que as pesquisas possam ser desenvolvidas sem as atuais interferências do sistema Cep/Conep, ou seja, como se desenvolviam antes da criação desse dispositivo de controle? Se o anonimato ou o uso de informações públicas permitem que as questões éticas sejam “controladas” pelos próprios pesquisadores, não se estaria diante de um dispositivo regulador preocupado principalmente com as consequências jurídicas que podem surgir a partir da identificação de sujeitos e instituições nas pesquisas? (LA FARE, CARVALHO, PEREIRA, 2017, p. 197).

Como fruto do grupo de trabalho, criado em 2013, para discussão de normas específicas para a área das ciências sociais e humanas, surgiu a Resolução nº 510/16, a qual introduz normas aos procedimentos regulatórios do sistema CEP/Conep, específicas para as pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, bem como casos em que não é necessária a prévia submissão da pesquisa ao sistema CEP/Conep. Conforme o artigo 1º, parágrafo único, I, da referida Resolução, ao CEP/Conep, é vedado as avaliações de:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV – pesquisa censitária;

V – pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;

VI – pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII – pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização (BRASIL, 2016, p. 1-2).

Na resolução 510/16, em específico no seu artigo 5º, incluíram-se novas formas de comunicação entre pesquisadores e sujeitos na pesquisa,

O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas (BRASIL, 2016).

A resolução 196/96 não apresentava outras formas de comunicação entre o pesquisador e o pesquisado, de forma que, com a edição da resolução 510/16, este item ganha força, para que haja confiança mútua, já que o pesquisador necessita adequar sua linguagem a característica dos sujeitos pesquisados, com linguagem clara, objetiva e espontânea, assim é garantida a comunicação plena e interativa.

Além disso, a normativa inclui, em suas disposições transitórias, a estimulação do ingresso dos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais na composição dos Ceps existentes e na criação de novos, com caráter interdisciplinar (LA FARE, CARVALHO, PEREIRA, 2017). Para que assim haja debates, em que os pesquisadores da área das ciências humanas e sociais, contribuam nos CEPs, evidenciando as necessidades e problemas encontrados em suas pesquisadas submetidas ao Comitê de Ética.

OTERMO DE CONSENTIMENTO COMO RECURSO ÉTICO

Afora as exceções previstas na Resolução n° 510/16, citadas acima, para os demais casos que não se contemplem naquela previsão, é necessária a prévia submissão da pesquisa com seres humanos ao sistema CEP/Conep, para avaliação e manifestação quanto a questão ética, invariavelmente com a necessidade de utilização de termos de consentimento livres e esclarecidos a serem coletados dos participantes da pesquisa.

O termo de consentimento livre e esclarecido é definido, na Resolução n° 510/16, como sendo:

O processo de consentimento e assentimento: processo pautado na construção de relação de confiança entre o pesquisa-

dor e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, não sendo o registro de sua obtenção necessariamente escrito (BRASIL, 2016, p. 4).

Para esclarecer sobre a pesquisa e obter o consentimento dos seus participantes, a resolução 510/2016, elenca requisitos que devem constar do termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE, conforme redação do artigo 17 abaixo transcrito:

O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, em seus diferentes formatos, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa;

II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;

III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;

IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa;

V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa;

IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP;

X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

A partir dos critérios definidos na Resolução nº 510/16, os termos de consentimento livre e esclarecidos das Instituições que trabalham com pesquisa com seres humanos na área das ciências sociais e humanas devem atender ao que lá restou estabelecido. Nesse sentido, o presente estudo, como síntese final, pretende analisar o TCLE do Instituto Federal Farroupilha, que será feito no tópico a seguir.

PERCURSO METODOLÓGICO

Análise do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE do IFFar

Antes de ingressarmos na análise do TCLE do IFFar é necessário que se esclareça o percurso metodológico utilizado no presente estudo. Inicialmente buscou-se, através do referencial teórico, a apropriação dos normativos atualmente vigentes, passando-se pela discussão existente entre pesquisadores da área das ciências sociais e humanas, que resultou na edição da Resolução nº 510/2016. Considerando que o estudo busca analisar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do IFFar, a partir dos requisitos da Resolução 510/2016, para a coleta dos dados sobre o referido Termo de Consentimento, utilizou a Pesquisa Documental, uma vez que teve como base “materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, percebe-se que o comitê de ética é responsável pela análise de todos os processos de pesquisa que envolvem a utilização de seres humanos, e exigem o preenchimento e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, o qual consta do anexo I do presente artigo.

Referido termo de consentimento atende em parte os requisitos previstos no artigo 17, da Resolução 510/16, e se encontra redigido de forma não muito didática, considerando o universo de pessoas que podem ser objeto de investigação na pesquisa institucional.

Percebe-se, da leitura da integralidade do texto do consentimento livre e esclarecido do Instituto Federal Farroupilha, que os direitos e obrigações do pesquisado não se encontram didaticamente definidos de forma a facilitar a compreensão dos participantes da pesquisa. Não há, da mesma forma, no modelo, a apresentação da justificativa da pesquisa, dos danos que possam dela decorrer e das providências a serem adotadas para evitá-los, das informações sobre o acompanhamento e a forma de assistência aos participantes, da garantia aos participantes de acesso aos resultados da pesquisa.

Nesse sentido, considerando os argumentos acima enunciados, propõe-se algumas alterações no termo de consentimento livre e esclarecido do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, como forma de promover seu aprimoramento, nos termos do documento constante do anexo II deste artigo. Em primeiro lugar, o modelo proposto procura tornar o termo de consentimento livre e esclarecido do IFFar mais didático, separando cada um dos requisitos previstos na legislação por tópicos específicos, facilitando a compreensão dos participantes da pesquisa. Da mesma forma, foram incluídos alguns requisitos que, apesar de previstos no art. 17 da Resolução 510/16, não constam do TCLE atual do IFFar. São eles: a justificativa da pesquisa; as cautelas que serão utilizadas para evitar a ocorrência dos riscos potenciais; a forma de acompanhamento da pesquisa, bem como a assistência que será prestada ao participante e a garantia de acesso aos resultados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras efetivadas percebeu-se uma preocupação muito grande dos pesquisadores na área das ciências sociais e humanas sobre as implicações que as limitações impostas ini-

cialmente pela Resolução nº 196/2016 poderiam ter no resultado final das pesquisas realizadas no ramo das ciências sociais e humanas. Isso porque o relacionamento entre pesquisador e pesquisado, no âmbito deste ramo do conhecimento, estabelece em situação absolutamente diferenciada daquela que é realidade no ramo das ciências da saúde.

Desta forma, surgiu a necessidade de edição de regulamentação específica para as ciências sociais e humanas, que resultou na edição da Resolução nº 510/2016, a qual efetivamente estabeleceu novas formas de comunicação entre os sujeitos da pesquisa, com o objetivo de simplificar e desburocratizar a relação existente entre estes, prevendo que o processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido poderia ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas.

Não obstante, permanece ainda a necessidade de elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido quando se pretende pesquisar algo que implique de alguma forma a manifestação de vontade de seres humanos, não sendo utilizadas outras formas que não a manifestação escrita do participante da pesquisa, autorizando a divulgação dos dados coletados junto ao mesmo.

Nesse percurso, o Instituto Federal Farroupilha implementou seu Comitê de Ética e Pesquisa, elaborando seu modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que, através do presente estudo, mostrou-se incompleto com relação a alguns requisitos previstos na Resolução nº 510/2016, sendo necessário, ainda, que apresentasse uma redação didaticamente mais adequada considerando o universo dos pesquisados.

Desta forma, o presente artigo pretendeu proceder ao estudo da legislação que regulamenta a pesquisa com seres humanos, sob aspecto ético, com o objetivo de verificar se o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, atualmente utilizado pelo IFFar, atende a todos os requisitos previstos no artigo 17 da Resolução nº 510/2016. Da análise comparativa do atual TCLE do IFFar com a legislação antes citada, percebeu-se a necessidade de torná-lo mais didático, separando cada um dos requisitos previstos na legislação por tópicos específicos, facilitando a compreensão dos participantes da pesquisa. Da mesma forma, foram incluídos os seguintes requisitos, que não constavam do TCLE atual: a justificativa da pesquisa; as cautelas que serão utilizadas para evitar a ocorrência dos riscos potenciais; a forma de acompanhamento da pesquisa, bem como a assistência que será prestada ao participante e a garantia de acesso aos resultados da pesquisa.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Aline. **Para uma ética em pesquisa fundada nos Direitos Humanos**. Revista Eletrônica Bioética. Brasília, v. 21, n. 3. 2013, p. 412-422. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a05v21n3.pdf>. Acesso em 03 dez. 2017

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian Albuquerque. **A PESQUISA QUALITATIVA: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012**. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v. 22, p. 79-100, Número Especial, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br>. Acesso em 08 dez 2017.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, julho/2001. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/599/615>. Acesso em 03 dez. 2017.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de; PLACCO, Vera Nigro de Souza. **Processos psicossociais na formação de professores: um campo de pesquisas em Psicologia da Educação**. Contrapontos, Itajaí, v. 7, n. 2, p. 339-346, maio/ago. 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 18 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASSIS, Juliana Alves. “Eu sei mas não consigo colocar no papel aquilo que eu sei”: representações sobre os textos acadêmico-científicos. RINCK, Fanny; BOCH, Françoise; ASSIS, Juliana Alves (Org.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2015, p. 423-454.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Trad. do francês *Esthétique de la création verbal*)

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Paris: Robert Laffont, 1977.

_____. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARRÉ-DE-MINIAC, Cristine *et al.* **Conceptions théoriques et pratiques d'enseignement de la lecture-écriture**. L'Hamattan, 2004.

BARTHOLOMEW, Kim; HENDERSON, Antonia; MÁRCIA, James. E. **Coded semistructured interviews in social psychology research**. UK: Cambridge University Press; p. 286-312, 2000.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1

ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 30.jul.2018.

_____. **Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

_____. **Lei Nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.html. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

_____. **Lei Nº 11.794 de 08 de Outubro de 2008**. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11794.htm. Acesso em 30.jul.2018.

_____. **Resolução CNS nº 510/16**. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

CIAVATTA, F., M.A. **O trabalho como princípio educativo** - Uma investigação teórico metodológica (1930-1960). Rio de Janeiro: PUC-RJ, (Artigo de Doutorado em Educação), 1990.

CHUAHY, Rafaella. **Manifesto pelos Direitos dos Animais**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

CUNHA, M.I.ISAIA, S. M. A. **Professor da educação superior**. In: MOROSINI, M.C.(Ed. Chefe). Enciclopédia de Pedagogia Universitária.v.2: glossário. Brasília: INEP/MEC, 2006.

DABÈNE, Michel; REUTER, Yves. (éds) (1998): «**Pratiques de l'écrit et modes d'accès aux savoirs dans l'enseignement supérieur**», Lidil, 17, Grenoble: Université Grenoble.

DE LA FARE, M.; MACHADO, F. V.; CARVALHO, I. C. de M. **Breve revisão sobre regulação da ética em pesquisa: subsídios para pensar a pesquisa em educação no Brasil**. *Práxis Educativa*, v. 9, n. 1, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5993/3808>

DE LA FARE, M., CARVALHO, I. C. de M., PEREIRA, M. V. **Ética e pesquisa em educação: entre a regulação e a potencialidade reflexiva da formação**. *Revista Educação*. v. 40, n. 2, maio-ago. Porto Alegre, 2017. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/27603/15909

DELCAMBRE, Isabelle; REUTER Dominique Lahanier. **Discours d'altrui et littéraires universitaires : qu'en disent les étudiants en sciences humaines ?** Communications Internationales avec actes (ACT), 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. **O pesquisador e a produção científica**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 19, n. 1, p. 10-189, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1899/1251>. Acesso em: 02 dez. 2017.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista, nº 24, 2004, pp. 213-225 Universidade Federal do Paraná. Paraná, Brasil.

FISCHER, Marta Luciane, OLIVEIRA, Gracinda Maria D'Almeida e. Ética no uso de animais: **A experiência do Comitê de Ética no Uso de Animais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Revista Eletrônica Estudos de Biologia: ambiente e diversidade. Curitiba, v. 34. n. 83, 2012, p. 247-260. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/BS?dd1=7337&dd99=view>. Acesso em 01 dez 17.

FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos, GREY, Natalia de Campos, CRIPPA, Anelise. **A Ética, a ciência e os animais não humanos na experimentação**. In: PICHLER, Nadir Antônio, GIACOMINI, Ana Cristina Vendrametto Varrone. Ética em pesquisa com animais e humanos: bem-estar e dignidade (e-book), p. 30-46. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014. Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-books-free/101-etica-em-pesquisa>. Acesso em 25 nov 2017

FISCHER, Adriana; PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. Letramento Acadêmico e a construção de sentidos nas leituras de um gênero. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 569-599, jul/dez. 2010.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002

FRANÇA, Aniela Improta; LAGE, Aleria; GOMES, Julianan Novo, *et al.* Cerebro eleitura : educação, neurociência e o novo aluno na era do conhecimento. In: MAIA, Marcus (ORG.). **Psicolinguística e educação**. Campinas : Mercado das Letras, 2018.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. 2004. *Paidéia*, 14 (28). p.139-152.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. Edição. São Paulo: Paz e Terra. 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Corina Bontempo Duca de, HOSSNE, William Saad. **O papel dos comitês de ética em pesquisa na proteção do ser humano**. Revista Eletrônica Bioética. Brasília, n. 5. 2002. Disponível em: http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bio

etica/article/view/218/219 Acesso em 25 nov 2017.

GARCÍA, M. C. **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOLDENBERG, *Mírian*. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. Análise do Discurso: conceito e aplicações. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, n. 39, 1995. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em 04 dez 2017.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas**: a necessidade de diretrizes específicas. Revista Eletrônica Physis, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763-782, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000300006&lng=en&nrm=iso Acesso em 4.dez.2017.

GUIMARÃES, M. SILVA, M. C. M. **As políticas de educação tecnológica para o Brasil do século XXI**: reflexões e considerações do Sinasefe. In: MOLL, J. *et al*. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão! Psicologia: Teoria e Pesquisa**. maio-ago. 2006, v. 22, n. 2, pp. 201-210

JACOBINI, M. L. P. **Metodologia do trabalho acadêmico**. 4 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

JOSSO, M. C. **Experiência de vida e formação**. Lisboa: EDUCA, 2002.

JOSSO, M. C. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JUNGES, José Roque. **Ética na pesquisa com seres humanos a partir da nova Resolução 466/12**. In: PICHLER, Nadir Antônio, GIACOMINI, Ana Cristina Vendrametto

Varrone. Ética em pesquisa com animais e humanos: bem-estar e dignidade (e-book), p. 91-110. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014. Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-books-free/101-etica-em-pesquisa>. Acesso em 25.nov.2017.

KENEDY, Eduardo. O problema do analfabetismo funcional no Brasil sob uma análise psicolinguística. In: MAIA, Marcus (Org.). **Psicolinguística e educação**. Campinas : Mercado das Letras, 2018.

KIPPER, Délio José. **Breve história da ética em pesquisa**. Revista Eletrônica da AM-RIGS. Porto Alegre v. 54-2, 2010, p. 224-228. Disponível em: http://www.amrigs.com.br/revista/54-02/20-643_breve_hist%C3%B3ria.pdf. Acesso em 01 dez 2017.

KLEIMAN, Angela B. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, jul/dez. 2010.

KOTTOW, Miguel. **História da ética em pesquisa com seres humanos**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, v. 2, p. Sup 7-Sup 18, 2008. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/863>. Acesso em: 28 nov 2017.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. LeLivros.site.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**, 2ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

MARINHO, Marildes. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 10,n. 2. 2010, p. 363-386.

LA TAILLE, Y. de. **Ética em pesquisa com seres humanos: dignidade e liberdade**. Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde - GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F., organizadores. - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/old/arquivos/etica/etica-em-pesquisa-com-seres-humanos.pdf>

MASNY, Diana. Multiples Literacies Theory : how it functions, what it produces. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, jul/dez. 2010.

MARQUES, Mario Osório. Escrever, o princípio da pesquisa. In: Marques, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 5. ed. rev. Ijuí : Ed. Unijuí, 2006.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES,

Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, n. 37, 1999. Disponível em: http://cliente.argom.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 30 nov 2017.

_____. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 09, n. 02, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

MOREIRA, Marco Antonio. **Metodologias de pesquisa em ensino**. 1. ed.- São Paulo, SP: Editora Livraria da Física, 2011.

MORIN, Edgar, **Ciência com consciência** / Edgar Morin; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista modificada pelo autor - 8. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.

MOTA, Mailce Borges ; MASCARELLO, Lidiomar José; BUCHWEITZ, Augusto. Memória de trabalho e dificuldades de aprendizagem da leitura no 2º ano do ensino fundamental : os resultados de uma intervenção. *In*: MAIA, Marcus (Org.). **Psicolinguística e educação**. Campinas : Mercado das Letras, 2018.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 9. ed. São Paulo: Ed. Revista do Tribunais, 2012. 702 p.

NEDEL, José. **Ética aplicada: pontos e contrapontos**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS. 2004, 255 p.

NOSELLA, Paolo. **Ética e Pesquisa**. Revista Eletrônica Educação e Sociedade. Campinas. v. 29, n. 102. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a1329102>. Acesso em 25 nov 17.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. 2. ed. Portugal: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, L. R. C. de. **Antropologia e Ética**: O debate atual no Brasil. VÍCTORA, C., OLIVEN, R. G., MACIEL, M. E., ORO, A. P. (Orgs.).- Niterói: EdUFF, 2004. <http://files.download-de-livros-gratis.webnode.com/200000145-3a3323b301/AntropologiaEtica.pdf#page=33>

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Seminário de Estudos em Análise de Discurso, v. 1, p. 8-18, 2003
- _____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; RAMOS, *et al.* **A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos da ética em pesquisa**. Revista Eletrônica Texto e Contexto Enfermagem. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 96-105, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 25 nov. 17
- PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.
- POSSENTI, Sírio. Ler: descrever e interpretar. *In*: SERRANI, Silvana (Org.). **Letramento, discurso e trabalho docente**. Vinhedo: Horizonte, 2010.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed., Novo Hamburgo, Feevale, 2013.
- RAYMUNDO, Marcia Mocelin, GOLDIM, José Roberto. **Ética da pesquisa em modelos animais**. Revista Eletrônica Bioética. Brasília, v. 10, n. 1, p. 31-44, 2002. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/196/199. Acesso em 04 dez 2017.
- RIBEIRO, Elisa Antonia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Revista Evidência, v. 4, n. 4, 2012.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 16. reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.
- RODRIGUES, EFRAIM. **Histórias impublicáveis sobre trabalhos acadêmicos e seus autores**. Londrina: Editora Planta, 2008.
- ROJO, Roxane Rodrigues. Letramentos escolares : coletâneas de textos nos livros didáticos de língua. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, jul/dez 2010.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, n. 1, maio 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 30 nov 2017.
- SANTOS B. F. *et al.* O estudo dos métodos de análise em dissertações como aprendizagem e formação de pesquisadores para a pesquisa qualitativa: relato de uma experiência.

Revista Brasileira de Pós-Graduação. Brasília, v. 14, 2017. Disponível em: ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/issue/current. Acesso em: 23 jul 2018.

SCHNAIDER, Taylor Brandão. **Ética e pesquisa.** Revista Eletrônica Acta Cirúrgica Brasileira. São Paulo, v. 23, n. 1. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502008000100017 Acesso em 25 nov. 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2- a pesquisa científica. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, p. 31-42, 2009.

SIMIONATO, M. *et al.* **Formação de professores:** Abordagens contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2008.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. *In:* RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil.** São Paulo: Global, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** 33ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012. 302 p.

VÓVIO, Claudi Lemos. Discursos sobre a leitura : entre a unidade e a pluralidade. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 28, n. 2, jul/dez 2010.

XAVIER, Gláucia do Carmo. Letramento acadêmico: o fazer científico no processo de construção do TCC. *In:* MELO, Sandra Augusta de; COSTA, Jorge Luís (Orgs.). **Educação à distância e a formação de professores:** pesquisas, experiências, relatos. Curitiba: Appris, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ANÁLISE 63
ANÁLISE DE CONTEÚDO 47
ANÁLISE DO DISCURSO 42
ANÁLISES TEXTUAIS 39
ASPECTOS METODOLÓGICOS 61

C

CATEGORIAIS DE ANÁLISE 71
Código de Nuremberg 28
conhecimento científico 22
CONSTRUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS 123
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO 68

E

EDIFICAÇÃO DO PESQUISADOR 77
ENTREVISTA 139
ESCOLHA METODOLÓGICA 39, 41
ÉTICA NA PESQUISA 21
EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA 94

F

FORMAÇÃO DO PESQUISADOR 91
FUNÇÃO SOCIAL 109

I

INSTRUMENTOS 63

L

LETRAMENTO CIENTÍFICO 123

M

METODOLOGIA DE PESQUISA 116

N

NARRATIVAS DE VIDA 57

NOVO PARADIGMA 94

P

PARADIGMA DA DIALOGICIDADE 102

PARADIGMA DIALÓGICO 91

PESQUISA CIENTÍFICA 32, 109, 110, 139

PESQUISA QUALITATIVA 39, 91, 96

PESQUISA QUANTITATIVA 141

PROCESSO METODOLÓGICO 77

PROJETO DE PESQUISA 112

T

TRAJETOS FORMATIVOS 57

U

UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS 32

SOBRE OS AUTORES

Antônio Cândido da Silva, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (PUC). Especialização em MBA em Administração Pública e Gestão de Cidades (UNINTER). Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica–PROFEPT/IFFar. E-mail: antonio.silva@iffarroupilha.edu.br

Cintia Beatriz Diehl Güntzel dos Santos, Licenciada em Letras-Português/Inglês (UNICRUZ). Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFFar). E-mail: cintiaguntzel@gmail.com

Daiana de Freitas Carpenedo, Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões Campus Santo Ângelo. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo PROFEPT. Auditora no Instituto Federal Farroupilha. E-mail: daiana.carpenedo@gmail.com

Danieli Melo Zarzicki, Mestranda no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/IFFar. Especialista em Educação Ambiental e Gestão de Recursos Naturais pela Celer Faculdades. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP campus Alegrete. E-mail: dani.zarzicki@gmail.com

Elisandra Gomes Squizani, Licenciada em Química (UFSM). Docente no Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Alegrete. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFFar). E-mail: elisandra.squizani@iffarroupilha.edu.br

Evandro Both, Graduado em História, UFSM. Mestrando no programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Instituto Federal Farroupilha - IFFar, Jaguari, RS, Brasil. E-mail: evandro.both@iffarroupilha.edu.br

Fábio Diniz Rossi. Doutor em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2016) com período sanduíche na Universidade de Melbourne, Austrália (2014-2015). Docente no Instituto Federal Farroupilha - Campus Alegrete. E-mail: fabio.rossi@iffarroupilha.edu.br

Fernanda de Camargo Machado. Graduada em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre e Doutora em Educação pela mesma Universidade. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – Educação especial – Atendimento Educacional especializado, no Instituto Federal Farroupilha (IFFar). E-mail: fernanda.machado@iffarroupilha.edu.br

Gláucia do Carmo Xavier. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (PUC-MG), mestra em Educação (PUC-MG), pós-doutoranda em Estudos de Linguagem (UFF), professora do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Minas Gerais IFMG. E-mail: glaucia.xavier@ifmg.edu.br

Ione Brum da Silva, Mestranda no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT (IFFar). Especialista em Direito Latu Senso pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo. Especialista em Direito Civil e Processual pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões- URI campus Santiago. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo. E-mail: ione.brum@hotmail.com

Juliani Natalia dos Santos. Graduada em Educação Especial, Especialista em Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, Especialista em Docência em Libras, Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Docente de Libras- IFFar, E-mail: juliani.santos@iffarroupilha.edu.br

Lisiane Darlene Canterle, Graduada em Enfermagem (URI - Santiago). Pós-graduada em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família (UNINTER). Enfermeira - TAE, no Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/ Campus Jaguari. E-mail: lisiane.canterle@iffarroupilha.edu.br

Marília Sagrilo Vione Garcia, Graduada em Pedagogia (ULBRA - Santiago). Assistente de alunos - TAE, no Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/ Campus Jaguari. E-mail: marilia.sagrilo@iffarroupilha.edu.br

Mariluce Barcellos Brum, Graduada em Direito (UFSM). Procuradora Federal no Instituto Federal de Farroupilha. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – IFFar – Campus Jaguari. E-mail: mabbrum@terra.com.br

Naires de Cassia Nunes Moraes, Mestranda no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT (IFFar). Especialista em Docência Universitária pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões- URI Campus Santiago. Licenciada em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões- URI campus Santiago. E-mail: naires.moraes@iffarroupilha.edu.br

Neiva Maria Frizon Auler, Possui graduação em Licenciatura Plena Em Biologia, mestrado em Recursos Genéticos Vegetais e doutorado em Agronomia. É professora do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Genética Vegetal. Professora do Profept, Editora da Revista de Ciência e Inovação e do Boletim Técnico Científico. E-mail n.auler@iffarroupilha.edu.br

Odair José Kunzler, Graduado em Letras – Português e Literatura de Língua Portuguesa (UFSM). Mestrando no programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Instituto Federal Farroupilha - IFFar, Jaguarí, RS, Brasil. E-mail: odair.kunzler@iffarroupilha.edu.br

Renato Xavier Coutinho, Graduado em Educação Física (UFSM), Mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFSM), Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFSM). Docente no Instituto Federal Farroupilha-São Vicente do Sul. E-mail: renato.coutinho@iffarroupilha.edu.br

Ricardo Antonio Rodrigues, Licenciado em Filosofia (Sociologia e Psicologia). Especialista em Metodologia do Ensino, UPF. Mestre em Filosofia, UNISINOS. Doutor em Filosofia pela PUCRS. Docente de Filosofia no Instituto Federal Farroupilha - Docentes do Quadro Permanente e Coordenador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - IFFar - Campus Jaguarí. E-mail: ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br

Rosiclei de Siqueira Camargo, Graduada em Farmácia(UFSM). Técnica em Laboratório – TAE, no Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguarí. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT-Campus Jaguarí. E-mail: rosiclei.camargo@iffarroupilha.edu.br

Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher, Licenciada em Física (UNIJUÍ). Docente no Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Panambi. Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Doutora em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFRGS). E-mail: sandra.nonenmacher@iffarroupilha.edu.br

Taniamara Vizzotto Chaves, Possui graduação em Licenciatura Plena em Física pela Universidade Federal de Santa Maria (1997), Mestrado (2002) e Doutorado (2014) em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Docente no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Email: taniamara.chaves@iffarroupilha.edu.br

Tauane Carolina Parodi Be, Graduada em Tecnologia em Gastronomia (UFPEL), Especialista em Educação no Ensino Superior (Uniasselvi), Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/ IFFar. E-mail: tauane.be@iffarroupilha.edu.br

Thamille Pereira dos Santos, Graduada em Educação Especial (UFSM), pós-graduada em TICs (UFSM). Educadora Especial no município de Agudo e bolsista na Coordenadoria de Ações Educacionais (UFSM). Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – IFFar – Campus Jaguari e discente da Pós Graduação em Gestão Educacional. E-mail: thamillepereira@gmail.com

Vantoir Roberto Brancher, Graduado em Pedagogia (UFSM), Especialista em Educação Especial AH/SD (UFSM), Mestre em Educação (UFSM) e Doutor em Educação (UFSM). Docente no Instituto Federal Farroupilha- Jaguari, Docente no Programa de

Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. Coordenador do
MAGMA – Grupo de Estudos e Pesquisas e Formação Inicial
e Continuada de Professores <https://magma872.webnode.com/>
E-mail: vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br



Formato: 14x21
Tipologia: Adobe Caslon Pro
Papel: Pólen 80g /m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g / m2

2019
Curitiba/Paraná

Não encontrando nossos títulos na rede
De livrarias conveniadas e informadas em nosso site
Contactar a Editora Brazil Publishing:
Tel: (41) 3022-6005
www.aeditora.com.br
aeditora@aeditora.com.br